

COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRICO DA AERONÁUTICA



Rio de Janeiro, 14 de maio de 2008.

BOLETIM DO COMANDO DA AERONÁUTICA Nº 090

Para conhecimento do Pessoal da Aeronáutica, publico o seguinte:

PRIMEIRA PARTE

ATOS DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO

SEÇÃO I - PODER LEGISLATIVO
(Sem alteração)

SEÇÃO II - PODER EXECUTIVO
(Sem alteração)

SEÇÃO III - PODER JUDICIÁRIO
(Sem alteração)

SEGUNDA PARTE

MINISTÉRIO DA DEFESA
(Sem alteração)

TERCEIRA PARTE

ATOS DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

QUARTA PARTE

ATOS DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, DOS COMANDANTES-GERAIS, DOS DIRETORES DE DEPARTAMENTOS E DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

SECÃO I - ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SECÃO II - COMANDO-GERAL DE APOIO
(Sem alteração)

SECÃO III – COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS
(Sem alteração)

SECÃO IV - COMANDO-GERAL DO PESSOAL
(Sem alteração)

SECÃO V - DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
(Sem alteração)

SECÃO VI - DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

1 - CAP TURMA 2/2008 - ORDEM DE MATRÍCULA - ALTERAÇÕES

Seja tornada sem efeito a Ordem de Matrícula dos militares, abaixo relacionados, no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAP), turma 2/2008, ministrado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR), no período de 4 de agosto a 28 de novembro de 2008, publicada no BCA nº 079, de 28 de abril de 2008:

Cap Méd PATRÍCIA DELPINO PEREIRA	CEMAL; e
Cap Méd MARCELO SANTOS DA SILVA	HAAF.

Sejam as militares, abaixo relacionadas, incluídas na Ordem de Matrícula do CAP, turma 2/2008, a ser ministrado na EAOAR, no período de 4 de agosto a 28 de novembro de 2008, publicada no BCA nº 079, de 28 de abril de 2008:

Cap Méd NECY KAWAMURA	HABE; e
Cap Méd MARLY DA SILVA DE CASTRO	HAAF.

(Item 39/1DE3/2008)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

2 - CATF-1/2008 - MATRÍCULA

Conforme ordem de matrícula expedida pela UNIFA, foram matriculados no Curso para Aplicação do Teste de Condicionamento Físico(CATF-1/2008), do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), em 31 de março de 2008, os militares abaixo relacionados.

A presente matrícula está de acordo com o item V do art. 8º do Cap. IV do Regulamento do CIEAR, aprovado pela Portaria nº 868/GC3, de 21 de dezembro de 2007.

1º Ten Inf	VINICIUS FRANÇA LINS	BINFAE-BR
1º Ten QCOA PED	LUCIANA NAZARÉ DE SOUZA FRANCK	DEPENS
2º Ten QCOA SJU	LUCIANA FERNANDA DOS SANTOS	COMGEP
2º Ten QOARM	ROMEU RODRIGUES CHAVES NETO	COMAR4
Asp Inf	HUMBERTO BORGES GUERREIRO	CLA
SO SEM	NILTON DE OLIVEIRA VIEIRA	DTCEA-GL
1S SGS	ÉLINTON CARNEIRO PONTES	CDA
2S SAD	ALINE GOMES PEREIRA	DTCEA-GL
2S SGS	MÁRCIO VIEIRA DE MACEDO	BINFAE-BR
2S BMA	RODRIGO JORGE VIEIRA LIMA FARIA	1º/1ºGT
3S SEF	WILSON RODRIGUES DA SILVA	CLA
3S SGS	MARCIO CESAR ADOLFO DA SILVA	DIRMAB
3S SAD	KARLA MORAIS DE SOUZA	CENDOC
3S BET	LUCIANO RODRIGUES DE SANT'ANNA	GEEV
3S QTA	CLÁUDIO MAXIMO BASTOS DE OLIVEIRA	CPORAER-SJ
3S SGS	RAIMUNDO PEREIRA CHAVES	BINFAE-BR
3S BEV	PATRÍCIA CEZAR HOLANDA	DARJ
3S SGS	ANDRÉ LUIS RAMOS PEDRAZZI	DARJ
3S BMB	RONAN ALVES DE SOUZA	COMAR4
3S SAD	MARCOS PAULO DA SILVA MACHADO	DIRMAB
3S SAD	VILSON FERREIRA DE CERQUEIRA JÚNIOR	COMGEP
3S SAD	PAULLA ANDRADE ALTINO DÓRIA	DARJ
3S SGS	MARCOS JOSÉ DANTAS GUEDES	EEAR
3S SCF	MARIANA AMORE VIEIRA	EEAR
3S SGS	JOSÉ HENRIQUE DA SILVA NETO	CPORAER-SJ
3S SGS	RICARDO BRAGA DOS SANTOS	BINFAE-BR
3S SAD	JACQUELINE SANT'ANNA WAIANDT	EMAER
CB SAD	JOSÉ RUBENS DA SILVA	FAE1
CB SGS	SANDRO DOS SANTOS SILVA	CDA
CB SAD	WELTON MOREIRA DOS SANTOS	EMAER
CB SAD	JEFFERSON GOMES DE LIMA	SEFA

(Item 017/CIEAR/2008)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

3 - CATF-1/2008 - CONCLUSÃO

Concluíram com aproveitamento o Curso para Aplicação do Teste de Condicionamento Físico(CATF-1/2008), do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica(CIEAR), em 4 de abril de 2008, os militares abaixo relacionados.

A presente conclusão está de acordo com o item X do art. 8º do Cap. IV do Regulamento do CIEAR, aprovado pela Portaria nº 868/GC3, de 21 de dezembro de 2007.

1º Ten Inf	VINICIUS FRANÇA LINS	BINF AE-BR
1º Ten QCOA PED	LUCIANA NAZARÉ DE SOUZA FRANCK	DEPENS
2º Ten QCOA SJU	LUCIANA FERNANDA DOS SANTOS	COMGEP
2º Ten QOEARM	ROMEU RODRIGUES CHAVES NETO	COMAR4
Asp Inf	HUMBERTO BORGES GUERREIRO	CLA
SO SEM	NILTON DE OLIVEIRA VIEIRA	DTCEA-GL
1S SGS	ÉLINTON CARNEIRO PONTES	CDA
2S SAD	ALINE GOMES PEREIRA	DTCEA-GL
2S SGS	MÁRCIO VIEIRA DE MACEDO	BINF AE-BR
2S BMA	RODRIGO JORGE VIEIRA LIMA FARIA	1º/1ºGT
3S SEF	WILSON RODRIGUES DA SILVA	CLA
3S SGS	MARCIO CESAR ADOLFO DA SILVA	DIRMAB
3S SAD	KARLA MORAIS DE SOUZA	CENDOC
3S BET	LUCIANO RODRIGUES DE SANT'ANNA	GEEV
3S QTA	CLÁUDIO MAXIMO BASTOS DE OLIVEIRA	CPORAER-SJ
3S SGS	RAIMUNDO PEREIRA CHAVES	BINF AE-BR
3S BEV	PATRÍCIA CEZAR HOLANDA	DARJ
3S SGS	ANDRÉ LUIS RAMOS PEDRAZZI	DARJ
3S BMB	RONAN ALVES DE SOUZA	COMAR4
3S SAD	MARCOS PAULO DA SILVA MACHADO	DIRMAB
3S SAD	VILSON FERREIRA DE CERQUEIRA JÚNIOR	COMGEP
3S SAD	PAULLA ANDRADE ALTINO DÓRIA	DARJ
3S SGS	MARCOS JOSÉ DANTAS GUEDES	EEAR
3S SCF	MARIANA AMORE VIEIRA	EEAR
3S SGS	JOSÉ HENRIQUE DA SILVA NETO	CPORAER-SJ
3S SGS	RICARDO BRAGA DOS SANTOS	BINF AE-BR
3S SAD	JACQUELINE SANT'ANNA WAIANDT	EMAER
CB SAD	JOSÉ RUBENS DA SILVA	FAE1
CB SGS	SANDRO DOS SANTOS SILVA	CDA
CB SAD	WELTON MOREIRA DOS SANTOS	EMAER
CB SAD	JEFFERSON GOMES DE LIMA	SEFA

(Item 018/CIEAR/2008)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

4 - CCEF-G/2008 - MATRÍCULA

Conforme ordem de matrícula expedida pela UNIFA, foram matriculados no Curso de Capacitação em Economia e Finanças para Graduados(CCEF-G/2008), do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), em 14 de abril de 2008, os militares e civis abaixo relacionados.

A presente matrícula está de acordo com o item V do art. 8º do Cap. IV do Regulamento do CIEAR, aprovado pela Portaria nº 868/GC3, de 21 de dezembro de 2007.

SO SAD	SILVANA SUZANA DE MENEZES	PAMALS
SO SAD	ERIVAN CARVALHO DA SILVA	CINDACTA4
SO SAD	MARCO ANTONIO BARROS GONZAGA	FAE 1
SO REF	CLOVIS SOARES BORGES	COMAR5
SO SAD R/R	JOSÉ JORGE DOS SANTOS	SECPROM
1S SAD	REINALDO RODRIGUES DOS REIS	CINDACTA4
1S SAD	JOSÉ RODNEI SALGARELLO	EPCAR
1S SGS	LINCOLN ANTONIO SOUZA DA SILVA	CINDACTA2
1S BCO	JAMES FETZER DA COSTA	CINDACTA2
1S SAD	MÁRCIO LÚCIO DE OLIVEIRA	EPCAR
1S SEL	ROGERIO GOMES DA SILVA	FAE1
1S TAR	ADIR JOSÉ STAWINSKI	CINDACTA2
2S BCO	ROLDINEI LUIZ CORRÊA	SRPVSP
2S TAR	CARLOS ALBERTO ROQUE DE FARIA JÚNIOR	CINDACTA4
2S BMA	EULER GOMES COELHO	PAMALS
2S SGS	IRANI BURICHE DOS SANTOS	GIASJ
2S SAD	ANDRÉIA ROCHA DA SILVA MACHADO	SRPVSP
2S SAD	FÁBIO AZEREDO DOS SANTOS	CINDACTA4
2S BCO	ANTONIO FRANCISCO SILVA CRISPIM	SRPVSP
2S SAD	NIVALDO DO NASCIMENTO ELIAS	EPCAR
3S SAD	ROBSON BATISTA DA SILVA	CINDACTA2
3S STO	CARLOS DA SILVA MIRANDA	GIASJ
3S SGS	ALEXANDRE DE SOUZA REGO	LAQFA
3S SAD	RAFAELA OLIVEIRA DA SILVA	LAQFA
3S SAD	FRANCISCO HÉLIO ALMEIDA BENJAMIN	CINDACTA4
3S SAD	MAYCON MENDONÇA MALTHA	EMAER
3S SPV	DANIELE HENRIQUE BRAND	COMAR6
3S SAD	ANDREIA AZEVEDO DOS SANTOS ALVES	DECEA
3S BSP	MARCELO DE SOUZA NARCIZO	PASP
3S SAD	FABIANA CRISTINA DA SILVA	LAQFA
3S SAD	RENATA DE MOURA SANTOS	DCI
3S SGS	GILSON JOSÉ DA SILVA	LAQFA
3S SAD	RONALDO KIZAM DA SILVA	COMAR6
3S SAD	ALEX FERREIRA VIANA	DECEA
3S BMT	AMANDA EDUARDO DE ASEVEDO MATIAS DA	DECEA
3S SAD	VANESSA SANTOS DOS PRAZERES	PABR
3S SGS	ALBERT JOSÉ BASTOS	EPCAR

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

3S SAD	DUÍLIO MARCOS DOS REIS	COMAR6
3S SAD	CAROLINA RIBEIRO DE RESENDE	SDAB
3S SEL	MICHEL SILVA DO NASCIMENTO	CECAT
3S SAD	DIEGO DA SILVA VILELA	SDAB
CIVIL	SELMA MARIA SOUZA SANTOS	PAMALS
CIVIL	ELOI DA SILVA BATISTA LOPES	LAQFA
CIVIL	MARIA DAS GRAÇAS LIMA DA SILVA	CINDACTA4
CIVIL	PAULO DONIZETTI ALVES	GIA-SJ

(Item 025/CIEAR/2008)

5 - CCEF-G/2008 - CONCLUSÃO

Concluíram com aproveitamento o Curso de Capacitação em Economia e Finanças para Graduados(CCEF-G/2008), do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica(CIEAR), em 18 de abril de 2008, os militares e civis abaixo relacionados.

A presente conclusão está de acordo com o item X do art. 8º do Cap. IV do Regulamento do CIEAR, aprovado pela Portaria nº 868/GC3, de 21 de dezembro de 2007.

SO SAD	SILVANA SUZANA DE MENEZES	PAMALS
SO SAD	ERIVAN CARVALHO DA SILVA	CINDACTA4
SO SAD	MARCO ANTONIO BARROS GONZAGA	FAE 1
SO REF	CLOVIS SOARES BORGES	COMAR5
SO SAD R/R	JOSÉ JORGE DOS SANTOS	SECPROM
1S SAD	REINALDO RODRIGUES DOS REIS	CINDACTA4
1S SAD	JOSÉ RODNEI SALGARELLO	EPCAR
1S SGS	LINCOLN ANTONIO SOUZA DA SILVA	CINDACTA2
1S BCO	JAMES FETZER DA COSTA	CINDACTA2
1S SAD	MÁRCIO LÚCIO DE OLIVEIRA	EPCAR
1S SEL	ROGERIO GOMES DA SILVA	FAE1
1S TAR	ADIR JOSÉ STAWINSKI	CINDACTA2
2S BCO	ROLDINEI LUIZ CORRÊA	SRPVSP
2S TAR	CARLOS ALBERTO ROQUE DE FARIA JÚNIOR	CINDACTA4
2S BMA	EULER GOMES COELHO	PAMALS
2S SGS	IRANI BURICHE DOS SANTOS	GIASJ
2S SAD	ANDRÉIA ROCHA DA SILVA MACHADO	SRPVSP
2S SAD	FÁBIO AZEREDO DOS SANTOS	CINDACTA4
2S BCO	ANTONIO FRANCISCO SILVA CRISPIM	SRPVSP
2S SAD	NIVALDO DO NASCIMENTO ELIAS	EPCAR
3S SAD	ROBSON BATISTA DA SILVA	CINDACTA2
3S STO	CARLOS DA SILVA MIRANDA	GIASJ
3S SGS	ALEXANDRE DE SOUZA REGO	LAQFA
3S SAD	RAFAELA OLIVEIRA DA SILVA	LAQFA
3S SAD	FRANCISCO HÉLIO ALMEIDA BENJAMIN	CINDACTA4
3S SAD	MAYCON MENDONÇA MALTHA	EMAER

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

3S SPV	DANIELE HENRIQUE BRAND	COMAR6
3S SAD	ANDREIA AZEVEDO DOS SANTOS ALVES	DECEA
3S BSP	MARCELO DE SOUZA NARCIZO	PASP
3S SAD	FABIANA CRISTINA DA SILVA	LAQFA
3S SAD	RENATA DE MOURA SANTOS	DCI
3S SGS	GILSON JOSÉ DA SILVA	LAQFA
3S SAD	RONALDO KIZAM DA SILVA	COMAR6
3S SAD	ALEX FERREIRA VIANA	DECEA
3S BMT	AMANDA EDUARDO DE ASEVEDO MATIAS DA SILVA	DECEA
3S SAD	VANESSA SANTOS DOS PRAZERES	PABR
3S SGS	ALBERT JOSÉ BASTOS	EPCAR
3S SAD	DUÍLIO MARCOS DOS REIS	COMAR6
3S SAD	CAROLINA RIBEIRO DE RESENDE	SDAB
3S SEL	MICHEL SILVA DO NASCIMENTO	CECAT
3S SAD	DIEGO DA SILVA VILELA	SDAB
CIVIL	SELMA MARIA SOUZA SANTOS	PAMALS
CIVIL	ELOI DA SILVA BATISTA LOPES	LAQFA
CIVIL	MARIA DAS GRAÇAS LIMA DA SILVA	CINDACTA4
CIVIL	PAULO DONIZETTI ALVES	GIA-SJ

(Item 026/CIEAR/2008)

6 - CATF-2/2008 - MATRÍCULA

Conforme ordem de matrícula expedida pela UNIFA, foram matriculados no Curso para Aplicação do Teste de Condicionamento Físico(CATF-2/2008), do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), em 14 de abril de 2008, os militares abaixo relacionados.

A presente matrícula está de acordo com o item V do art. 8º do Cap. IV do Regulamento do CIEAR, aprovado pela Portaria nº 868/GC3, de 21 de dezembro de 2007.

Cap FARM	ANDREIA BRUM SAMPAIO GUERRA	LAQFA
1º Ten Inf	FERNANDO MAURICIO GOMES	BINFAERF
1º Ten Av	LEONARDO DE CARVALHO MOTA	AFA
1º Ten Int	MARIANA SAKATE ABE TESSINARI	CDA
2º Ten QCOA PED	CYNTHIA CAROLINA FRANÇA LANZA SANTOS	DEPENS
2º Ten QCOA BIB	JÚLIO CESAR PINTO DE OLIVEIRA	DEPENS
2º Ten QCOA NUT	VERA FAVILA RIBEIRO	HARF
2º Ten QCOA PED	SIMONE DE JESUS DA FONSECA LOUREIRO	COMAR1
2º Ten Inf	DIÓGENES BRANT XIMENES	BASP
SO SMU	RENATO ANTONIO DA SILVA JUNIOR	CINDACTA2
SO SOB	HELIO CARLOS LIMA DE ABREU	CDA
2S SML	FRANCISCO SÉRGIO RIPARDO ALMEIDA	BARF
2S SGS	SILVIO FORTES PINHEIRO	CLA
2S SMU	UEVERSON DIONISIO DA SILVA	EEAR
2S SGS	ALBÉRICO LIRA DA SILVA	CTA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

2S BMA	MARCOS VINICIUS DE SÁ DOS SANTOS	PAMALS
2S SAD	ANDERSON ALVES DE OLIVEIRA SALES	GABAER
3S BSP	CLAUDINEI DA ROCHA	DTCEACTD
3S BET	RAFAELA CANDIDO CONDÉ ROCHA	GEEV
3S BMT	FERNANDA MENDES DE SOUZA	DECEA
3S SGS	JULIANO MORAIS MONTEIRO	PAMALS
3S SGS	LUIZ AFFONSO LINHARES RODRIGUES NETO	BAFL
3S SAD	JORGE ALVES BEZERRA	SECPROM
3S SGS	JOSÉ CHRISTIAN SARAIVA DA SILVA	CLBI
3S SGS	JÚLIO CESAR DA SILVA	EEAR
3S SGS	ROBERTO CARLOS RODRIGUES DA SILVA	1º/1ºGCC
3S BET	AFONSO ARBIZU MIÑANA JÚNIOR	LAQFA
3S BSP	CARLA HONÓRIO DE SOUZA	EMAER
3S SAD	MARCOS ANTONIO TAVARES MENDES DE SOUZA JÚNIOR	HARF
CB SEL	RODRIGO GONÇALVES YANG	GABAER
CB BMA	RÔMULO DAVI SANTANA MENDES	DIRMAB
CB SGS	EMANUEL MORAIS DE ARAUJO	GABAER
CB SGS	LEANDRO LARRUBIA MARTINS	CDA

(Item 027/CIEAR/2008)

7 - CATF-2/2008 - CONCLUSÃO

Concluíram com aproveitamento o Curso para Aplicação do Teste de Condicionamento Físico(CATF-2/2008), do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica(CIEAR), em 18 de abril de 2008, os militares abaixo relacionados.

A presente conclusão está de acordo com o item X do art. 8º do Cap. IV do Regulamento do CIEAR, aprovado pela Portaria nº 868/GC3, de 21 de dezembro de 2007.

Cap FARM	ANDREIA BRUM SAMPAIO GUERRA	LAQFA
1º Ten Inf	FERNANDO MAURICIO GOMES	BINFAERF
1º Ten Av	LEONARDO DE CARVALHO MOTA	AFA
1º Ten Int	MARIANA SAKATE ABE TESSINARI	CDA
2º Ten QCOA PED	CYNTHIA CAROLINA FRANÇA LANZA SANTOS	DEPENS
2º Ten QCOA BIB	JÚLIO CESAR PINTO DE OLIVEIRA	DEPENS
2º Ten QCOA NUT	VERA FAVILA RIBEIRO	HARF
2º Ten QCOA PED	SIMONE DE JESUS DA FONSECA LOUREIRO	COMAR1
2º Ten Inf	DIÓGENES BRANT XIMENES	BASP
SO SMU	RENATO ANTONIO DA SILVA JUNIOR	CINDACTA2
SO SOB	HELIO CARLOS LIMA DE ABREU	CDA
2S SML	FRANCISCO SÉRGIO RIPARDO ALMEIDA	BARF
2S SGS	SILVIO FORTES PINHEIRO	CLA
2S SMU	UEVERSON DIONISIO DA SILVA	EEAR
2S SGS	ALBÉRICO LIRA DA SILVA	CTA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

2S BMA	MARCOS VINICIUS DE SÁ DOS SANTOS	PAMALS
2S SAD	ANDERSON ALVES DE OLIVEIRA SALES	GABAER
3S BSP	CLAUDINEI DA ROCHA	DTCEACTD
3S BET	RAFAELA CANDIDO CONDÉ ROCHA	GEEV
3S BMT	FERNANDA MENDES DE SOUZA	DECEA
3S SGS	JULIANO MORAIS MONTEIRO	PAMALS
3S SGS	LUIZ AFFONSO LINHARES RODRIGUES NETO	BAFL
3S SAD	JORGE ALVES BEZERRA	SECPROM
3S SGS	JOSÉ CHRISTIAN SARAIVA DA SILVA	CLBI
3S SGS	JÚLIO CESAR DA SILVA	EEAR
3S SGS	ROBERTO CARLOS RODRIGUES DA SILVA	1º/1ºGCC
3S BET	AFONSO ARBIZU MIÑANA JÚNIOR	LAQFA
3S BSP	CARLA HONÓRIO DE SOUZA	EMAER
3S SAD	MARCOS ANTONIO TAVARES MENDES DE SOUZA JÚNIOR	HARF
CB SEL	RODRIGO GONÇALVES YANG	GABAER
CB BMA	RÔMULO DAVI SANTANA MENDES	DIRMAB
CB SGS	EMANUEL MORAIS DE ARAUJO	GABAER
CB SGS	LEANDRO LARRUBIA MARTINS	CDA

(Item 028/CIEAR/2008)

8 - REQUERIMENTO - DESPACHO

No requerimento em que o Maj Méd ROBERTO GOULART FUSCO, do efetivo do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II), solicita cancelamento de inscrição para o Exame de Seleção ao Curso de Comando e Estado-Maior (ESCCM), turma 2008, aplicado pela Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), o Exmo Sr Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica exarou o seguinte despacho: “DEFERIDO, de acordo com o subitem 7.1, da ICA 37-291, Normas Reguladoras para o Exame de Seleção ao Curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (NOREG/ECEMAR), aprovadas pela Portaria nº 247/DE-6, de 27 de novembro de 2006” (Processo nº 67613.004894/2008-35).

Em consequência, o referido militar deverá receber Ordem de Inscrição para o ESCCM, turma 2009.

(Item 38/1DE3/2008)

9 - JEA - DESIGNAÇÃO

1. O Diretor-Geral do DEPENS, em conformidade com o disposto no inciso X do art. 41 da Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, designa os militares e civil abaixo relacionados para comporem as Juntas Especiais de Avaliação (JEA) e consolidarem as relações nominais dos candidatos aprovados nos Exames de Seleção (Modalidade “A”) e de Admissão (Modalidade “B”)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

ao Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica - Turma 2008 (ES/EA EAGS-A e B 2008) e nos Exames de Seleção (Modalidade “A”) e de Admissão (Modalidade “B”) ao Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica - Turma 2/2008 (ES/EA CFS-A e B 2/2008), sob a presidência do primeiro.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO (DEPENS);
 Brig Ar LUIZ FERNANDO DUTRA BASTOS (EEAR);
 ALEXANDRE FERNANDES DA SILVA LESSA Cel Av (DEPENS);
 ROBERTO BASÍLIO Cel Av (IPA);
 CÁTIA LIMA MAJ QFO PSC (IPA);
 CLÁUDIO COLARES LESSA Maj Méd (DIRSA);
 MARCELO CARDOSO DE SANTANA Maj Inf (EEAR);
 MARCOS TADEU BEÇA CARVALHO Maj Av (CDA);
 KÁTIA REGINA MÁXIMO VASCONCELOS CV DAS (DEPENS);
 ANA CLÁUDIA MOREIRA MIGUEL PHILIPPINI 1º Ten QCOA SJU (EEAR);
 CYNTHIA CAROLINA FRANÇA LANZA SANTOS 2º Ten QCOA PED (DEPENS); e
 RONAR JOSÉ TONETTI 2º Ten QOEA SVM (EEAR).

Ref Fax nº 210/SAS/2008, de 30 abr. 2008 – EEAR; Fax nº 218/DRH/2008, de 8 maio 2008 – DIRSA; Fax nº 178/DISEL/2008, de 6 maio 2008 – IPA; e Fax nº 67/DEFM, de 29 abr. 2008 – CDA.

(Item 85/DE-2/2008)

10 - ES/EA CFT-A e B 2008 - RETIFICAÇÃO DE RELAÇÕES DIVULGADAS

1. De acordo com o que preceitua a alínea “b” do item 10.3 das Instruções Específicas para os Exames de Seleção (Modalidade “A”) ao Curso de Formação de Taifeiros da Aeronáutica do ano de 2008 (IE/ES CFT-A 2008), aprovadas pela Portaria DEPENS nº 11-T/DE-2, de 29 de janeiro de 2008 e das Instruções Específicas para o Exame de Admissão (Modalidade “B”) ao Curso de Formação de Taifeiros da Aeronáutica do ano de 2008 (IE/EA CFT-B 2008), aprovadas pela Portaria DEPENS nº 13-T/DE-2, de 29 de janeiro de 2008 e, em razão de incorreção nas relações de candidatos convocados para a Concentração Intermediária dos referidos certames, divulgadas, respectivamente, por intermédio da Intraer e da Internet, relativas à OMAP COMAR 2, determino que as matérias constantes das referidas divulgações sejam anuladas, bem como todos os atos delas decorrentes. Determino, ainda, que a Divisão de Admissão e de Seleção do DEPENS, em coordenação com o SERENS-2, providencie as divulgações das relações corretas.

(Ref Fax nº 313/SERENS-2, de 6 de maio de 2008 – SERENS-2)

(Item 87/DE-2/2008)

11 - CADAR 2008 - ORDEM DE MATRÍCULA POR FORÇA DE LIMINAR

1. Por força de Liminar deferida nos autos da Ação Ordinária nº 2008.61.03.002607-6, proposta por MARIA VALÉRIA COSTA DE CAMPOS, contra a União Federal, em curso na 2ª

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

Vara da Justiça Federal – Seção Judiciária de São José dos Campos/SP, determino a matrícula da autora, em caráter precário, no Curso de Adaptação de Dentistas da Aeronáutica do ano de 2008 (CADAR 2008), a contar de 28 de abril de 2008, no Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), em Belo Horizonte - MG.

Ref Fax nº 37/SIJ/2008, de 25 de abril de 2008 – CIAAR.

(Item 88/DE-2/2008)

12 - ES CFT-A 2008 - RETIFICAÇÃO DE RELAÇÃO DIVULGADA

1. De acordo com o que preceitua a alínea “b” do item 10.3 das Instruções Específicas para o Exame de Seleção (Modalidade “A”) ao Curso de Formação de Taifeiros da Aeronáutica do ano de 2008 (IE/ES CFT-A 2008), aprovadas pela Portaria DEPENS nº 11-T/DE-2, de 29 de janeiro de 2008 e, em razão de incorreção na relação de candidatos convocados para a Concentração Intermediária do referido certame, divulgada por intermédio da Intraer, relativa à OMAP COMAR 3, determino que a matéria constante da referida divulgação seja anulada, bem como todos os atos dela decorrentes. Determino, ainda, que a Divisão de Admissão e de Seleção do DEPENS, em coordenação com o SERENS-3, providencie a publicação da relação correta.
(Ref Fax nº 132/SERENS-3/2008, de 8 de maio de 2008 – SERENS-3)

(Item 91/DE-2/2008)

13 - REGISTRO DE DIPLOMA

Aos 09 dias de maio de 2008, foi registrado neste Departamento o Diploma do Curso de Formação de Sargentos (CFS), na especialidade Manutenção e Reparação de Sistemas Elétricos (Q AT SE), conferido a EDSON DIAS DOS SANTOS, pela Escola de Especialistas de Aeronáutica, em 07 fev. 2007, conforme foi público no Boletim Interno nº 237, de 09 dez. 1977 - EEAR.

(Item 27/DE-5/2008.)

14 - REGIME DE TRABALHO - ALTERAÇÃO

PORTARIA DEPENS Nº 90/DE-5, DE 12 DE MAIO DE 2008

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições previstas na Portaria nº 1.134/GC3, de 04 dez. 2006, de acordo com o disposto no Parágrafo 2º do art. 30 da Portaria nº 824/GM-1, de 22 nov. 1988, e art. 3º da Portaria DEPENS nº 041/2DE-5, de 15 jun. 1989, e tendo em vista o que consta do Processo nº 67240.001820/2008-22 - COMAR III, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

Alterar o regime de trabalho, de 40 (quarenta) horas semanais para o de Dedicação Exclusiva de 40 (quarenta) horas semanais, da docente DINA MARIA VIEIRA DE PINHO, pertencente ao Quadro do Magistério da Aeronáutica, lotada no Colégio Brigadeiro Newton Braga - CBNB, a contar de 1º de abril de 2008.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENDS

15 - TÍTULO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO

PORTARIA DEPENDS Nº 89/DE-5, DE 12 DE MAIO DE 2008.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições previstas na Portaria nº 114/GC3, de 04 fev. 2003, e tendo em vista o que consta do Processo nº 67540.000657/2008-04 - EEAR, resolve:

Art. 1º Homologar, para fins de acréscimo salarial, a contar de 05 out. 2000, de acordo com a alínea "d" do Art. 63 da Portaria nº 824/GM-1, de 22 nov. 1988, e o Art. 1º da Portaria nº 957/GM-1, de 20 nov. 1992, e para fins de progressão funcional, da classe "D" nível 1 para a classe "E" nível 1, a partir de 01 jan. 2001, de acordo com o que prescreve a alínea "d" do item 2 do Art. 12 da Portaria nº 824/GM-1, de 22 nov. 1988, o Título de Mestrado em Educação - Teoria e Prática, expedido em 08 set. 2000, pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Lorena – SP, conforme a publicação no Boletim Interno Ostensivo nº 194, de 18 out. 2000, da Escola de Especialistas de Aeronáutica, e apresentado pelo docente JOSÉ RENATO GOMES CASTRO, integrante do Quadro do Magistério da Aeronáutica.

Art. 2º Tornar sem efeito a Portaria DEPENDS nº 242/2DE-5, de 29 dez. 2003, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 3, de 07 jan. 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENDS

16 - IE/EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009 - APROVA

PORTARIA DEPENDS Nº 83-T/DE-2, DE 12 DE MAIO DE 2008.

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão aos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2009 (IE/EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º mar. 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão aos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENS

Obs.: A Instrução de que trata a presente Portaria encontra-se anexada a este Boletim.

SECÃO VII - COMANDO-GERAL DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL
(Sem alteração)

SECÃO VIII - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SECÃO IX - DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL
(Sem alteração)

QUINTA PARTE

ATOS DOS TITULARES DE DIRETORIAS

SECÃO I - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

MILITAR

1 - BENEFÍCIOS - CONCESSÃO

PORTARIA DIRAP Nº 2.196/3RC, DE 8 DE MAIO DE 2008.

O VICE-DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência delegada pela letra “d” do inciso I do art. 1º da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 01 AGO 2006, e considerando o que consta no Processo nº 67438.005126/2007-96, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

Conceder ao Suboficial BET Reformado BERNARDO ALVES DE PAIVA (Nr Ord 0170160) os benefícios previstos na letra “a” do § 2º e § 1º do art. 110 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterado pela Lei nº 7.580, de 23 DEZ 1986, combinado com o inciso V do art. 108 e de acordo com o parágrafo único do art. 107 do mesmo diploma legal, a contar de 04 JAN 2008, em virtude de ter, nessa data, sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 0009, de 12 MAR 2008.

PORTARIA DIRAP Nº 2.197/3RC, DE 8 DE MAIO DE 2008.

O VICE-DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência delegada pela letra “d” do inciso I do art. 1º da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 01 AGO 2006, e considerando o que consta no Processo nº 67530.006374/2007-13, resolve:

Conceder ao Suboficial SAD Reformado ELVÉCIO FERNANDES DE ALMEIDA (Nr Ord 0679569) os benefícios previstos na letra “a” do § 2º e § 1º do art. 110 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterado pela Lei nº 7.580, de 23 DEZ 1986, combinado com o inciso V do art. 108 e de acordo com o parágrafo único do art. 107 do mesmo diploma legal, a contar de 27 ABR 2007, em virtude de ter, nessa data, sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 0009, de 12 MAR 2008.

PORTARIA DIRAP Nº 2.198/3RC, DE 8 DE MAIO DE 2008.

O VICE-DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência delegada pela letra “d” do inciso I do art. 1º da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 1º AGO 2006, e considerando o que consta no Processo nº 67422.017731/2007-89, resolve:

Conceder ao Terceiro-Sargento Reformado RODRIGO DE MATTOS (Nr Ord 0255181) os benefícios previstos na letra “b” do § 2º e § 1º do art. 110 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterado pela Lei nº 7.580, de 23 DEZ 1986, combinado com o inciso V do art. 108 e de acordo com o parágrafo único do art. 107 do mesmo diploma legal, a contar de 11 JAN 2008, em virtude de ter, nessa data, sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 0011, de 01 ABR 2008.

Brig Ar OSMAR ANTÔNIO GADDO
Vice-Diretor da DIRAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

2 - MOVIMENTAÇÃO

(1) TRANSFERÊNCIA

PORTARIA DIRAP Nº 2.194/1PM, DE 9 DE MAIO DE 2008.

Movimenta militares no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O VICE-DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, por delegação de competência estabelecida na Portaria DIRAP nº 3533/GAB, de 1º AGO 2006, de acordo com a letra “b” do inciso III do art. 178 do RISAER e o que consta dos processos listados, resolve:

Conceder transferência, por interesse próprio e sem ônus para a Fazenda Nacional, aos militares abaixo relacionados, do efetivo de suas OM ao lado declaradas para as seguintes OM, de acordo com o inciso VIII do art. 177 do RISAER, combinado com o art. 57 do Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002 e o item 2.3.5 da ICA COMGEP 30-4 de 15 JUN 2007, aprovada pela Portaria COMGEP nº 053/2EM, de 13 JUN 2007:

PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL (Belém-PA):

Cb SEM (QCB) NILSON SILVA E SILVA (Nr Ord 2048760), do VII COMAR (Manaus-AM) (Processo nº 67290.000382/2008-90);

SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL (Manaus-AM):

Cb SDE (QCB) MAURO COSTA RUIZ (Nr Ord 2189976), do I COMAR (Belém-PA) (Processo nº 67210004026/2007-15).

Em consequência, os Setores responsáveis das OM de origem tomem conhecimento e atualizem o SIGPES na tela 355 com o desligamento dos militares, possibilitando assim a apresentação dos referidos graduados nas OM de destino.

Brig Ar OSMAR ANTÔNIO GADDO
Vice-Diretor da DIRAP

3 - TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA

O VICE-DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em face da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, alínea “d”, da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 1º de agosto de 2006, e tendo em vista o art. 98, inciso I, letra “c”, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 7.666, de 22 de agosto de 1988, resolve:

PORTARIA DIRAP Nº 2.227/1RC, DE 9 DE MAIO DE 2008.

Transferir para a reserva remunerada o SO BEP (QSS) ANTONIO RAMOS LUTIF (Nr Ord 0158658), de acordo com o art. 96, inciso II, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por haver atingido em 09 MAIO 2008, a idade limite de permanência no serviço ativo, com a

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

remuneração a que fizer jus, observando o art. 34 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002. (IFI)

PORTARIA DIRAP Nº 2.228/1RC, DE 9 DE MAIO DE 2008.

Transferir para a reserva remunerada o 3S SGS (QESA) ADMILSON JOSÉ DA SILVA (Nr Ord 0780650), de acordo com o art. 96, inciso II, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por haver atingido em 09 MAIO 2008, a idade limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração a que fizer jus, observando o art. 50, inciso II, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002. (COMAR 2)

Brig Ar OSMAR ANTÔNIO GADDO
Vice-Diretor da DIRAP

PORTARIA DIRAP Nº 2.162/1RC, DE 6 DE MAIO DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em face da delegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso III, da Portaria COMGEP nº 49/5EM, de 29 JUN 2006, e tendo em vista o Radiograma nº 14/IAE/100408, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada ao Coronel-Engenheiro OLYMPIO ACHILLES DE FARIA MELLO (Nr Ord 2311950), de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, observando o art. 50, inciso II, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002. (IAE)

PORTARIA DIRAP Nº 2.163/1RC, DE 6 DE MAIO DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em face da delegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso III, da Portaria COMGEP nº 49/5EM, de 29 JUN 2006, e tendo em vista o Processo nº 67240.002474/2008-08, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada ao Tenente-Coronel-de-Infantaria LUCIO CHARLES MOREIRA (Nr Ord 1555715), de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, observando o art. 50, inciso II, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002. (COMAR 3)

PORTARIA DIRAP Nº 2.174/1RC, DE 7 DE MAIO DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em face da delegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso III, da Portaria COMGEP nº 49/5EM, de 29 JUN 2006, e tendo em vista o art. 98, inciso IV, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

Transferir para a reserva remunerada o Tenente-Coronel-Especialista-em-Controle de Tráfego Aéreo VALDECIR FERNANDO COELHO (Nr Ord 0918377), de acordo com o art. 96, inciso II, com a remuneração a que fizer jus, observando o art. 34 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002. (COMAR 5)

PORTARIA DIRAP Nº 2.191/IRC, DE 7 DE MAIO DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em face da delegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso III, da Portaria COMGEP nº 49/SEM, de 29 JUN 2006, e tendo em vista o Radiograma nº 57/SPM/140408, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada ao Tenente-Coronel QFO ASS JOSELMA TEIXEIRA MARTINS DA MOTA (Nr Ord 1373536), de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, observando o art. 50, inciso II, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002. (HASP)

PORTARIA DIRAP Nº 2.192/IRC, DE 7 DE MAIO DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em face da delegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso III, da Portaria COMGEP nº 49/SEM, de 29 JUN 2006, e tendo em vista o Radiograma nº 58/SPM/150408, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada à Major QFO ENF MARIA LUIZA MARQUES PAULA (Nr Ord 2767457), de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, observando o art. 50, inciso II, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002. (HASP)

PORTARIA DIRAP Nº 2.193/IRC, DE 7 DE MAIO DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em face da delegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso III, da Portaria COMGEP nº 49/SEM, de 29 JUN 2006, e tendo em vista o Processo nº 67617.001506/2008-24, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada ao Segundo-Tenente QOEA SVM ELZIR NUNES SAMPAIO (Nr Ord 0500330), de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, observando o art. 34 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002. (SRPV SP)

Maj Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
(DOU nº 87, de 08 MAIO 2008)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

4 - FALECIMENTO

Em 11 abr. 2008 - Ten Cel Refm FRANCISCO JOSÉ TELES TEIXEIRA, Nr Ord 0827940, adido ao COMAR 1 (Rd nº 331/SIP-1, de 16 abr. 2008 – EMCOMAR 1);

Em 15 mar. 2008 - Cap Refm ARNALDO BEZERRA DE MIRANDA, Nr Ord 0889067, adido ao COMAR 2 (Rd nº 358/SERINT, de 28 abr. 2008 – SERINT2);

Em 09 mar. 2008 – Cap Refm JOSÉ UBIRAJARA DE CASTILHO, Nr Ord 1217852, adido ao COMAR 4 (Rd nº 275/SIP, de 02 abr. 2008 – EMCOMAR 4);

Em 20 abr. 2008 – SO Refm DORIVAL ANTONIO ROQUE, Nr Ord 8001430, vinculado a AFA (Rd nº 43/SIAPMIL, de 23 abr. 2008 – AFA);

Em 02 jan. 2008 – SO Refm NOE FIDELES DE SOUZA, Nr Ord 0755680, adido ao COMAR 2 (Rd nº 359/SERINT, de 28 abr. 2008 – SERINT2);

Em 15 abr. 2008 – SO Refm SERGIO GETULIO ALMEIDA, Nr Ord 0640689, vinculado a BACG (Rd nº 37/EP-7, de 17 abr. 2008 – BACG);

Em 14 mar. 2008 – 1S Refm AZUREM MARTINS BRAGA, Nr Ord 0029459, vinculado a BASV (Rd nº 47/EP2D, de 16 abr. 2008 – BASV);

Em 31 dez. 2007 – 3S Refm CELSO AUGUSTO DA COSTA SANTOS, Nr Ord 0158763, adido ao COMAR 1 (Rd nº 330/SIP-1, de 16 abr. 2008 – EMCOMAR 1);

Em 06 mar. 2008 – TM Refm AMARO AGRIPINO LINS DE SOUZA, Nr Ord 0156019, adido ao COMAR 2 (Rd nº 357/SERINT, de 28 abr. 2008 – SERINT2);

Em 12 mar. 2008 – S2 Refm ADAUTO DA SILVA, Nr Ord 0415200, adido ao COMAR 4 (Rd nº 328/SIP, de 14 abr. 2008 – EMCOMAR 4).

(Item 364/3RC/2008)

5 - PERMANÊNCIA DE ADIÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE VINCULAÇÃO

Tendo em vista o estabelecido no Capítulo 25 - Adição e Vinculação de Militares Reformados - da ICA 35-1, de 05 out. 2007, publicada no BCA nº 194, de 09 out. 2007, os militares infra relacionados, permanecem a adidos aos Comandos Aéreos Regionais abaixo, para fins de justiça e disciplina, ficando vinculados às Unidades Pagadoras assinaladas, com vistas a percepção de proventos:

QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL

SO Refm ARY CHAVES RACHEL, Nr Ord 0830267

(Rd nº 118/SDP, de 09 abr. 2008 – EEAR)

SO Refm EURICO DUTRA DE CARVALHO, Nr Ord 0887919

(Rd nº 371/SIP, de 16 abr. 2008 – EMCOMAR 4)

ORIGEM/DESTINO

BACG/EEAR

COMAR 4/AFA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL

SO Refm JOÃO CHAVES FEIJÃO, Nr Ord 0629871
(Rd nº 19/EP6, de 10 abr. 2008 – BASM)

BASM/BAFL

TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL

1S Refm ADAHYL BARBOSA, Nr Ord 0904201
(Rd nº 61/SIPM, de 17 abr. 2008 – CIAAR)

CIAAR/PAMALS

SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL

1S Refm FRANCISCO DE SALES HOLANDA MAIA, Nr Ord 0756458
(Rd nº 393/INAT, de 14 abr. 2008 – BAFZ)

COMAR 2/BAFZ

(Item 365/3RC/2008)

6 - REQUERIMENTO - DESPACHO

No requerimento em que a 1º Tenente da reserva não remunerada SOLANGE MOREIRA DE JESUS solicita Certidão de Tempo de Serviço Militar para fins de comprovação junto à Justiça Federal, foi exarado o seguinte despacho Exmo Sr Vice-Diretor: “DEFERIDO. Certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos da alínea ‘b’ do inciso XXXIV do art. 5º da Constituição Federal de 1988.” (Processo nº 67550.000763/2008-61)

(Item 369/3RC/2008)

No requerimento em que o 1º Tenente da reserva não remunerada LEONARDO SANCHES FROES solicita Certidão de Tempo de Serviço Militar para fins de averbação junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, foi exarado o seguinte despacho Exmo Sr Vice-Diretor: “DEFERIDO. Certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos da alínea ‘b’ do inciso XXXIV do art. 5º da Constituição Federal de 1988.” (Processo nº 67281.003352/2008-44)

(Item 370/3RC/2008)

No requerimento em que o Reservista FRANCISCO DE OLIVEIRA MOTA solicita Certidão de Tempo de Serviço Militar para fins de averbação junto ao Ministério Público Federal, foi exarado o seguinte despacho Exmo Sr Vice-Diretor: “DEFERIDO. Certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos da alínea ‘b’ do inciso XXXIV do art. 5º da Constituição Federal de 1988.” (Processo nº 67410.003998/2008-17)

(Item 367/3RC/2008)

No requerimento em que o Reservista MOISÉS WASHINGTON DE OLIVEIRA solicita Certidão de Tempo de Serviço Militar para fins de averbação junto à Justiça Federal, foi

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

exarado o seguinte despacho Exmo Sr Vice-Diretor: “DEFERIDO. Certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos da alínea ‘b’ do inciso XXXIV do art. 5º da Constituição Federal de 1988.” (Processo nº 67410.004159/2008-16)

(Item 368/3RC/2008)

7 - TRANSFERÊNCIA DE ADIÇÃO E VINCULAÇÃO

Tendo em vista o estabelecido no Capítulo 25 - Adição e Vinculação de Militares Reformados - da ICA 35-1, de 05 out. 2007, publicada no BCA nº 194, de 09 out. 2007, os militares infra relacionados, sejam transferidos como adidos aos Comandos Aéreos Regionais abaixo, para fins de justiça e disciplina, passando a vinculados às Unidades Pagadoras assinaladas, com vistas a percepção de proventos:

<u>DO TERCEIRO PARA O QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL</u>	<u>ORIGEM/DESTINO</u>
Cap Refm MARIALDO ROBERTO G. FERRARO, Nr Ord 8029008 (Rd nº 45/DRHI-1, de 10 abr. 2008 – GIASJ)	PIPAR/GIASJ
SO Refm ISRAEL PINHEIRO DA SILVA, Nr Ord 0333999 (Rd nº 117/SDP, de 11 abr. 2008 – EEAR)	PIPAR/EEAR
 <u>DO QUINTO PARA O TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL</u>	
S2 Refm DEONIR TEIXEIRA DE OLIVEIRA, Nr Ord 1908928 (Rd nº 21/EP6, de 16 abr. 2008 – BASM)	BASM/PIPAR
 <u>DO SEGUNDO PARA O SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL</u>	
S2 Refm JOSÉ VALTER SILVA DE ALCÂNTARA, Nr Ord 0280631 (Rd nº 92/SERINT6, de 14 abr. 2008 – SERINT6)	BAFZ/COMAR 6
 <u>DO SÉTIMO PARA O SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL</u>	
S2 Refm WHELITON ANTONIO DA SILVA, Nr Ord 0435430 (Rd nº 31/SIP, de 23 abr. 2008 – BAAN)	COMAR 7/BAAN

(Item 366/3RC/2008)

CIVIL**1 - APOSENTADORIA**

PORTARIA DIRAP Nº 1.785/DPC, DE 15 DE ABRIL DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria COMGEP nº 49/5EM, de 29 de junho de 2006, em seu art. 3º, inciso III, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 126, de 7 de julho de 2006, tendo em vista o pronunciamento do Órgão de Saúde da Aeronáutica, resolve:

Art. 1º Aposentar por invalidez, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o Serviço Público em 5 de agosto de 1999, WALDEMAR MEIRELLES MARQUES, matrícula nº

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

0194845-SIAPE, no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, código NM-1006, nível auxiliar, classe "B", padrão IV, do Quadro Permanente do Comando da Aeronáutica, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, combinado com o art. 186, inciso I, § 1º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com os proventos integrais (Processo nº 67246.001373/2006-90). Código de vaga nº 84323.

Art. 2º Esta Portaria produzirá efeitos legais a partir de 3 de setembro de 2003, observando-se o Enunciado da Súmula nº 249 do TCU.

PORTARIA DIRAP Nº 1.832/DPC, DE 17 DE ABRIL DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria COMGEP nº 49/SEM, de 29 de junho de 2006, em seu art. 3º, inciso III, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 126, de 7 de julho de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria, de acordo com o art. 40, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, combinado com os art. 186, inciso III, alínea "a" e 192, inciso II da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assegurado pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, a ANTONIO BENEDICTO FERREIRA DA COSTA, matrícula nº 0204170-SIAPE, no cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia, código 407002, nível intermediário, classe "Assistente 3", padrão III, do Plano de Carreiras para a Área de Ciência e Tecnologia, estabelecido pela Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, reestruturado pela Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, do Quadro Permanente do Comando da Aeronáutica, com os proventos acrescidos da diferença entre a classe "Assistente 3", padrão III e a classe "Assistente 2", padrão III, de idêntica Categoria Funcional (Processo nº 67720.011731/2007-19). Código de vaga nº 86329.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
(DOU nº 75, de 18 ABR 2008)

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria COMGEP nº 49/SEM, de 29 de junho de 2006, em seu art. 3º, inciso III, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 126, de 7 de julho de 2006, resolve:

PORTARIA DIRAP Nº 1.895/DPC, DE 24 DE ABRIL DE 2008.

Art. 1º Declarar aposentada compulsoriamente, a partir de 20 de fevereiro de 2008, MARIA CELESTE DE CAMPOS SANTANA, matrícula nº 0205186-SIAPE, no cargo de Agente de Portaria, código 481026, nível intermediário, classe "S", padrão III, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-PGPE estabelecido pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro Permanente do Comando da Aeronáutica, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso II da Constituição Federal, conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

com os proventos proporcionais calculados na forma do art. 1º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004 (Processo nº 67439.003464/2008-64). Código de vaga nº 86503.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DIRAP Nº 1.896/DPC, DE 24 DE ABRIL DE 2008.

Art. 1º Conceder aposentadoria, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a JOÃO BEZERRA DE MEDEIROS, matrícula nº 0214003-SIAPE, no cargo de Agente Administrativo, código 481004, nível intermediário, classe "S", padrão III, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-PGPE estabelecido pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro Permanente do Comando da Aeronáutica (Processo nº 67202.021438/2008-91). Código de vaga nº 91379.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DIRAP Nº 1.897/DPC, DE 24 DE ABRIL DE 2008.

Art. 1º Conceder aposentadoria, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a JOSÉ EDUARDO TIMOTEO, matrícula nº 0194603-SIAPE, no cargo de Técnico, código 406003, nível intermediário, classe "Técnico 3", padrão III, do Plano de Carreiras para a Área de Ciência e Tecnologia, estabelecido pela Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, reestruturado pela Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, do Quadro Permanente do Comando da Aeronáutica, com Especialização prevista no art. 21 da Lei nº 8.691/93, com redação dada pela Lei nº 11.094, de 13 de janeiro de 2005 (Processo nº 67720.000465/2008- 71). Código de vaga nº 84135.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
(DOU nº 79, de 25 ABR 2008)

2 - DECLARAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 1.956/DPC, DE 25 DE ABRIL DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, tendo em vista o art. 3º, inciso IV, da Portaria COMGEP nº 49/SEM, de 29 de junho de 2006, publicada no BCA nº 126 de 7 de julho de 2006, resolve:

Declarar, em cumprimento à Decisão nº 535/2008 – TCU - 2ª Câmara, Processo nº TC 006.214/2007-1, publicado no DOU nº 51 de 14 de março de 2008, que o servidor

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

MASSANORI SATO, matrícula SIAPE nº 00194174, reassumiu a atividade do cargo de Tecnologista, classe " Sênior", padrão III, NS, a partir de 22 de abril de 2008, no Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE, em virtude de o Tribunal de Contas da União ter considerado ilegal a aposentadoria do servidor (Proc. nº 67800.001653.2008-27 - SEFA).

Maj Brig Ar LUIZ CARLOS TERCOTTI
(DOU nº 80, DE 28 ABR 2008)

3 - DESIGNAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 1.837/DPC, DE 17 DE ABRIL DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º, item II, da Portaria COMGEP nº 49/5EM, de 29 de junho de 2006, publicada no BCA nº 126, de 07 de julho de 2006, resolve:

Designar MÁRCIO LOPES ALVES, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, código 482079, classe "S", padrão III, NI, matrícula SIAPE nº 0194849, CPF nº 749.078.597-91, para exercer a Função Gratificada, código FGR - 3, do Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro - GAP RJ (Proc. nº 67246.000426/2008-17 – GAP RJ)

Maj Brig Ar LUIZ CARLOS TERCOTTI
(DOU nº 75, de 18 ABR 2008)

4 - DISPENSA

PORTARIA DIRAP Nº 1.882/DPC, DE 22 DE ABRIL DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º, inciso II, da Portaria COMGEP nº 49/5EM, de 29 de junho de 2006, publicada no BCA nº 126, de 7 de julho de 2006, resolve:

Dispensar NEIDE CAMPOS VALENÇA, Programador, código CTMOC 444027, Classe "S", padrão III, matrícula SIAPE nº 0194804, CPF nº 822.060.317-87, da Função Gratificada, código FGR- 1, da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica - DIRENG, a partir de 16 de abril de 2008 (MD nº 640/SPC de 070408- GAP RJ).

Maj Brig Ar LUIZ CARLOS TERCOTTI
(DOU nº 78, de 24 ABR 2008)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

5 - EXONERAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 1.958/DPC, DE 25 DE ABRIL DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria COMGEP nº 049/5EM, de 29 de junho de 2006, art. 3º, inciso III, publicada no BCA nº 126, de 7 de julho de 2006, resolve:

Exonerar, a pedido, de acordo com o art. 34, da Lei nº 8112/90, de 11 de dezembro de 1990, o servidor MARCOS ANTONIO ALMEIDA SOUTO JUNIOR, do Cargo de Técnico em Eletrônica e Telecomunicações, código DACTA-1304, classe "A", padrão I, NI, matrícula SIAPE nº 1556632, a partir de 31 de março de 2008, código de vaga nº 0085044, lotado no Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Proc. nº 67613.006337/2008-59 - CINDACTA II).

PORTARIA DIRAP Nº 1.957/IRC, DE 25 DE ABRIL DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 049/5EM, de 29 de junho de 2006, art. 3º, inciso III, publicada no BCA nº 126, de 7 de julho de 2006, resolve:

Exonerar, a pedido, de acordo com o art. 34, da Lei nº 8112/90, de 11 de dezembro de 1990, o servidor ALESSANDRO XAVIER DO CARMO, do cargo de Agente Administrativo, código 481004, classe "C", padrão VI, NI, Matrícula SIAPE nº 1055849, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de abril de 2008, código de vaga nº 91978, lotado na Diretoria de Intendência (Proc. nº 67246.001381/2008 - 06 GAP RJ).

Maj Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
(DOU nº 80, DE 28 ABR 2008)

PORTARIA DIRAP Nº 1.883/DPC, DE 22 DE ABRIL DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 049/5EM, de 29 de junho de 2006, art. 3º, inciso III, publicada no BCA nº 126, de 7 de julho de 2006, resolve:

Exonerar, a pedido, de acordo com o art. 34, da Lei nº 8112/90, de 11 de dezembro de 1990, o servidor VITOR BASTOS NEVES, do cargo de Técnico, classe 1, padrão IV, NI, Matrícula SIAPE nº 1472774, a partir de 18 de março de 2008, código de vaga nº 89187, lotado no Instituto de Aeronáutica e Espaço (Proc. nº 67760.000510/2008 - 11 - IAE).

Maj Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
(DOU nº 78, de 24 ABR 2008)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

6 - NOMEAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 1.885/DPC, DE 22 DE ABRIL DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º, inciso III, da Portaria COMGEP nº 49/5EM, de 29 de junho de 2006, publicada no BCA nº 126, de 7 de julho de 2006, e de acordo com a Portaria nº 200, de 10 de julho de 2007, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU nº 132, de 11 de julho de 2007, Seção 1, resolve:

Nomear, em caráter efetivo, de acordo com os art. 9º, inciso I, e 10 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e o que consta na homologação prevista no Edital nº 4/2007, publicado no DOU nº 154, de 10 de agosto de 2007, Seção 3, o candidato IVANTUIL DE ANDRADE FRANCHINI, em vaga (Cód. 0816933), decorrente da exoneração de José Carlos Lacerda Caldas, ocorrida em 29 de fevereiro de 2008, publicada no DOU nº 61, de 31 de março de 2008, habilitado em concurso público, para o exercício no cargo de Técnico de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, DACTA-1301 (NS), do Grupo de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, na área de Engenharia de Telecomunicações, Classe A, padrão I, sob o regime de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação no Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA, no Rio de Janeiro - RJ.

O prazo para a posse do concursado, ora nomeado, é de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desta portaria, de acordo com o parágrafo 1º do art. 13, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

PORTARIA DIRAP Nº 1.893/DPC, DE 22 DE ABRIL DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º, inciso III, da Portaria COMGEP nº 49/5EM, de 29 de junho de 2006, publicada no BCA nº 126, de 7 de julho de 2006, e tendo em vista a autorização dada pela Portaria nº 200, de 10 de julho de 2007, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU nº 132, de 11 de julho de 2007, Seção 1, resolve:

Nomear, em caráter efetivo, de acordo com os art. 9º, inciso I, e 10 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e o que consta na homologação prevista no Edital nº 4, de 31 de julho de 2007, publicado no DOU nº 154, de 10 de agosto de 2007, e Edital nº 1, de 4 de abril de 2008, publicado no DOU nº 68, de 9 de abril de 2008, ambos na Seção 3, os candidatos habilitados em concurso público para o provimento no cargo de Técnico em Informações Aeronáuticas, DACTA - 1302 (NI), do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, na Classe A, padrão I, sob o regime de 40 (quarenta) horas semanais, abaixo discriminados:

01 - WLADIMIR SAMPAIO SIECZKO, em vaga (CÓD 0089813), decorrente da aposentadoria de Solange Carvalho Villaverde, ocorrida em 5 de agosto de 2003, com lotação no Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA II, com destino ao Destacamento de Controle do Espaço Aéreo do Bacacheri (DTCEA BI), em Curitiba-PR;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

02 - VITORINO JOSÉ BARROS DA SILVA, em vaga (CÓD 0817086), criada conforme art. 25 da Lei nº 11.490, publicada no DOU de 21 de junho de 2007, com lotação no Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA III, em Recife-PE;

03 - MATHEUS STEFAN FILGUEIRAS, em vaga (CÓD 0817088), criada conforme art. 25 da Lei nº 11.490, publicada no DOU de 21 de junho de 2007, com lotação no Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo, com destino ao Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Campo de Marte (DTCEA MT), São Paulo- SP.

04 - RAFAEL PEREIRA TORRES BORGES, em vaga (CÓD 0817087), criada conforme art. 25 da Lei nº 11.490, publicada no DOU de 21 de junho de 2007, com lotação no Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo, em São Paulo-SP;

05 - FILIPE GESSI GOMES DA SILVA, em vaga (CÓD 0089683), decorrente da aposentadoria de Evanize Maria Costa Miranda, ocorrida em 27 de dezembro de 2007, com lotação no Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA I, em Brasília-DF;

06 - CAMILA CRISTINA CAVALCANTI DE MELO, em vaga (CÓD 0817085), criada conforme art. 25 da Lei nº 11.490, publicada no DOU de 21 de junho de 2007, com lotação no Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA II, com destino ao Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Foz do Iguaçu (DTCEA FI), em Foz do Iguaçu-PR;

O prazo para a posse dos concursados, ora nomeados, é de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desta portaria, de acordo com o parágrafo 1º do art. 13, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

Maj Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
(DOU nº 78, DE 24 ABR 2008)

7 - PORTARIA - ANULAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 1.839/DPC, DE 17 DE ABRIL DE 2008.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria COMGEP nº 49/5EM, de 29 de junho de 2006, em seu art. 3º, inciso III, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 126, de 7 de julho de 2006, resolve:

Art. 1º Anular a Portaria CTA nº 563/DPC, de 14 de dezembro de 1995, publicada no DOU nº 248, de 28 de dezembro de 1995, em face do julgamento pelo Tribunal de Contas da União Processo nº TC-006.214/2007-1, Acórdão nº 535/2008-TCU- 2ª Câmara, publicado no Diário Oficial da União nº 51, de 14 de março de 2008, que considerou ilegal a aposentadoria de MASSANORI SATO, matrícula SIAPE nº 0194174, aplicando-se a Súmula TCU nº 106 no que tange às parcelas indevidamente percebidas de boa-fé.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

Art. 2º Em consequência, deverá o servidor retornar à atividade, uma vez que, excluído o tempo impugnado, resta não-atendido o requisito tempo de serviço (Processo nº 06-11/3812/95)

Maj Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
(DOU nº 75, de 18 ABR 2008)

SEÇÃO II - DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO III - DIRETORIA DE INTENDÊNCIA
(Sem alteração)

SEÇÃO IV - DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO
(Sem alteração)

SEÇÃO V - DIRETORIA DE SAÚDE
(Sem alteração)

SEXTA PARTE

ATOS DAS DEMAIS AUTORIDADES

SEÇÃO I - DEMAIS MINISTÉRIOS

1 - CESSÃO

PORTARIA Nº 775, DE 16 DE ABRIL DE 2008.

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso II do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, alterado pelos Decretos nº 4.493, de 3 de dezembro de 2002 e 4.587, de 10 de fevereiro de 2003, e em cumprimento ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a nova redação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e pelo art. 1º da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, e, ainda,

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

considerando o disposto nos Ofícios-Circulares nº 32, de 29 de dezembro de 2000 e 69, de 21 de dezembro de 2001, resolve:

Efetivar, pelo prazo de 1 (um) ano, a seguinte cessão:

Servidor : NILSON DE JESUS RIBEIRO - Matrícula SIAPE nº 0208486

Cargo : Motorista Oficial

Origem : Comando da Aeronáutica

Para : Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Função / cargo : Assistente Operacional I, Código FC-01

Ônus : Órgão Cedente (previsto no art. 93, § 1º, da Lei nº 8.112/ 90)

Processo : 60000.017590/2007-16

Art. 1º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do servidor ao seu órgão de origem ao término da cessão.

Art. 2º A presente autorização de cessão cessará antes de seu término na hipótese de exoneração ou dispensa do cargo ou função de confiança, caso em que o órgão cessionário deverá providenciar imediatamente a apresentação do servidor ao seu órgão de origem.

Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar a frequência do servidor, mensalmente, ao órgão ou entidade cedente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DUVANIER PAIVA FERREIRA
(DOU nº 75, DE 18 ABR 2008)

SEÇÃO II - SECRETARIAS DE ESTADO
(Sem alteração)

SEÇÃO III - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Sem alteração)

SEÇÃO IV - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 090, de 14 MAIO 2008)

SEÇÃO V - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Sem alteração)

SEÇÃO VI - COMANDOS DA MARINHA E DO EXÉRCITO
(Sem alteração)

SEÇÃO VII - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
(Sem alteração)

DAVID DE ANDRADE TEIXEIRA Cel Int
Ch do CENDOC

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ADMISSÃO E SELEÇÃO

IE/EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE
ADMISSÃO AOS CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009**

2008

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**



ADMISSÃO E SELEÇÃO

IE/EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE
ADMISSÃO AOS CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009**

2008



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

PORTARIA DEPENDS Nº 83-T/DE-2, DE 12 DE MAIO DE 2008.

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão aos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2009 (IE/EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º mar. 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão aos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENDS

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE ADMISSÃO AOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS AVIADORES, INTENDENTES E DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA DO ANO DE 2009 (IE/EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	6
1.1 <u>FINALIDADE</u>	6
1.2 <u>AMPARO NORMATIVO</u>	6
1.3 <u>ÂMBITO</u>	6
1.4 <u>DIVULGAÇÃO</u>	6
1.5 <u>RESPONSABILIDADE</u>	7
1.6 <u>ANEXOS</u>	7
2 OBJETO DO EXAME DE ADMISSÃO	7
2.1 <u>PÚBLICO ALVO</u>	7
2.2 <u>QUADROS DE OFICIAIS AVIADORES, INTENDENTES E DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA</u>	8
2.3 <u>VAGAS</u>	8
2.4 <u>CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS AVIADORES, INTENDENTES E DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA (CFOAV/CFOINT/CFOINF)</u>	9
2.5 <u>SITUAÇÃO DURANTE O CFOAV/CFOINT/CFOINF</u>	9
2.6 <u>SITUAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DO CFOAV/CFOINT/CFOINF</u>	10
3 INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO	10
3.1 <u>CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO</u>	10
3.2 <u>LOCALIDADES PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE ADMISSÃO</u>	14
3.3 <u>ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO</u>	17
3.4 <u>RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO</u>	19
4 CONCENTRAÇÕES	20
5 PROCESSO SELETIVO	20
5.1 <u>ETAPAS</u>	20
5.2 <u>EXAME DE ESCOLARIDADE</u>	21
5.3 <u>CONVOCAÇÃO PARA CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA, INSPSAU, EAP e TACF</u>	23
5.4 <u>INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)</u>	24
5.5 <u>EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)</u>	24
5.6 <u>TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)</u>	25
6 RECURSOS	25
6.1 <u>INTERPOSIÇÃO</u>	25
6.2 <u>RECURSO PARA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO INDEFERIDA</u>	26
6.3 <u>RECURSOS PARA O EXAME DE ESCOLARIDADE</u>	26
6.4 <u>RECURSO PARA A INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)</u>	28
6.5 <u>RECURSO PARA O EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)</u>	28
6.6 <u>RECURSO PARA O TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)</u>	29
7 RESULTADO FINAL DO EXAME	29
8 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA	30

9 DISPOSIÇÕES GERAIS	32
9.1 <u>COMPARECIMENTO AOS EVENTOS PROGRAMADOS</u>	32
9.2 <u>UNIFORME.....</u>	33
9.3 <u>DIVULGAÇÃO DE GABARITOS E DE RESULTADOS</u>	33
9.4 <u>EXCLUSÃO DO EXAME DE ADMISSÃO</u>	34
9.5 <u>VALIDADE DO EXAME DE ADMISSÃO.....</u>	35
10 DISPOSIÇÕES FINAIS	35

ANEXOS

- Anexo 1 – Siglas utilizadas pelo Comando da Aeronáutica constantes destas Instruções**
- Anexo 2 – Calendário de Eventos**
- Anexo 3 – Requisitos para Inspeção de Saúde**
- Anexo 4 – Programa de Matérias**
- Anexo 5 – Informações sobre avaliação do Exame de Aptidão Psicológica**
- Anexo 6 – Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF)**
- Anexo 7 – Requerimento para inscrição em grau de recurso**
- Anexo 8 – Ficha informativa sobre formulação de questão**
- Anexo 9 – Requerimento para Inspeção de Saúde em grau de recurso**
- Anexo 10– Requerimento para Exame de Aptidão Psicológica em grau de recurso**
- Anexo 11– Requerimento para Entrevista Informativa**
- Anexo 12– Requerimento para Teste de Avaliação do Condicionamento Físico em grau de recurso**

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE ADMISSÃO AOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS AVIADORES, INTENDENTES E DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA DO ANO DE 2009 (IE/EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009)

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

1.1.1 As presentes instruções, aprovadas pela Portaria DEPENS nº 83-T/DE-2, de 12 de maio de 2008, têm por finalidade regular e divulgar as condições e os procedimentos aprovados para inscrição e participação no Exame de Admissão aos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2009 (EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009).

1.2 AMPARO NORMATIVO

1.2.1 As presentes instruções encontram-se fundamentadas pelas Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, e publicadas no Diário Oficial da União (DOU) nº 43, de 2 de março de 2001, e regulamentadas pelas Instruções Complementares para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria DEPENS nº 34/DE-2, de 29 de março de 2001, e publicadas no DOU nº 71-E, de 11 de abril de 2001.

1.3 ÂMBITO

1.3.1 As presentes instruções aplicam-se:

- a) a todas as Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER), no tocante à divulgação das condições e dos procedimentos aprovados para inscrição e participação no EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009;
- b) a Comandantes, Chefes e Diretores de OM das Forças Armadas e de Forças Auxiliares a cujo efetivo pertencer o militar interessado no presente processo seletivo, no tocante à observância das condições para a inscrição no Exame de Admissão e ao atendimento das condições para a habilitação à matrícula nos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores ou Intendentes ou de Infantaria da Aeronáutica (CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009); e
- c) a todos os interessados em participar do EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009.

1.4 DIVULGAÇÃO

1.4.1 O ato de aprovação das presentes instruções encontra-se publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

1.4.2 Para conhecimento dos interessados, estas instruções encontram-se publicadas no BCA e estão disponíveis na Internet, na página oficial do Comando da Aeronáutica (www.fab.mil.br), durante toda a validade do EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009.

1.4.3 O endereço da Internet, acima citado, poderá ser utilizado para obtenção do que se segue:

- a) Instruções Específicas para o exame e seus anexos;
- b) Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI);
- c) Resultado da solicitação de inscrição; e
- d) Informações e resultados referentes aos diversos eventos seletivos e classificatórios dos exames.

1.4.4 Os interessados poderão, também, obter informações sobre o Exame de Admissão junto aos Serviços Regionais de Ensino (SERENS), órgãos do COMAER que possuem vínculo sistêmico com o DEPENS, e junto à Academia da Força Aérea (AFA), por intermédio dos seguintes telefones:

SERENS 1 – Belém - PA: (91) 3231-2989 e FAX: 3238-3500
SERENS 2 – Recife - PE:..... (81) 2129-7092 e FAX: 2129-7222
SERENS 3 – Rio de Janeiro - RJ: (21) 2101-4933, 2101-6015, 2101-6026 e
FAX: 2101-4949
SERENS 4 – São Paulo - SP: (11) 3346-6109 e FAX: 3208-9267
SERENS 5 – Canoas - RS: (51) 3462-1204 e FAX: 3462-1132
SERENS 6 – Brasília - DF: (61) 3364-8205 e FAX: 3365-1393
SERENS 7 – Manaus - AM:..... (92) 2129-1735, 2129-1736 e FAX: 3629-1805
AFA:(19) 3565-7200 e FAX: 3565-7100

1.5 RESPONSABILIDADE

1.5.1 Este Exame de Admissão será regido por estas instruções e sua execução será de responsabilidade da AFA com apoio dos SERENS, das Organizações Militares de Apoio (OMAP), do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), da Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA), da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA) e demais órgãos do Comando da Aeronáutica que tenham algum envolvimento com as atividades de Admissão e Seleção.

1.5.2 Constitui-se responsabilidade do interessado em participar do EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009 a leitura integral e o conhecimento pleno destas instruções.

1.6 ANEXOS

1.6.1 Integram as presentes instruções, na forma de anexo, informações e formulários cujos teores devem ser conhecidos pelos interessados em participar do EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009.

1.6.1.1 Para melhor compreensão das orientações e para conhecimento do significado técnico de determinados vocábulos e siglas contidas nestas instruções, recomenda-se ao candidato consultar o glossário constante no Anexo 1 a estas Instruções.

1.6.2 Para realização de todas as fases previstas neste exame, inclusive das ações pormenorizadas que as constituem, o candidato deverá observar o rigoroso cumprimento dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos constante do Anexo 2.

2 **OBJETO DO EXAME DE ADMISSÃO**

2.1 PÚBLICO ALVO:

2.1.1 O presente Exame de Admissão destina-se a selecionar brasileiros natos, do sexo masculino ou de ambos os sexos (conforme o curso), que atendam às condições e às normas estabelecidas nestas instruções, para ingresso no efetivo da Aeronáutica como Cadete da Aeronáutica, de acordo com as necessidades do COMAER e, após conclusão do curso e posterior promoção a 2º Tenente, para compor os Quadros de Oficiais Aviadores (QOAV), Intendentes (QOINT) ou de Infantaria da Aeronáutica (QOINF) do Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica.

2.1.1.1 Toda vez que nessas instruções for feita referência a candidato e o assunto em si estiver relacionado a candidatos de ambos os sexos, conforme a indicação de cursos e vagas prevista no item 2.3.2, e não estiverem colocadas as desinências “o (a)”, a redação utilizará o gênero masculino.

2.2 QUADROS DE OFICIAIS AVIADORES, INTENDENTES E DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA

2.2.1 Os Quadros de Oficiais Aviadores (QOAV), criado pelo Del nº 3.826, de 18 de novembro de 1941, Intendentes (QOINT), criado pelo Del nº 3.876, de 3 de dezembro de 1941, alterado pelo Del 8.180, de 19 de novembro de 1945 e de Infantaria da Aeronáutica (QOINF), criado pelo Del nº 4.754, de 29 de setembro de 1942, são quadros de oficiais de carreira que, regulados, respectivamente, pela ICA 36-5- Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Aviadores (IRQOAV), ICA 36-9- Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Intendentes (IRQOINT) e ICA 36-10 - Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais de Infantaria (IRQOINF) da Aeronáutica, aprovadas pelas Portarias nº 798/GC3, nº 800/GC3 e nº 801/GC3, todas de 11 de novembro de 2002, destinam-se a atender às necessidades de pessoal para o preenchimento de cargos e para o desempenho de funções afetas aos Oficiais Aviadores, Intendentes e Infantes.

2.3 VAGAS

2.3.1 As vagas fixadas para matrícula nos CFOAV/CFOINT/CFOINF são destinadas aos candidatos aprovados neste Exame de Admissão, classificados dentro do número de vagas e que forem habilitados à matrícula em um dos cursos.

2.3.2 Os candidatos concorrem às vagas fixadas nestas instruções, distribuídas conforme o quadro a seguir apresentado e àquelas que porventura vierem a surgir, durante o prazo de validade do presente Exame de Admissão.

QUADRO	VAGAS
CFOAV	20 (para o sexo masculino)
	20 (para o sexo feminino)
CFOINT	30 (para ambos os sexos)
CFOINF	13 (somente para o sexo masculino)

2.3.2.1 Os candidatos optarão por concorrer às vagas de um ou de mais de um curso.

2.3.2.2 Para a escolha do(s) curso(s) a cujas vagas concorrerá, o candidato, além de se orientar por suas aptidões e preferências, deverá atentar para os critérios a seguir:

a) às vagas para o CFOAV e CFOINT poderão concorrer candidatos de ambos os sexos, sendo que as vagas fixadas para o CFOAV encontram-se separadas por sexo, masculino e feminino;

b) às vagas para o CFOINF poderão concorrer somente candidatos do sexo masculino; e

c) as vagas destinadas ao CFOAV não preenchidas por candidatos de determinado sexo serão preenchidas pelos candidatos do sexo oposto.

2.3.2.3 Os procedimentos para escolha dos cursos serão realizados por meio do preenchimento eletrônico do FSI que estará disponível na Internet, no período de inscrição, e conforme orientações contidas nos itens 3.3.9 a 3.3.11.5.

2.3.2.4 Os critérios para indicação à matrícula dos candidatos aprovados nas provas escritas, classificados dentro do número de vagas do Exame de Admissão e aprovados nas demais etapas do processo seletivo encontram-se definidos no item 7 que trata do resultado final deste processo seletivo.

2.4 CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS AVIADORES, INTENDENTES E DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA (CFOAV/CFOINT/CFOINF)

2.4.1 O CFOAV, o CFOINT e o CFOINF, ministrados pela Academia da Força Aérea (AFA), em Pirassununga-SP, são cursos de nível superior, da fase de Formação do Ensino Aeronáutico, de acordo com a Lei nº 7.549, de 11 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 1.838, de 20 de março de 1996. Os referidos cursos são reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) como cursos superiores (Pareceres nº 326/81 e nº 220/92), tendo por objetivo, respectivamente, a formação do Oficial Aviador, do Oficial Intendente e do Oficial de Infantaria da Aeronáutica, e estão estruturados em uma única fase, com duração de quatro anos, em que são ministradas instruções nos Campos Geral, Técnico-Especializado e Militar.

2.4.2 No aspecto geral, o CFOAV, o CFOINT e o CFOINF estão fundamentados de modo a proporcionar aos Cadetes da Aeronáutica uma base humanística, filosófica, científica e tecnológica necessária ao desenvolvimento da cultura geral e militar, conscientizando-os da realidade em que irão atuar. Adicionalmente, os três cursos promoverão o preparo físico e especializado necessário à profissionalização dos futuros Oficiais da Força Aérea.

2.4.3 Além dessa base comum, citada no item 2.4.2, cada curso será particularizado conforme a seguir:

- a) CFOAV: caracterizado pela instrução de voo, a qual objetiva formar e selecionar o piloto militar e também impelir o desenvolvimento do espírito combativo do futuro Oficial Aviador;
- b) CFOINT: ressalta uma formação administrativa, de forma a permitir ao futuro Oficial Intendente gerir as atividades financeiras e logísticas de material das Organizações Militares;
- c) CFOINF: prepara o futuro Oficial de Infantaria da Aeronáutica para o combate em terra, seja atuando nas Unidades de Infantaria ou compondo a autodefesa das Organizações Militares.

2.4.4 Durante o período compreendido entre a inscrição no Exame de Admissão e a conclusão do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV) ou do Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT), a candidata ou Cadete não deverá apresentar estado de gravidez, dada a incompatibilidade com os testes físicos específicos, de caráter seletivo, estabelecidos nestas instruções, com as atividades físicas obrigatórias a que será submetida, bem como com as atividades aéreas inerentes ao CFOAV. A comprovação do estado de gravidez acarretará a imediata exclusão do Exame de Admissão, ou o desligamento do CFOAV ou do CFOINT.

2.5 SITUAÇÃO DURANTE O CFOAV/CFOINT/CFOINF

2.5.1 O candidato, no momento da matrícula, mediante ato do Comandante da AFA, passa à situação de Cadete da Aeronáutica (Praça Especial, conforme a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares), a ser mantida durante o Curso de Formação.

2.5.2 O Cadete da Aeronáutica é militar da ativa, matriculado em um dos Cursos de Formação de Oficiais da AFA, com precedência hierárquica prevista no Estatuto dos Militares.

2.5.3 O militar da ativa do COMAER matriculado em um dos três cursos será transferido para a AFA, devendo comparecer à referida Academia desimpedido de sua organização e seu desligamento ser efetuado somente após efetivada a matrícula, para evitar interrupção na contagem do tempo de serviço.

2.5.3.1 O dispositivo do item anterior aplica-se também ao candidato militar da ativa do efetivo de outra Força, exceto no que se refere ao ato administrativo de transferência ou movimentação para a AFA.

2.5.4 Durante a realização do curso, o cadete estará sujeito ao regime escolar da AFA e fará jus à remuneração fixada em lei, de acordo com a sua graduação, além de alimentação, alojamento, fardamento, assistência médico-hospitalar e dentária.

2.5.5 O graduado da ativa do COMAER, ao passar à situação de Cadete da Aeronáutica, será excluído do Corpo de Pessoal Graduado e continuará a perceber os vencimentos referentes à graduação que possuía por ocasião da matrícula, se eles forem superiores à remuneração prevista para o cadete.

2.6 SITUAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DOS CFOAV/CFOINT/CFOINF

2.6.1 Após a conclusão dos cursos correspondentes, os cadetes serão nomeados Aspirantes-a-Oficial da Aeronáutica e serão distribuídos nas Organizações Militares do Comando da Aeronáutica, onde irão praticar e aprimorar seus conhecimentos, podendo alcançar como último grau hierárquico, o posto de Tenente-Brigadeiro do Quadro de Oficiais Aviadores, de Major-Brigadeiro do Quadro de Oficiais Intendentes e de Brigadeiro do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, atendida à legislação em vigor. Para tanto, deverão realizar cursos de carreira obrigatórios e serem selecionados dentro das vagas disponibilizadas para esses postos.

3 INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

3.1 CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

3.1.1 CFOAV:

3.1.1.1 São condições para a inscrição e para a realização do processo seletivo do Exame de Admissão ao CFOAV:

- a) ser brasileiro (a) nato (a), conforme parágrafo 3º do art. 12 da Constituição Federal:
“§ 3º - São privativos de brasileiro nato os cargos:
(...)
VI - de oficial das Forças Armadas.”;
- b) ser voluntário (a);
- c) ter, no mínimo, 1,64m e, no máximo, 1,87m de altura para ambos os sexos;
- d) não possuir menos de 17 (dezesete) anos de idade na data da matrícula (19 de janeiro de 2009) e nem completar 21 (vinte e um) anos de idade até 31 de dezembro de 2008 (ano da inscrição) – (candidatos nascidos entre 1º de janeiro de 1988 e 19 de janeiro de 1992);
- e) se do sexo feminino, estar de acordo com as exigências contidas nas instruções do Exame de Admissão, conforme termo de responsabilidade constante do Formulário de Solicitação de Inscrição, relativas ao impedimento de apresentar estado de gravidez no período entre a inscrição no Exame de Admissão e a conclusão do curso;
- f) ter concluído ou estar em condições de concluir, com aproveitamento, o Ensino Médio do Sistema Nacional de Ensino, de forma que possa apresentar, na data da Concentração Final do Exame de Admissão na AFA, o certificado ou diploma de conclusão do referido curso, expedido por estabelecimento de ensino reconhecido pelo órgão federal, distrital, estadual ou regional de ensino competente;
- g) não estar cumprindo medida sócio-educativa pela prática de ato infracional, de acordo com o que prevê a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- h) não ter sido punido (a) com medida sócio-educativa pela prática de ato infracional, de acordo com o que prevê a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- i) se maior de 18 anos de idade, não estar respondendo a qualquer processo criminal;
- j) se maior de 18 anos de idade, não ter sido condenado(a) criminalmente, pela prática de crime de natureza dolosa, por sentença transitada em julgado;
- k) se maior de 18 anos de idade, não estar cumprindo pena por crime militar ou comum;
- l) não ter sido, anteriormente, excluído (a) do serviço ativo por motivo disciplinar, por falta de conceito moral ou por incompatibilidade com a carreira militar, ou desligado (a) de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar de ensino pelos mesmos motivos;
- m) se militar da ativa, estar classificado (a), no mínimo, no "Bom Comportamento";

- n) se militar, da ativa ou da reserva, possuir grau hierárquico inferior a Segundo-Tenente;
- o) não estar prestando o Serviço Militar Inicial por ocasião da matrícula no CFOAV;
- p) se militar, ter parecer favorável do Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar (OM) onde serve, expresso no Formulário de Solicitação de Inscrição, por meio das informações referentes ao atendimento das condições previstas nas alíneas "a", "d", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n" e "o" deste item e com a aposição do respectivo carimbo ou identificação datilografada, acompanhado da assinatura correspondente. Essas informações também poderão ser prestadas por autoridade delegada, devendo a delegação ser expressamente informada de acordo com o §1º e §3º, do art. 51, da RCA 12-1, de 01 JAN 05:

“Art. 51. O ato da delegação de competência é específico, impessoal e limitado no tempo, ou seja, guarda relação com as competências funcionais.

§1º O ato de delegação será publicado em boletim interno da OM e, quando for o caso, na imprensa oficial, constando os cargos e/ou funções do delegante e do delegado, as competências delegadas e o prazo de vigência da delegação.

§3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.”;

- q) estar na condição de solteiro (a) e não ser arrimo de família;
- r) se menor de 18 anos de idade, estar expressamente autorizado (a) pelo responsável legal;
- s) estar em dia com suas obrigações eleitorais;
- t) se do sexo masculino, estar em dia com suas obrigações militares;
- u) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral;
- v) pagar a taxa de inscrição e comprovar seu pagamento; e
- x) inscrever-se por meio do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI).

3.1.2 CFOINT:

3.1.2.1 São condições para a inscrição e para a realização do processo seletivo do Exame de Admissão ao CFOINT:

- a) ser brasileiro (a) nato (a), conforme parágrafo 3º do art. 12 da Constituição Federal:
“§ 3º - São privativos de brasileiro nato os cargos:
(...)
VI - de oficial das Forças Armadas.”;
- b) ser voluntário (a);
- c) ter, no mínimo, 1,55m de altura, se do sexo feminino, e 1,60m de altura, se do sexo masculino;
- d) não possuir menos de 17 (dezessete) anos de idade na data da matrícula (19 de janeiro de 2009) e nem completar 21 (vinte e um) anos de idade até 31 de dezembro de 2008 (ano da inscrição) – (candidatos nascidos entre 1º de janeiro de 1988 e 19 de janeiro de 1992);
- e) se do sexo feminino, estar de acordo com as exigências contidas nas instruções do Exame de Admissão, conforme termo de responsabilidade constante do Formulário de Solicitação de Inscrição, relativas ao impedimento de apresentar estado de gravidez no período entre a inscrição no Exame de Admissão e a conclusão do curso;
- f) ter concluído ou estar em condições de concluir, com aproveitamento, o Ensino Médio do Sistema Nacional de Ensino, de forma que possa apresentar, na data da Concentração Final do Exame de Admissão na AFA, o certificado ou diploma de conclusão do referido curso, expedido por estabelecimento de ensino reconhecido

- pelo órgão federal, distrital, estadual ou regional de ensino competente;
- g) não estar cumprindo medida sócio-educativa pela prática de ato infracional, de acordo com o que prevê a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
 - h) não ter sido punido (a) com medida sócio-educativa pela prática de ato infracional, de acordo com o que prevê a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
 - i) se maior de 18 anos de idade, não estar respondendo a qualquer processo criminal;
 - j) se maior de 18 anos de idade, não ter sido condenado (a) criminalmente, pela prática de crime de natureza dolosa, por sentença transitada em julgado;
 - k) se maior de 18 anos de idade, não estar cumprindo pena por crime militar ou comum;
 - l) não ter sido, anteriormente, excluído (a) do serviço ativo por motivo disciplinar, por falta de conceito moral ou por incompatibilidade com a carreira militar, ou desligado (a) de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar de ensino pelos mesmos motivos;
 - m) se militar da ativa, estar classificado (a), no mínimo, no "Bom Comportamento";
 - n) se militar, da ativa ou da reserva, possuir grau hierárquico inferior a Segundo-Tenente;
 - o) não estar prestando o Serviço Militar Inicial por ocasião da matrícula no CFOINT;
 - p) se militar, ter parecer favorável do Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar (OM) onde serve, expresso no Formulário de Solicitação de Inscrição, por meio das informações referentes ao atendimento das condições previstas nas alíneas "a", "d", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n" e "o" deste item e com a aposição do respectivo carimbo ou identificação datilografada, acompanhado da assinatura correspondente. Essas informações também poderão ser prestadas por autoridade delegada, devendo a delegação ser expressamente informada de acordo com o §1º e §3º, do art. 51, da RCA 12-1 de 01 JAN 05:
 - “Art. 51. O ato da delegação de competência é específico, impessoal e limitado no tempo, ou seja, guarda relação com as competências funcionais.
 - §1º O ato de delegação será publicado em boletim interno da OM e, quando for o caso, na imprensa oficial, constando os cargos e/ou funções do delegante e do delegado, as competências delegadas e o prazo de vigência da delegação.
 - §3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.”;
 - q) estar na condição de solteiro (a) e não ser arrimo de família;
 - r) se menor de 18 anos de idade, estar expressamente autorizado (a) pelo responsável legal;
 - s) estar em dia com suas obrigações eleitorais;
 - t) se do sexo masculino, estar em dia com suas obrigações militares;
 - u) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral;
 - v) pagar a taxa de inscrição e comprovar seu pagamento; e
 - x) inscrever-se por meio do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI).

3.1.3 CFOINF:

3.1.3.1 São condições para a inscrição e para a realização do processo seletivo do Exame de Admissão ao CFOINF:

- a) ser brasileiro nato, conforme parágrafo 3º do art. 12 da Constituição Federal:
 - “§ 3º - São privativos de brasileiro nato os cargos:
 - (...)
 - VI - de oficial das Forças Armadas.”;
- b) ser voluntário, do sexo masculino;

- c) ter, no mínimo, 1,60m de altura;
- d) não possuir menos de 17 (dezesete) anos de idade na data da matrícula (19 de janeiro de 2009) e nem completar 21 (vinte e um) anos de idade até 31 de dezembro de 2008 (ano da inscrição) – (candidatos nascidos entre 1º de janeiro de 1988 e 19 de janeiro de 1992);
- e) ter concluído ou estar em condições de concluir, com aproveitamento, o Ensino Médio do Sistema Nacional de Ensino, de forma que possa apresentar, na data da Concentração Final do Exame de Admissão na AFA, o certificado ou diploma de conclusão do referido curso, expedido por estabelecimento de ensino reconhecido pelo órgão federal, distrital, estadual ou regional de ensino competente;
- f) não estar cumprindo medida sócio-educativa pela prática de ato infracional, de acordo com o que prevê a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- g) não ter sido punido com medida sócio-educativa pela prática de ato infracional, de acordo com o que prevê a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- h) se maior de 18 anos de idade, não estar respondendo a qualquer processo criminal;
- i) se maior de 18 anos de idade, não ter sido condenado criminalmente, pela prática de crime de natureza dolosa, por sentença transitada em julgado;
- j) se maior de 18 anos de idade, não estar cumprindo pena por crime militar ou comum;
- k) não ter sido, anteriormente, excluído do serviço ativo por motivo disciplinar, por falta de conceito moral ou por incompatibilidade com a carreira militar, ou desligado de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar de ensino pelos mesmos motivos;
- l) se militar da ativa, estar classificado, no mínimo, no "Bom Comportamento";
- m) se militar, da ativa ou da reserva, possuir grau hierárquico inferior a Segundo-Tenente;
- n) não estar prestando o Serviço Militar Inicial por ocasião da matrícula no CFOINF;
- o) se militar, ter parecer favorável do Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar (OM) onde serve, expresso no Formulário de Solicitação de Inscrição, por meio das informações referentes ao atendimento das condições previstas nas alíneas "a", "d", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m" e "n" deste item e com a aposição do respectivo carimbo ou identificação datilografada, acompanhado da assinatura correspondente. Essas informações também poderão ser prestadas por autoridade delegada, devendo a delegação ser expressamente informada de acordo com o §1º e §3º, do art. 51, da RCA 12-1 de 01 JAN 05:
 - “Art. 51. O ato da delegação de competência é específico, impessoal e limitado no tempo, ou seja, guarda relação com as competências funcionais.
 - §1º O ato de delegação será publicado em boletim interno da OM e, quando for o caso, na imprensa oficial, constando os cargos e/ou funções do delegante e do delegado, as competências delegadas e o prazo de vigência da delegação.
 - §3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.”;
- p) estar na condição de solteiro e não ser arrimo de família;
- q) se menor de 18 anos de idade, estar expressamente autorizado pelo responsável legal;
- r) estar em dia com suas obrigações eleitorais;
- s) estar em dia com suas obrigações militares;
- t) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral;
- u) pagar a taxa de inscrição e comprovar seu pagamento; e
- v) inscrever-se por meio do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI).

3.1.4 O candidato (a) ao Exame de Admissão e aquele (a) que estiver na condição de Cadete da Aeronáutica e Aspirante-a-Oficial não poderá contrair matrimônio no período compreendido entre a inscrição para o exame e a promoção a 2º Tenente.

3.1.5 Para efeito destas instruções, principalmente no que concerne a informações que devam ser prestadas em formulários e documentos afins, as expressões "condição de solteiro" e "condição de casado" têm o seguinte entendimento:

- a) condição de solteiro – cidadão (ã) que não vive em companhia de cônjuge ou companheira (o), ou seja, cidadão (ã) cujo estado civil é solteiro (a), separado (a) judicialmente, divorciado (a) ou viúvo (a) e que não vive uma união estável com uma (um) companheira (o), na forma da lei; e
- b) condição de casado – cidadão (ã) que vive em companhia de cônjuge ou companheira (o), quer, respectivamente, sob a égide de um casamento civil ou de uma união estável, na forma da lei.

3.1.6 O critério de altura previsto na alínea “c” do item 3.1.1.1 foi estabelecido em virtude de limitações técnicas da cadeira de ejeção que equipa a aeronave T-27 (Tucano), utilizada na instrução de vôo na Academia da Força Aérea. É recomendável que o candidato, antes de solicitar sua inscrição para o Exame de Admissão ao CFOAV, consulte o Anexo 3 a estas instruções para verificar se atende aos demais requisitos previstos para participação no referido certame.

3.1.7 O atendimento às condições para a inscrição no Exame de Admissão, conforme o (s) curso (s) ao (s) qual (is) pretende concorrer, deverá ser comprovado pelo candidato ao Presidente da Comissão de Recepção da AFA, na data da Concentração Final.

3.1.8 A inscrição, bem como todos os atos dela decorrentes, tornar-se-á nula se, a qualquer instante, for comprovado que o candidato, durante o Exame de Admissão, deixou de atender às condições mencionadas no item 3.1, conforme o (s) curso (s) ao (s) qual (is) pretende concorrer.

3.2 LOCALIDADES PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE ADMISSÃO

3.2.1 O EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009 será realizado nas localidades sedes das Organizações Militares de Apoio (OMAP) designadas pelo Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) para apoiar os eventos deste exame, cuja relação consta do item 3.2.5 destas instruções.

3.2.2 No momento da solicitação de inscrição, o candidato deverá indicar a localidade sede da OMAP onde deseja realizar o Exame de Admissão.

3.2.3 O candidato militar da ativa da Aeronáutica deverá indicar, para a realização do Exame de Admissão, a localidade da OMAP onde está situada a Organização Militar (OM) onde serve.

3.2.3.1 Caso não exista OMAP na localidade da OM onde serve, o candidato deverá indicar a localidade da OMAP mais próxima que esteja sob jurisdição do mesmo COMAR ao qual está jurisdicionada a OM onde serve.

3.2.4 As fases do Exame de Admissão serão realizadas pelo candidato na localidade por ele indicada por ocasião da solicitação de inscrição e, caso prossiga no certame, na localidade correlacionada àquela, conforme o previsto no quadro a seguir apresentado, salvo nos casos de determinação em contrário por parte da Administração.

3.2.4.1 Será de responsabilidade do candidato apresentar-se nos dias, horários e locais determinados para a realização das fases do Exame de Admissão.

3.2.5

QUADRO DE OMAP E LOCALIDADE PARA A REALIZAÇÃO DO EXAME DE ADMISSÃO.

- Concentração Inicial - Provas escritas	- Concentração Intermediária - INSPSAU (e em grau de recurso) (*) - EAP (e em grau de recurso) - TACF (e em grau de recurso)	Concentração Final
BELÉM-PA (I COMAR)	I COMAR	AFA
RECIFE-PE (II COMAR)	II COMAR	
RIO DE JANEIRO-RJ (III COMAR)	III COMAR (**)	
BELO HORIZONTE-MG (CIAAR)		
SÃO PAULO-SP (IV COMAR)	IV COMAR	
CAMPO GRANDE-MS (BACG)		
PIRASSUNUNGA-SP (AFA)		
CURITIBA-PR (CINDACTA II)		
CANOAS-RS (V COMAR)	V COMAR	
BRASÍLIA-DF (VI COMAR)	VI COMAR	
MANAUS-AM (VII COMAR)	VII COMAR	
BOA VISTA-RR (BABV)		
PORTO VELHO-RO (BAPV)		

3.2.5.1 (*) Caso a especificidade do exame médico assim o exija, a Administração definirá a localidade para realização da Inspeção de Saúde (INSPSAU) em grau de recurso, diversa daquela prevista nesse quadro para a INSPSAU em 1º grau.

3.2.5.2 (**) Os candidatos do III COMAR realizarão a INSPSAU no CEMAL, o Exame de Aptidão Psicológica (EAP) no IPA e o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) na CDA.

3.2.6 RELAÇÃO DAS OMAP COM OS RESPECTIVOS ENDEREÇOS

3.2.6.1 As seguintes localidades e respectivas OMAP - com indicação de jurisdição - estão à disposição do candidato para realização do exame:

Localidade	: BELÉM - PA
OMAP	: PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL – I COMAR (*)
Logradouro	: Av. Júlio César, s/nº - Bairro Souza - CEP 66613-902
Telefone	: (91) 3231-2989
Fax	: (91) 3238-3500
Localidade	: RECIFE - PE
OMAP	: SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL – II COMAR (*)
Logradouro	: Av. Armindo Moura, 500 - Bairro Boa Viagem - CEP 51130-180
Telefone	: (81) 2129-7092
Fax	: (81) 2129-7222
Localidade	: RIO DE JANEIRO - RJ
OMAP	: TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL – III COMAR (*)
Logradouro	: Pç. Marechal Âncora, 77 - Bairro Castelo - CEP 20021-200
Telefone	: (21) 2101-4933, 2101-6015 e 2101-6026
Fax	: (21) 2101-4949
Localidade	: SÃO PAULO - SP
OMAP	: QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL – IV COMAR (*)
Logradouro	: Av. Dom Pedro I, 100 – Bairro Cambuci - CEP 01552-000
Telefone	: (11) 3346-6109
Fax	: (11) 3208-9267
Localidade	: CANOAS - RS
OMAP	: QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL – V COMAR (*)
Logradouro	: Rua Guilherme Schell, 3950 - Cx. Postal 261 – CEP 92200-630
Telefone	: (51) 3462-1204
Fax	: (51) 3462-1132
Localidade	: BRASÍLIA - DF
OMAP	: SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL – VI COMAR (*)
Logradouro	: SHIS-QI 05 Área Especial 12 - CEP 71615-600
Telefone	: (61) 3364-8205
Fax	: (61) 3365-1393
Localidade	: MANAUS - AM
OMAP	: SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL – VII COMAR (*)
Logradouro	: Av. Presidente Kennedy, 1500 – Bairro Ponta Pelada - CEP 69074-000
Telefone	: (92) 2129-1736 e 2129-1735
Fax	: (92) 3629-1805
Localidade	: BELO HORIZONTE – MG
OMAP	: CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA – CIAAR
Jurisdição	: III COMAR
Logradouro	: Av. Santa Rosa 10 - Bairro Pampulha - Caixa postal 774 - CEP 31270-750
Telefone	: (31) 4009-5168
Fax	: (31) 3491-2264

Localidade : CAMPO GRANDE - MS
 OMAP : BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE – BACG
 Jurisdição : IV COMAR
 Logradouro : Av. Duque de Caxias, 2905, Bairro Santo Antônio - CEP 79101-001
 Telefone : (67) 3368-3122
 Fax : (67) 3314-7515

Localidade : PIRASSUNUNGA - SP
 OMAP : ACADEMIA DA FORÇA AÉREA – AFA
 Jurisdição : IV COMAR
 Logradouro : Estrada de Aguaí, s/nº - Campo Fontenelle - CEP 13630-000
 Telefone : (19) 3565-7200
 Fax : (19) 3565-7100

Localidade : CURITIBA - PR
 OMAP : SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO - CINDACTA II (**)
 Jurisdição : IV COMAR
 Logradouro : Av. Erasto Gaertner, 1000, Bairro Bacacheri, Caixa Postal 4083, CEP 82510-901
 Telefone : (41) 3251-5275
 Fax : (41) 3251-5292

Localidade : BOA VISTA - RR
 OMAP : BASE AÉREA DE BOA VISTA – BABV
 Jurisdição : VII COMAR
 Logradouro : BR 174, s/nº - Bairro Cauamé - Cx. Postal 101 - CEP 69301-970
 Telefone : (95) 3621-1032
 Fax : (95) 3621-1016

Localidade : PORTO VELHO - RO
 OMAP : BASE AÉREA DE PORTO VELHO – BAPV
 Jurisdição : VII COMAR
 Logradouro : Av. Lauro Sodré, s/nº - Cx. Postal 040 - CEP 78900-970
 Telefone : (69) 3211-9712
 Fax : (69) 3211-9710

3.2.6.2 (*) Nestas OMAP (I COMAR, II COMAR, III COMAR, IV COMAR, V COMAR, VI COMAR, VII COMAR), encontram-se sediados os SERENS (Serviços Regionais de Ensino), Organizações Militares da Aeronáutica, onde o candidato poderá obter informações sobre os exames.

3.2.6.3 (**) Excepcionalmente para este Exame de Admissão, a OMAP CINDACTA II fica sob jurisdição, para efeito do processo seletivo, do IV COMAR, devendo os seus documentos relativos aos certames tramitar pelo SERENS 4.

3.3 ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.3.1 Para inscrever-se no Exame de Admissão, o interessado deverá preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI), obtido por meio do sistema de inscrição na Internet.

3.3.2 O FSI gerado a partir da Internet produzirá o boleto de pagamento bancário que identificará a inscrição e o candidato.

3.3.3 O valor da taxa de inscrição para o EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009 é de R\$ 60,00 (sessenta reais).

3.3.4 Para o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá seguir as instruções previstas nas instruções do sistema eletrônico de inscrição.

- 3.3.5 O comprovante original de pagamento bancário deverá ser anexado ao FSI a ser enviado à AFA, devendo o candidato manter em seu poder uma cópia do mesmo.
- 3.3.6 Não serão aceitos para comprovação do pagamento da taxa de inscrição os comprovantes de agendamento de pagamento, depósito em cheque, entrega de envelope para depósito em terminais de auto-atendimento ou transferência entre contas correntes.
- 3.3.7 O valor pago referente à taxa de inscrição não será restituído, independentemente do motivo.
- 3.3.8 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.
- 3.3.9 O candidato, ao preencher o FSI, deve dar especial atenção:
- a) ao assinalamento do campo relativo à OMAP onde deseja realizar o processo seletivo;
 - b) ao assinalamento do curso ou dos cursos (nesse caso, em ordem de preferência) a que pretende concorrer (CFOAV, CFOINT ou CFOINF), devendo atentar para os critérios estabelecidos no item 2.3;
 - c) à assinatura do responsável legal com reconhecimento de firma, para candidato menor de 18 (dezoito) anos de idade; e
 - d) ao assinalamento do campo relativo ao atendimento de condições e à assinatura do Comandante, Chefe ou Diretor da OM onde serve, para candidato militar.
- 3.3.10 O sistema de inscrição estará disponível na página oficial do Comando da Aeronáutica na Internet (www.fab.mil.br) e poderá ser utilizado pelos candidatos somente durante o período de inscrição estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo 2).
- 3.3.11 O programa conduzirá o candidato ao preenchimento interativo do FSI, com a inserção de seus dados cadastrais, de sua opção de OMAP e do (s) curso (s) a que concorrerá, ao final do qual será solicitada a impressão do formulário e do respectivo boleto bancário.
- 3.3.11.1 Para a escolha do (s) curso (s) a que concorrerá, os candidatos terão disponíveis, por gênero, todas as combinações possíveis, desde um único curso até a combinação de três cursos, estabelecida em ordem de prioridade.
- 3.3.11.2 O candidato(a), ao escolher o curso (s), deverá selecionar uma das combinações possíveis para o seu gênero, que aparecerão na caixa de diálogo.
- 3.3.11.3 Assim, o candidato que desejar concorrer às vagas de apenas um curso, deverá indicá-lo, por meio da seleção da opção correspondente no campo “Opção de Curso” do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI) disponível no sistema eletrônico.
- 3.3.11.4 O candidato que desejar concorrer às vagas de mais de um curso, deverá estabelecer uma ordem de prioridade dentre os cursos desejados e possíveis para o seu gênero, e selecionar a opção que contenha essa sequência no campo “Opção de Curso” do mesmo formulário.
- 3.3.11.5 Opções de Curso previstas no FSI:
- a) Sexo masculino
 - 1ª) Aviação
 - 1ª) Aviação, 2ª) Infantaria
 - 1ª) Aviação, 2ª) Infantaria, 3ª) Intendência
 - 1ª) Aviação, 2ª) Intendência
 - 1ª) Aviação, 2ª) Intendência, 3ª) Infantaria
 - 1ª) Infantaria
 - 1ª) Infantaria, 2ª) Aviação
 - 1ª) Infantaria, 2ª) Aviação, 3ª) Intendência

- 1ª) Infantaria, 2ª) Intendência
- 1ª) Infantaria, 2ª) Intendência, 3ª) Aviação
- 1ª) Intendência
- 1ª) Intendência, 2ª) Aviação
- 1ª) Intendência, 2ª) Aviação, 3ª) Infantaria
- 1ª) Intendência, 2ª) Infantaria
- 1ª) Intendência, 2ª) Infantaria, 3ª) Aviação

b) Sexo feminino:

- 1ª) Aviação
- 1ª) Aviação, 2ª) Intendência
- 1ª) Intendência
- 1ª) Intendência, 2ª) Aviação

3.3.11.6 O formulário impresso deverá ter o seu preenchimento complementado mediante a aposição da assinatura do candidato, da assinatura do responsável legal (com reconhecimento de firma), quando se tratar de candidato menor de idade, bem como, para o caso de candidato militar, por meio do assinalamento da opção de atendimento ou não de condições, aposição da identificação e aposição da assinatura, nos devidos campos, pelo Comandante, Chefe ou Diretor da OM onde serve, em conformidade com o previsto nas letras “p” dos itens 3.1.1.1 e 3.1.2.1 e letra “o” do item 3.1.3.1.

3.3.12 Recomenda-se aos interessados não deixarem para os últimos dias a efetivação de sua inscrição. A Administração da Aeronáutica não se responsabiliza pela possibilidade de o preenchimento interativo do FSI não ser completado por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como de outros fatores técnicos que impossibilitem o processamento de dados.

3.3.13 REMESSA DO FSI

3.3.13.1 O preenchimento do FSI na Internet não efetiva a solicitação de inscrição, mas apenas facilita o processo. Para a efetivação da solicitação de inscrição, o FSI, devidamente preenchido, deverá ser remetido à AFA, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT, com postagem registrada, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos, para o seguinte endereço:

ACADEMIA DA FORÇA AÉREA - AFA
SUBDIVISÃO DE EXAMES DE ADMISSÃO – SDEA
CAIXA POSTAL 1071
 ESTRADA DE AGUAÍ, S/Nº
 CEP: 13643-970 – PIRASSUNUNGA – SP

3.3.13.2 Com o propósito de sanar quaisquer dúvidas advindas de falhas no sistema eletrônico de comprovação de pagamento da taxa de inscrição, o comprovante original de pagamento dessa taxa deve ser remetido juntamente com o FSI.

3.3.13.3 A verificação do correto preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição e a juntada do comprovante original do pagamento da taxa de inscrição, com vistas à remessa desses documentos à AFA, serão de responsabilidade do candidato.

3.4 RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

3.4.1 O candidato terá sua solicitação de inscrição indeferida nos seguintes casos:

- a) apresentar, no preenchimento de seu FSI, erro, rasura, ilegibilidade ou omissão de dado ou de assinatura, referente a si ou ao seu responsável legal (no caso de candidato menor de idade) ou ao seu Comandante, Chefe ou Diretor (no caso de candidato militar);
- b) deixar de atender a qualquer uma das condições para inscrição no certame;
- c) deixar de comprovar o pagamento da taxa de inscrição ou pagá-la após o término do período de inscrição; ou
- d) enviar o FSI fora do período de inscrição;

3.4.2 Caberá à AFA, na data estabelecida no Calendário de Eventos, divulgar na Internet o resultado da solicitação de inscrição, discriminando os deferimentos e indeferimentos.

3.4.3 Caberá ao candidato tomar conhecimento do resultado de sua solicitação de inscrição, divulgado na Internet, na data estabelecida no Calendário de Eventos, a fim de, no caso de indeferimento, proceder à solicitação de recurso.

4 CONCENTRAÇÕES

4.1 No período compreendido entre a inscrição e a matrícula, haverá três concentrações, nas quais o comparecimento pessoal é obrigatório e cujas datas constam do Calendário de Eventos (Anexo 2 a estas instruções).

4.1.1 As concentrações e suas finalidades são as seguintes:

- a) Concentração Inicial – Visa orientar o candidato sobre a realização das provas escritas do Exame de Escolaridade e da Concentração Intermediária;
- b) Concentração Intermediária – Visa orientar o candidato sobre a realização da Inspeção de Saúde (INSPSAU), do Exame de Aptidão Psicológica (EAP) e do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF), e, ainda, sobre as solicitações de recurso e sobre a Concentração Final; e
- c) Concentração Final – Visa verificar o atendimento às condições para a inscrição no Exame de Admissão e matrícula em um dos cursos, do candidato selecionado pela Junta Especial de Avaliação (JEA). Nesse evento, o candidato deve apresentar os originais, para conferência, e entregar as cópias dos documentos previstos na alínea “k” do item 8.1. Ainda na Concentração Final, o candidato será orientado sobre a matrícula e o início do curso.

4.2 As atividades constantes das Concentrações Inicial e Intermediária serão organizadas e coordenadas pela Comissão Fiscalizadora da respectiva OMAP.

4.3 As atividades constantes da Concentração Final serão acompanhadas e executadas sob a coordenação da Comissão de Recepção da AFA.

4.4 Por ocasião do deferimento da solicitação de inscrição, após a análise dos recursos, será divulgado pela AFA o local onde serão realizadas a Concentração Inicial e as provas escritas do Exame de Escolaridade, de acordo com a localidade de opção do candidato.

4.5 Durante a Concentração Inicial, será confirmado pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora o local da Concentração Intermediária.

4.6 Durante a Concentração Intermediária, o Presidente da Comissão Fiscalizadora informará o dia, o horário e o local da realização da INSPSAU, do EAP e do TACF, de acordo com o Calendário de Eventos, bem como dará instruções a respeito das solicitações de recurso.

5 PROCESSO SELETIVO

ETAPAS

5.1.1 O Exame de Admissão será constituído das seguintes etapas:

- a) Exame de Escolaridade;
- b) Inspeção de Saúde (INSPSAU);

- c) Exame de Aptidão Psicológica (EAP); e
- d) Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF).

5.1.2 Todas as etapas terão caráter eliminatório, sendo que o Exame de Escolaridade terá, também, caráter classificatório.

5.1.3 As etapas supracitadas serão realizadas de acordo com a necessidade da Administração, não cabendo solicitação para adiamento por parte do candidato, independentemente do motivo.

5.1.4 Não haverá segunda chamada para a realização de qualquer etapa supracitada. O não comparecimento pessoal ou atraso a qualquer uma delas implicará a imediata exclusão do candidato do Exame de Admissão.

5.2 EXAME DE ESCOLARIDADE

5.2.1 O Exame de Escolaridade, de caráter eliminatório e classificatório, será realizado por meio de provas escritas sobre as seguintes disciplinas:

- a) Física;
- b) Matemática;
- c) Língua Inglesa; e
- d) Língua Portuguesa.

5.2.2 PROVAS ESCRITAS - CONTEÚDO

5.2.2.1 As provas escritas do Exame de Escolaridade abrangerão o conteúdo programático previsto no Programa de Matérias constante do Anexo 4 a estas instruções.

5.2.3 PROVAS ESCRITAS - COMPOSIÇÃO

5.2.3.1 As provas escritas do Exame de Escolaridade serão compostas de questões objetivas de múltipla escolha, com quatro alternativas, das quais somente uma será a correta.

5.2.4 APURAÇÃO DOS RESULTADOS – PREENCHIMENTO DO CARTÃO

5.2.4.1 Para a apuração dos resultados das questões objetivas das provas escritas, será utilizado um sistema automatizado de leitura de cartões. Em consequência, o candidato deverá atentar para o correto preenchimento de seu Cartão de Respostas.

5.2.4.2 Os prejuízos decorrentes de marcações incorretas no Cartão de Respostas serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato. Serão consideradas marcações incorretas as que forem feitas com qualquer outra caneta que não seja ESFEROGRÁFICA COM TINTA PRETA OU AZUL e que estiverem em desacordo com este item e com as instruções contidas no Cartão de Respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada, marcação emendada, campo de marcação não preenchido integralmente, marcas externas aos círculos, indícios de marcações apagadas, uso de lápis, entre outras.

5.2.4.3 Qualquer marcação incorreta, tal como descrito no item anterior, resultará, para o candidato, em pontuação 0,0000 (zero) na questão correspondente.

5.2.4.4 O não preenchimento ou o preenchimento incorreto do código da prova no campo específico do Cartão de Respostas resultará, para o candidato, em pontuação 0,0000 (zero) em todas as disciplinas e na Média Final.

5.2.5 MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.2.5.1 Para realizar as provas escritas, o candidato somente poderá utilizar o seguinte material: lápis (apenas para resolução, no próprio caderno de questões); borracha; régua; caneta esferográfica transparente com tinta preta ou azul e prancheta (se for necessário o uso de prancheta, constará na divulgação, pela Internet, da Concentração Inicial e das provas do Exame de Escolaridade, conforme

previsto no Calendário de Eventos). O material não poderá conter qualquer tipo de equipamento eletrônico ou inscrição, exceto as de caracterização (marca, fabricante, modelo) e as de graduações (régua).

5.2.5.2 Não será permitido ao candidato realizar a prova portando óculos escuros, telefone celular, relógio de qualquer tipo, armas, gorros, chapéus, bonés, viseiras ou similares, bolsas, mochilas, pochetes, livros, impressos, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações, bem como aparelhos eletro-eletrônicos, tais como: máquina calculadora, agenda eletrônica, "walkman", "pager", "palm top", receptor, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico que receba, transmita ou armazene informações.

5.2.5.3 A AFA recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no item anterior, no dia da realização das provas.

5.2.5.3.1 Contudo, caso o candidato, por outra razão, necessite trazer consigo qualquer dos objetos listados no item 5.2.5.2, poderá adentrar às instalações da instituição onde serão realizadas as provas, portando, à exceção de armas, qualquer um daqueles objetos. No entanto, uma vez dentro do recinto específico no qual prestará o exame, deverá deixar todo e qualquer um desses objetos em espaço designado pela Comissão Fiscalizadora, não podendo deles dispor, a não ser quando tiver autorização da Comissão para deixar definitivamente o local de provas, por já tê-las concluído e entregue aos fiscais.

5.2.5.4 Os membros da Comissão Fiscalizadora não se responsabilizarão pela guarda de material do candidato.

5.2.6 PROCEDIMENTOS DURANTE A PROVA

5.2.6.1 As provas escritas terão duração de 4 horas. O tempo restante até o término das provas escritas será informado verbalmente pela Comissão Fiscalizadora a cada hora cheia e nos últimos 30 minutos, 15 minutos e 5 minutos. Após isso, restarão 20 minutos, os quais são recomendados ao candidato para marcação do cartão de respostas, não obstante a ele, durante esses 20 minutos, continuar a resolver questões da prova.

5.2.6.2 Tendo em vista razões de sigilo que envolvem o certame, uma vez iniciadas as provas escritas do Exame de Escolaridade, o candidato:

- a) não poderá deixar o seu lugar para retirar-se definitivamente do recinto onde realizará as provas escritas, senão após transcorrida metade do tempo total destinado à sua realização. Caso venha a ter problemas de ordem fisiológica durante as provas, o mesmo deverá solicitar a presença de um fiscal da Comissão Fiscalizadora para acompanhá-lo durante o tempo em que estiver ausente;
- b) somente poderá levar consigo o Caderno de Questões se permanecer no recinto até o término do tempo total previsto para a realização das provas. O candidato que optar por se retirar, definitivamente, antes de transcorrido o tempo total previsto para a realização das provas terá, obrigatoriamente, que devolver o Caderno de Questões à Comissão Fiscalizadora; e
- c) não poderá, sob nenhum pretexto, fazer anotações sobre as questões das provas em local que não seja o próprio Caderno de Questões.

5.2.6.3 Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer em cada sala. Somente poderão sair juntos do recinto, quando todos tiverem concluído as provas ou o tempo para realização dessas se tenha encerrado, mediante a aposição em Ata de suas respectivas identificações e assinaturas.

5.2.7 ATRIBUIÇÃO DE GRAUS

5.2.7.1 A cada questão será atribuído um valor específico e o resultado de qualquer uma das provas será igual à soma dos valores das questões assinaladas corretamente.

5.2.7.2 Os graus atribuídos às provas do Exame de Escolaridade e as médias calculadas com

base nesses graus estarão contidos na escala de 0 (zero) a 10,0000 (dez), considerando-se até a casa décimo-millesimal.

5.2.7.3 O grau mínimo que determinará o aproveitamento do candidato em qualquer uma das provas que compõem o Exame de Escolaridade será 5,0000 (cinco).

5.2.8 MÉDIA FINAL

5.2.8.1 A Média Final do candidato será a média aritmética simples dos graus obtidos nas provas do Exame de Escolaridade, observando a seguinte fórmula:

$$MF = \frac{PF + PM + PI + PP}{4}, \text{ onde:}$$

MF= Média Final;

PF= grau da Prova de Física;

PM= grau da Prova de Matemática;

PI= grau da Prova de Língua Inglesa; e

PP= grau da Prova de Língua Portuguesa.

5.2.8.2 Serão considerados candidatos com aproveitamento aqueles que obtiverem Média Final igual ou superior a 5,0000 (cinco), desde que atendam ao critério estabelecido no item 5.2.7.3 destas Instruções.

5.2.8.3 Os candidatos com aproveitamento serão relacionados por meio da ordenação decrescente de suas Médias Finais, o que estabelecerá a ordem de classificação para o preenchimento das vagas previstas.

5.2.9 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.2.9.1 No caso de empate das Médias Finais, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

1º – maior grau na Prova de Matemática;

2º - maior grau na Prova de Língua Portuguesa; e

3º – maior idade.

5.3 CONVOCAÇÃO PARA CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA, INSPSAU, EAP E TACF

5.3.1 Somente serão convocados para prosseguir no processo seletivo e, portanto, participar da Concentração Intermediária e realizar a INSPSAU, o EAP e o TACF os candidatos relacionados de acordo com a ordem estabelecida no item 5.2.8.3, em número máximo correspondente até ao óctuplo das vagas estabelecidas.

5.3.1.1 A convocação de candidatos em número superior ao de vagas estabelecidas visa, exclusivamente, ao preenchimento dessas em caso de haver exclusão de candidatos em decorrência de não aproveitamento ou de desistência.

5.3.2 Caso o número de candidatos presentes à Concentração Intermediária fique abaixo do quantitativo considerado suficiente para suprir o possível atrito com exclusão de candidatos nas demais etapas (respeitado o limite do item 5.3.1), será procedida uma nova convocação para a realização de uma Segunda Concentração Intermediária.

5.3.2.1 A nova convocação de candidatos e a Segunda Concentração Intermediária, caso se façam necessárias, serão realizadas nas datas estabelecidas no Calendário de Eventos.

5.4 INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

5.4.1 A INSPSAU será realizada em Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA). O resultado da INSPSAU para cada candidato será expresso por meio das menções "APTO" ou "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA".

5.4.1.1 Em virtude de a INSPSAU ser mais restritiva para o CFOAV do que para os dois outros cursos e ser mais restritiva para o CFOINF do que para o CFOINT, o resultado para cada candidato será expresso por meio das menções:

5.4.1.1.1 Candidato do sexo masculino:

- a) “APTO PARA OS TRÊS CURSOS”;
- b) “APTO PARA O CFOINT E CFOINF”;
- c) “APTO APENAS PARA O CFOINT”;
- ou
- d) “INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA”.

5.4.1.1.2 Candidato do sexo feminino:

- a) “APTO PARA O CFOAV E CFOINT”;
- b) “APTO APENAS PARA O CFOINT”;
- ou
- c) “INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA”.

5.4.2 Somente será considerado "APTO" na INSPSAU o candidato que obtiver resultado favorável dentro dos padrões e diretrizes estabelecidos pela Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA).

5.4.3 Os requisitos que compõem a INSPSAU e os parâmetros exigidos para a obtenção da menção "APTO" constam do Anexo 3.

5.4.4 O candidato do sexo masculino que obtiver menção diferente de “APTO PARA OS TRÊS CURSOS” e a candidata que obtiver menção diferente de “APTO PARA O CFOAV E CFOINT” na INSPSAU terão o diagnóstico do motivo de sua incapacidade registrado em um Documento de Informação de Saúde.

5.5 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

5.5.1 O EAP será realizado sob a responsabilidade do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), segundo os procedimentos e parâmetros fixados em Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) e documentos expedidos por aquele Instituto.

5.5.2 Os candidatos serão avaliados, nas áreas de personalidade, aptidão e interesse ou somente em algumas delas, conforme o padrão seletivo estabelecido para a função/atividade que irão exercer. O resultado do EAP para cada candidato será expresso por meio das menções:

5.5.2.1 Candidato do sexo masculino:

- a) “INDICADO PARA OS TRÊS CURSOS”;
- b) “INDICADO PARA O CFOAV E CFOINT”;
- c) “INDICADO PARA O CFOAV E CFOINF”;
- d) “INDICADO PARA O CFOINT E CFOINF”;
- e) “INDICADO APENAS PARA O CFOAV”;
- f) “INDICADO APENAS PARA O CFOINT”;
- g) “INDICADO APENAS PARA O CFOINF”;
- ou

h) “CONTRA-INDICADO PARA OS TRÊS CURSOS”.

5.5.2.2 Candidato do sexo feminino:

a) “INDICADO PARA O CFOAV E CFOINT”;

b) “INDICADO APENAS PARA O CFOAV”;

c) “INDICADO APENAS PARA O CFOINT”; ou

d) “CONTRA-INDICADO PARA O CFOAV E CFOINT”.

5.5.3 As áreas citadas no item anterior, as técnicas a serem utilizadas, os critérios de avaliação e a definição dos resultados referentes ao EAP constam do Anexo 5.

5.6 TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

5.6.1 O TACF será realizado segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos normativos do Comando da Aeronáutica, do DEPENS e naqueles expedidos pela Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA).

5.6.2 Somente realizarão o TACF os candidatos julgados aptos na INSPSAU. O resultado do TACF para cada candidato será expresso por meio das menções "APTO" ou "NÃO APTO".

5.6.3 Os requisitos que compõem o TACF e os parâmetros exigidos para a sua realização constam do Anexo 6.

5.6.4 Casos temporários de alteração fisiológica, fraturas, luxações, indisposição ou outros que possam vir a ser apresentados pelos candidatos antes da realização do TACF e, em consequência, diminuir a capacidade física dos mesmos ou impossibilitar a realização do referido teste, não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer adiamento ou tratamento privilegiado.

6 **RECURSOS**

6.1 INTERPOSIÇÃO

6.1.1 Será permitido ao candidato interpor recurso somente quanto ao que se segue:

a) indeferimento da solicitação de inscrição;

b) formulação de questões das provas escritas do Exame de Escolaridade e aos seus respectivos gabaritos;

c) resultado obtido na INSPSAU;

d) resultado obtido no EAP; e

e) resultado obtido no TACF.

6.1.2 Os prazos e as datas para as interposições de recurso encontram-se estabelecidos no Calendário de Eventos e devem ser rigorosamente observados e cumpridos.

6.1.3 Será de inteira responsabilidade do candidato a remessa ou entrega dos documentos exigidos nos locais previstos e o cumprimento dos prazos para as interposições de recurso.

6.1.4 Será indeferido previamente qualquer pedido de recurso apresentado fora do prazo ou, quando for o caso, desacompanhado dos devidos documentos, conforme o estipulado nestas instruções.

6.1.5 Caso a divulgação da relação nominal dos que obtiveram indeferimento na solicitação de inscrição, ou dos gabaritos provisórios, ou dos resultados, conforme for o caso, da qual depende a interposição de recurso, deixe, por motivo de força maior, de ser realizada na data prevista, o candidato disporá do mesmo prazo previsto originalmente para interpor recurso, a contar da data subsequente à de efetiva divulgação.

6.2 RECURSO PARA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO INDEFERIDA

6.2.1 Poderá requerer inscrição em grau de recurso o candidato cuja solicitação de inscrição tenha sido indeferida pelos seguintes motivos:

- a) preenchimento incorreto (erro, rasura ou ilegibilidade) ou incompleto do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI);
- b) não comprovação do pagamento da taxa de inscrição, desde que a referida taxa tenha sido paga dentro do prazo estabelecido e que tal pagamento possa ser comprovado; ou
- c) envio do FSI fora do período de solicitação de inscrição constatado por meio de carimbo da ECT ou de documento da encomenda expressa, desde que possua documento que se contraponha ao fato constatado e que tal contraposição possa ser comprovada.

6.2.1.1 A AFA, por ocasião da divulgação do indeferimento da solicitação de inscrição do candidato, discriminará o motivo desse resultado para subsidiar os procedimentos da solicitação de inscrição em grau de recurso e disponibilizará um novo FSI.

6.2.2 O candidato que tiver obtido indeferimento na solicitação de sua inscrição poderá solicitar inscrição em grau de recurso por meio de requerimento próprio, constante do Anexo 7, dirigido ao Comandante da AFA.

6.2.3 O requerimento para inscrição em grau de recurso deverá ser remetido à AFA, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos. Conforme o motivo do indeferimento, o candidato deverá anexar a esse requerimento o(s) seguinte(s) documento(s):

- a) novo FSI corretamente preenchido;
- b) comprovante original do pagamento da taxa de inscrição; ou
- c) comprovante original de remessa do FSI, registrada dentro do período estabelecido.

6.2.4 A solicitação de inscrição do candidato será indeferida definitivamente, impossibilitando sua participação no processo seletivo, nos casos em que:

- a) persistir o erro, a rasura, a ilegibilidade de campo ou a omissão de dado ou de assinatura após a remessa do novo FSI;
- b) não comprovar o pagamento da taxa de inscrição;
- c) não comprovar o envio do formulário dentro do período de inscrição; ou
- d) enviar o requerimento para inscrição em grau de recurso fora do prazo previsto.

6.2.5 A divulgação sobre o deferimento ou indeferimento **definitivo** da solicitação de inscrição será feita pela AFA, por meio de remessa ao candidato do Cartão de Inscrição ou do Aviso de Indeferimento de Inscrição e por meio da Internet.

6.2.6 O candidato que não receber o Cartão de Inscrição ou o Aviso de Indeferimento de Inscrição até cinco dias antes da data prevista para a Concentração Inicial deverá consultar sua situação (deferimento ou indeferimento) e o local de realização da Concentração Inicial e das provas escritas, por intermédio da Internet.

6.2.6.1 Mesmo que o candidato não receba seu Cartão de Inscrição, será permitido seu ingresso no local designado para a Concentração Inicial, desde que sua solicitação de inscrição tenha sido deferida e que ele possa identificar-se por meio do seu documento de identidade original, válido e dentro do prazo de validade.

6.3 RECURSOS PARA O EXAME DE ESCOLARIDADE

6.3.1 Os recursos quanto às provas escritas que compõem o Exame de Escolaridade deverão ser referentes às questões que o candidato entenda terem sido formuladas de maneira imprópria ou conterem incorreções em seus respectivos gabaritos.

6.3.1.1 Os recursos citados no item anterior serão analisados por Bancas Examinadoras designadas pelo DEPENS em Boletim do Comando da Aeronáutica.

6.3.2 Não poderá ser interposto recurso quanto aos procedimentos de avaliação referentes às provas que compõem o Exame de Escolaridade, os quais estão previamente normatizados nas presentes instruções.

6.3.3 Os recursos de que trata o item 6.3.1 deverão ser encaminhados pelo candidato por meio da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ), conforme modelo constante do Anexo 8 destas Instruções, diretamente à Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), instituição de ensino encarregada de proceder à análise dos recursos das provas do Exame de Escolaridade, por fax e também via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

6.3.3.1 A remessa da FIFQ por fax tem apenas o objetivo de agilizar o processo de recurso, sendo ainda necessária a remessa da ficha original, conforme orientação constante do item anterior, sob pena de ser desconsiderada a solicitação de recurso.

6.3.3.1.1 No entanto, se no período destinado ao recurso ocorrer greve da ECT e na localidade em que o candidato residir não houver outra empresa que preste serviço de encomenda expressa, os recursos serão analisados com base nas FIFQ encaminhadas por intermédio de fax.

6.3.4 O candidato deverá utilizar uma Ficha Informativa sobre Formulação de Questão para cada questão em pauta ou gabarito.

6.3.5 Não será aceita Ficha Informativa sobre Formulação de Questão que:

- a) contiver campos em branco, omissão de assinatura ou estiver ilegível; ou
- b) for remetida à EPCAR fora do prazo previsto no Calendário de Eventos.

6.3.6 Será dada a conhecer, coletivamente, pela Banca Examinadora a existência ou não de recursos submetidos à sua apreciação. Concomitantemente, caso haja recursos, a Banca Examinadora, depois de julgá-los, divulgará a decisão exarada, de forma definitiva, bem como o gabarito oficial. Após esses atos, não mais caberá apelação, relacionada aos resultados das provas escritas, por parte dos candidatos.

6.3.6.1 A decisão exarada pela Banca Examinadora conterá os esclarecimentos sobre o enunciado da questão em pauta e a justificativa fundamentada para cada alternativa que a compõe e sobre a avaliação a respeito do que foi contestado pelo candidato.

6.3.7 Quando for constatado que o enunciado de uma questão foi formulado de forma imprópria ou que a mesma contém mais de uma, ou nenhuma resposta correta, a questão será anulada e os pontos que lhe são pertinentes serão atribuídos a todos os candidatos.

6.3.8 Quando for verificado que a resposta correta de uma questão difere da constante do gabarito divulgado provisoriamente, este sofrerá alterações visando às correções necessárias.

6.3.9 Quando for constatado que a divulgação de um gabarito oficial foi apresentada com incorreções, a divulgação será tornada sem efeito e o gabarito anulado, sendo publicado um novo gabarito oficial corrigindo o anterior.

6.3.9.1 A anulação de um gabarito oficial implicará a anulação de todos os atos dele decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração referente aos atos anulados.

6.3.10 Quando for constatado que a divulgação da relação nominal dos candidatos com seus resultados e respectivas médias finais e classificações foi apresentada com incorreção, a divulgação será tornada sem efeito e os resultados e respectivas médias finais e classificações serão anulados, sendo publicada nova relação corrigindo a anterior.

6.3.10.1 A anulação dos resultados obtidos pelos candidatos e das respectivas classificações implicará a anulação de todos os atos dela decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou

pedido de reconsideração referente aos atos anulados.

6.4 RECURSO PARA A INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

6.4.1 O candidato do sexo masculino julgado com menção diferente de “APTO PARA OS TRÊS CURSOS” e a candidata julgada com menção diferente de “APTO PARA O CFOAV E CFOINT” poderão solicitar INSPSAU em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do Anexo 9, dirigido ao Diretor de Saúde da Aeronáutica. Tal documento deverá ser entregue, conforme o item 6.4.3, no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado a INSPSAU, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

6.4.2 Antes de requerer a INSPSAU em grau de recurso, o candidato deverá solicitar ao SERENS em cuja localidade tiver realizado a Inspeção o Documento de Informação de Saúde, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos, a fim de compor o processo de recurso.

6.4.3 Somente poderá requerer INSPSAU em grau de recurso o candidato que entregar, juntamente com o requerimento, os seguintes documentos:

- a) atestado médico, considerando os parâmetros fixados pela DIRSA nas Instruções Técnicas das INSPSAU na Aeronáutica (ICA 160-6) e subsidiado pelos resultados obtidos em exames médicos complementares realizados, contrapondo o parecer desfavorável da Junta de Saúde; e
- b) Documento de Informação de Saúde com o parecer desfavorável da Junta de Saúde a que foi submetido.

6.4.4 A solicitação do documento de informação de saúde e a entrega da documentação que constitui o processo de recurso, no SERENS, poderão ser feitas por mandatário devidamente constituído pelo candidato ou constituído pelo responsável legal (para o caso de candidato menor de 18 anos de idade), para um e/ou outro desses dois fins específicos, por meio de instrumento de procuração lavrada em cartório.

6.5 RECURSO PARA O EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

6.5.1 O candidato masculino que receber menção diferente de “INDICADO PARA OS TRÊS CURSOS” e a candidata que receber menção diferente de “INDICADO PARA O CFOAV E CFOINT” poderão requerer EAP em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do Anexo 10, dirigido ao Diretor do IPA. Tal documento deverá ser entregue no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado o EAP, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

6.5.2 Somente poderá requerer EAP em grau de recurso o candidato considerado contra-indicado no EAP para pelo menos um dos cursos, após ter sido submetido a toda bateria de testes prevista para o referido exame, em conformidade com as normas do IPA e destas instruções.

6.5.3 Se for de seu interesse, a fim de subsidiar o processo de recurso, o candidato poderá solicitar ao SERENS em cuja localidade tiver realizado o EAP o Documento de Informação de Aptidão Psicológica (DIAP), dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos.

6.5.3.1 A adoção do procedimento descrito no item anterior não é requisito obrigatório para o procedimento de interposição de recurso.

6.5.4 A solicitação do DIAP e a entrega da documentação que constitui o processo de recurso, no SERENS, poderão ser feitas por mandatário devidamente constituído pelo candidato ou constituído pelo responsável legal (para o caso de candidato menor de 18 anos de idade), para um e/ou outro desses dois fins específicos, por meio de instrumento de procuração lavrada em cartório.

6.5.5 O candidato "CONTRA-INDICADO" no EAP em grau de recurso poderá solicitar Entrevista Informativa, por meio de requerimento próprio constante do Anexo 11, dirigido ao Diretor do IPA. Tal documento deverá ser enviado ao IPA, via encomenda expressa ou via ECT, com

postagem registrada e Aviso de Recebimento, no endereço constante do Anexo 11, observado o prazo previsto no Calendário de Eventos.

6.5.6 A entrevista supracitada será exclusivamente de caráter informativo, para esclarecimento do motivo da contra-indicação do candidato ao propósito seletivo, não sendo considerada como recurso.

6.5.7 A Entrevista Informativa será realizada no IPA, na cidade do Rio de Janeiro.

6.6 RECURSO PARA O TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

6.6.1 O candidato julgado "NÃO APTO" poderá solicitar TACF em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do Anexo 12, dirigido ao Vice-Presidente da CDA. Tal documento deverá ser entregue no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado o TACF, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos. O TACF em grau de recurso será constituído de todos os exercícios previstos no Anexo 6.

6.6.1.1 A entrega da documentação que constitui o processo de recurso, no SERENS, poderá ser feita por mandatário devidamente constituído pelo candidato ou constituído pelo responsável legal (para o caso de candidato menor de 18 anos de idade) para esse fim específico, por meio de instrumento de procuração lavrada em cartório.

6.6.2 Somente poderá requerer o TACF em grau de recurso o candidato que:

- a) não tiver atingido os índices estabelecidos em pelo menos um dos exercícios previstos; ou
- b) tiver sofrido, durante o TACF, algum problema físico causado pela execução dos exercícios previstos, cuja recuperação possa ocorrer até o período estabelecido para o TACF em grau de recurso.

7 RESULTADO FINAL DO EXAME

7.1 Será considerado aprovado no Exame de Admissão o candidato que atender às condições que se seguem:

- a) no Exame de Escolaridade, obtiver aproveitamento, conforme o item 5.2.8.2 destas instruções;
- b) na INSPSAU, for considerado “apto para os três cursos”, “apto para o CFOAV e CFOINT”, “apto para o CFOINT e CFOINF”, ou “apto apenas para o CFOINT”;
- c) no EAP, for considerado “indicado para os três cursos”, “indicado para o CFOAV e CFOINT”, “indicado para o CFOAV e CFOINF”, “indicado para o CFOINT e CFOINF”, “indicado apenas para o CFOAV”, “indicado apenas para o CFOINT” ou “indicado apenas para o CFOINF”; ou
- d) no TACF, for considerado “Apto”.

7.2 Serão selecionados para habilitação à matrícula os candidatos aprovados e que forem classificados dentro do número de vagas do CFOAV, CFOINT ou CFOINF, considerando a ordem decrescente de suas Médias Finais, o critério de desempate e o parecer final da Junta Especial de Avaliação (JEA) designada para este Exame de Admissão pelo Diretor-Geral do DEPENS. Também serão considerados os critérios de ocupação de vagas por curso, previstos no item 2.3.2.2 e as opções de vagas de cada um dos candidatos, assinaladas no Formulário de Solicitação de Inscrição.

7.3 Os candidatos de que trata o item anterior somente estarão habilitados à matrícula se atenderem a todas as exigências previstas no item 8 destas Instruções, de acordo com o curso para o qual forem selecionados.

7.4 O candidato aprovado e não classificado conforme o item 7.2 será considerado candidato excedente.

7.5 A Junta Especial de Avaliação (JEA) também selecionará os candidatos excedentes, considerando o número de vagas do CFOAV, CFOINT ou CFOINF, a ordem decrescente de suas Médias Finais e o critério de desempate, além dos critérios de ocupação de vagas por curso previstos no item 2.3.2.2 e as respectivas opções de vagas dos candidatos assinaladas no Formulário de Solicitação de Inscrição.

7.5.1 A seleção de candidatos excedentes tem por finalidade permitir a sua convocação para o preenchimento de vagas que possam surgir, na fase de habilitação à matrícula, decorrentes da desistência ou da exclusão de candidatos ou mesmo após a matrícula, na fase inicial dos cursos, decorrentes da desistência ou desligamento de cadete, desde que a convocação se dê dentro da vigência do Exame de Admissão.

7.5.2 Após a distribuição de vagas entre os candidatos titulares, havendo desistência de candidatos ou o surgimento de novas vagas, estas serão redistribuídas aos titulares que não tiverem sido atendidos em suas prioridades e, após, as remanescentes serão distribuídas aos candidatos excedentes.

7.5.3 Ao candidato excedente que for selecionado pela JEA fica assegurada apenas a expectativa de direito de ser convocado para a habilitação à matrícula. Essa condição cessa com o término da vigência deste Exame de Admissão.

7.5.4 O candidato excedente que for convocado para habilitação à matrícula terá 05 dias corridos, a contar da data subsequente à de convocação, para se apresentar na AFA, pronto para atender a todas as exigências previstas no item 8, conforme o curso para o qual for selecionado.

7.5.4.1 O candidato deverá manter atualizado o seu endereço e telefone (se o tiver) junto à Subdivisão de Exames de Admissão da AFA, enquanto estiver participando do exame. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da falta de atualização de seu endereço.

7.6 A Junta Especial de Avaliação consolidará, pelo Mapa e pela Ata da JEA, a relação nominal dos candidatos aprovados e selecionados para a habilitação à matrícula, bem como dos excedentes, observando o disposto nos itens 7.2, 7.5 e 7.5.1, respectivamente.

7.7 A expedição da Ordem de Matrícula será de responsabilidade do Diretor-Geral do DEPENS, devendo ser expedida após a homologação do Mapa e da Ata da JEA.

7.8 A matrícula dos candidatos, a ser efetivada por ato do Comandante da AFA, somente ocorrerá após cumpridas as exigências previstas no item 8, dentro dos prazos estabelecidos e conforme o curso ao qual concorrem.

7.8.1 O não cumprimento, por parte do candidato, das exigências para a efetivação da matrícula constantes do item 8, conforme o curso ao qual concorre, implicará o cancelamento da sua Ordem de Matrícula e a sua exclusão do Exame de Admissão.

8 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA

8.1 Estará habilitado a ser matriculado no CFOAV, no CFOINT ou no CFOINF, para o qual prestou o Exame de Admissão, o candidato que atender a todas as condições a seguir:

- a) ter sido aprovado no Exame de Admissão e selecionado pela JEA para habilitar-se à matrícula;
- b) se militar, estar classificado, no mínimo, no "Bom Comportamento";
- c) não estar respondendo a processo pela prática de ato infracional, de acordo com o que prevê a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- d) não estar cumprindo medida sócio-educativa pela prática de ato infracional, de acordo com o que prevê a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- e) não ter sido punido com medida sócio-educativa pela prática de ato infracional, de acordo com o que prevê a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

- f) se maior de 18 anos de idade, não estar respondendo a qualquer processo criminal;
- g) se maior de 18 anos de idade, não ter sido condenado criminalmente, pela prática de crime de natureza dolosa, por sentença transitada em julgado;
- h) se maior de 18 anos de idade, não estar cumprindo pena por crime militar ou comum;
- i) se militar da ativa ou da reserva, possuir grau hierárquico inferior a Segundo-Tenente;
- j) não ter sido, anteriormente, excluído do serviço ativo, por motivo disciplinar, por falta de conceito moral ou por incompatibilidade com a carreira militar, ou desligado de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar de ensino pelos mesmos motivos;
- k) apresentar-se na AFA, na data prevista para a Concentração Final (habilitação à matrícula), portando o original e cópia dos seguintes documentos:
 - certificado ou diploma de conclusão do Ensino Médio, expedido por estabelecimento de ensino reconhecido pelo órgão oficial federal, distrital, estadual ou regional de ensino competente;
 - histórico escolar;
 - documento de identidade devidamente válido e dentro do prazo de validade, conforme itens 9.1.2.1 e 9.1.2.2;
 - título de eleitor e comprovante de situação eleitoral regularizada para os maiores de 18 (dezoito) anos;
 - certidão de nascimento;
 - Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - autorização do responsável legal, com reconhecimento de firma, para os menores de 18 (dezoito) anos. A autorização será dada por meio de “Termo de Compromisso e Consentimento para Matrícula”, cujo modelo estará disponível no site da FAB, conforme endereço eletrônico do item 1.4, após a realização da Concentração Intermediária;
 - Para candidatos do sexo masculino em idade de cumprir obrigações legais para com o Serviço Militar: Certificado de Alistamento Militar, ou Certificado de Dispensa de Incorporação (desde que não o incompatibilize com a carreira militar), ou ainda Certificado de Reservista; e
 - se militar da ativa, ofício de apresentação da OM de origem.
- l) apresentar-se na AFA, na data prevista para matrícula e início do curso.

8.2 Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com emendas ou discrepâncias de informações.

8.3 O histórico escolar e os certificados ou diplomas previstos na alínea “k” do item 8.1 somente terão validade se expedidos por estabelecimento de ensino ou instituição de formação profissional reconhecidos pelo órgão oficial federal, estadual, municipal, distrital ou regional de ensino competente.

8.4 Quanto ao certificado ou diploma citado no item anterior, somente será aceito aquele que estiver impresso em papel timbrado do estabelecimento ou da instituição que o emitiu, acompanhado do registro que outorgou seu funcionamento, que contenha a confirmação de conclusão do curso, sem dependências, a habilitação para prosseguir estudos no nível superior e com assinaturas, carimbos e o número do registro dos responsáveis pelo estabelecimento ou pela instituição no órgão que representa o respectivo sistema de ensino.

8.5 Quando da apresentação pelos candidatos dos documentos constantes da alínea “k” do item 8.1, for constatada ausência de documentos, alguma das irregularidades citadas no item 8.2 ou outra discrepância, somente serão habilitados à matrícula os candidatos que venham a sanar tais problemas e também atender a todas as exigências contidas no referido item até a data prevista para a matrícula. Encerrado esse prazo, o candidato que não tiver resolvido sua pendência será excluído do

processo seletivo e, em seu lugar, será convocado candidato excedente para habilitar-se à matrícula, nos termos do item 7.5.1 e demais disposições concernentes à habilitação.

8.6 A constatação, a qualquer tempo, de omissão ou falta de veracidade em qualquer uma das informações ou documentos exigidos do candidato implicará a anulação de sua matrícula, bem como de todos os atos dela decorrentes, independentemente das sanções previstas em lei ou regulamentos militares.

8.7 Caso o candidato seja incorporado em qualquer uma das Forças Armadas no período compreendido entre a inscrição e a matrícula, deverá informar, por escrito, à AFA o nome da OM em que está servindo. Visto que a interrupção do Serviço Militar Inicial somente poderá ocorrer nos casos previstos no art. 31 da Lei nº 4.375 (Lei do Serviço Militar, de 17 de agosto de 1964), o militar que estiver prestando o Serviço Militar Inicial não poderá ser matriculado no CFOAV, no CFOINT ou no CFOINF.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 COMPARECIMENTO AOS EVENTOS PROGRAMADOS

9.1.1 As despesas relativas a transporte, estada e alimentação para a realização do Exame de Admissão correrão por conta do candidato, inclusive quando, por motivo de força maior, um ou mais eventos programados desse exame tiverem que ser repetidos. Também será da responsabilidade do candidato aprovado e selecionado para a habilitação à matrícula o seu deslocamento com destino à AFA para a Concentração Final, a matrícula e a realização do curso.

9.1.1.1 O candidato militar da ativa da Aeronáutica, na situação de aprovado e classificado dentro do respectivo número de vagas e selecionado pela JEA, fará jus aos direitos remuneratórios previstos na forma da legislação vigente, relativos à matrícula e realização do curso.

9.1.2 O candidato deverá portar o seu documento de identidade original, devidamente válido e dentro do prazo de validade, em todos os eventos do Exame de Admissão.

9.1.2.1 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Polícias Militares e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação com fotografia.

9.1.2.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; títulos eleitorais; carteiras de estudante; carteiras funcionais, sem valor de identidade; Certificado de Alistamento Militar (CAM); Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI); documentos ilegíveis, não-identificáveis ou danificados; cópias de documentos, mesmo que autenticadas; nem protocolo de documento.

9.1.2.3 A AFA poderá, com a finalidade de verificação da autenticidade da identificação de qualquer candidato, efetuar a coleta da impressão digital dos candidatos nos eventos deste Exame de Admissão.

9.1.3 Por ocasião da Concentração Inicial e das provas escritas, os portões do local desses eventos serão abertos uma hora antes do horário previsto para seu fechamento, cabendo ao candidato, considerando os imprevistos comuns às grandes cidades, estabelecer a antecedência com que deverá se deslocar para o local, de forma a evitar possíveis atrasos.

9.1.4 Os portões de acesso aos locais de realização da Concentração Inicial e das provas escritas serão fechados nos horários constantes do Calendário de Eventos, não sendo permitido o ingresso de candidatos, em hipótese alguma, no local dos eventos, após esse horário.

9.1.5 Para a apresentação no local determinado para a Concentração Intermediária, os candidatos poderão dispor de um período tolerante de duas horas, de acordo com o previsto no Calendário de Eventos.

9.1.6 Os locais, dias e horários em que os candidatos deverão apresentar-se para a realização da INSPSAU, do EAP e do TACF, incluídos os seus recursos, quando aplicável, caso não estejam fixados no Calendário de Eventos, serão estabelecidos pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora durante a Concentração Intermediária.

9.1.6.1 Os períodos previstos no Calendário de Eventos para a realização dessas etapas se destinam à melhor adequação e organização da Administração da Aeronáutica, de modo que, uma vez informados aos candidatos os dias, horários e locais de cada etapa, essas informações tornam-se vinculantes e compulsório o comparecimento do candidato, conforme previsão do item 3.2.4.1 e letra “j” do item 9.4.2.

9.1.7 O não comparecimento do candidato nos locais dos eventos dentro dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos ou pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora, na hipótese do item 9.1.6, implicará falta e, em consequência, a sua exclusão do certame.

9.2 UNIFORME

9.2.1 Para os eventos do Exame de Admissão realizados em organizações militares, o candidato militar da ativa, das Forças Armadas ou Auxiliares, deverá comparecer uniformizado, em acordo com as normas e regulamentos de uniformes das respectivas Forças.

9.2.2 O candidato militar, das Forças Armadas ou Auxiliares, que não atender ao previsto no item anterior ficará impedido de realizar os eventos programados para o certame.

9.2.3 Para os eventos do Exame de Admissão realizados em instituições civis, o candidato militar, das Forças Armadas ou Auxiliares, poderá comparecer à paisana.

9.3 DIVULGAÇÃO DE GABARITOS E DE RESULTADOS

9.3.1 Serão divulgados pela AFA, via Internet, conforme endereço eletrônico constante do item 1.4 destas Instruções e de acordo com os prazos estabelecidos no Calendário de Eventos, as informações a seguir:

- a) relação nominal dos candidatos que obtiverem deferimento e dos candidatos que obtiveram indeferimento na solicitação de inscrição;
- b) locais de prova;
- c) questões das provas escritas do Exame de Escolaridade, com os respectivos gabaritos. Esses gabaritos terão caráter provisório até que seja exarada pelas Bancas Examinadoras a decisão sobre cada recurso interposto pelos candidatos;
- d) gabaritos oficiais, devendo ser considerado o disposto nos itens 6.3.9 e 6.3.9.1 destas Instruções;
- e) resultados obtidos pelos candidatos nas provas escritas do Exame de Escolaridade, com suas respectivas médias finais, contendo a classificação final daqueles que tiveram aproveitamento;
- f) relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária;
- g) resultados obtidos na INSPSAU, no TACF e no EAP;
- h) resultados obtidos, em grau de recurso, na INSPSAU, no TACF e no EAP;
- i) relação nominal dos candidatos selecionados para a habilitação à matrícula;
- j) relação nominal dos candidatos selecionados para a habilitação à matrícula que forem excluídos do Exame de Admissão em decorrência da não habilitação à matrícula ou de desistência, bem como a relação nominal dos candidatos excedentes convocados; e

- k) relação nominal dos candidatos matriculados, considerando o curso para o qual foram selecionados.

9.3.2 As informações discriminadas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “i” também serão divulgadas pela OMAP, na data estabelecida no Calendário de Eventos, mediante afixação em local a ser confirmado, sob a responsabilidade do Presidente da Comissão Fiscalizadora.

9.3.3 Serão publicadas no DOU as seguintes relações:

- a) pela AFA, a relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária que deverão prosseguir no Exame de Admissão e a relação nominal dos candidatos matriculados no curso; e
- b) pelo DEPENDS, a relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para a habilitação à matrícula.

9.3.4 Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações dos resultados e dos comunicados referentes ao Exame de Admissão.

9.4 EXCLUSÃO DO EXAME DE ADMISSÃO

9.4.1 Será excluído do Exame de Admissão o candidato que se enquadrar em qualquer uma das situações abaixo:

- a) não obtiver aproveitamento nas provas do Exame de Escolaridade;
- b) não atingir o grau mínimo exigido na Média Final do Exame de Escolaridade;
- c) não for convocado para a Concentração Intermediária;
- d) for julgado "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" na INSPSAU;
- e) for considerado "NÃO APTO" no TACF;
- f) for considerado, no caso de candidato masculino, "CONTRA-INDICADO PARA OS TRÊS CURSOS" ou, no caso de candidata, "CONTRA-INDICADO PARA O CFOAV E CFOINT" no EAP;
- g) não atingir os resultados previstos nestas instruções após a solução dos recursos apresentados; ou
- h) deixar de cumprir qualquer item estabelecido nestas Instruções.

9.4.2 Será excluído do Exame de Admissão por ato do Comandante da AFA ou, nos casos concretos que exijam intervenção imediata, por ato do Presidente da Comissão Fiscalizadora, com registro em ata e posterior homologação do Comandante da AFA, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou regulamentos, quando for o caso, o candidato que proceder de acordo com qualquer uma das alíneas que se seguem:

- a) burlar ou tentar burlar qualquer uma das normas para a realização das provas, da INSPSAU, do EAP e do TACF definidas nestas instruções ou em Instruções Orientadoras do Exame de Admissão dirigidas ao candidato;
- b) portar, durante a realização de qualquer uma das provas e de modo a se enquadrar em alguma das condutas não autorizadas e descritas no item 5.2.5, óculos escuros, telefone celular, relógio de qualquer tipo, arma, gorros, faixas de cabelo, chapéus, bonés, viseiras ou similares, bolsas, mochilas, pochetes, livros, impressos, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações, bem como aparelhos eletro-eletrônicos, tais como: máquina calculadora, agenda eletrônica, "walkman", "pager", "palm top", receptor, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico que receba, transmita ou armazene informações;
- c) utilizar-se ou tentar utilizar-se de meios fraudulentos ou ilegais, bem como praticar ou tentar praticar ato de indisciplina durante a realização de qualquer atividade referente ao Exame de Admissão;
- d) fazer, durante as provas, anotação de informações relativas às suas respostas em local que não seja o próprio Caderno de Questões;

- e) fizer uso, durante as provas, de livros, códigos, manuais ou quaisquer anotações;
- f) recusar-se a entregar o Caderno de Questões, caso decida ausentar-se do local da prova antes do término do tempo oficial do evento;
- g) continuar ou tentar continuar respondendo questão de prova após o encerramento do tempo oficial previsto para a realização da prova, já incluído o tempo de preenchimento do cartão de respostas;
- h) der ou receber auxílio para a realização das provas;
- i) fizer uso de tratamento incorreto ou descortês a qualquer um dos membros da Comissão Fiscalizadora ou a candidatos;
- j) deixar de comparecer pessoalmente ou chegar atrasado aos locais designados nos dias e horários determinados para a realização das concentrações, das provas, da INSPSAU, do EAP, do TACF e dos recursos, quando aplicável;
- k) não apresentar o documento de identidade original, devidamente válido e dentro do prazo de validade, ou recusar a submeter-se ao processo de identificação por meio de impressão digital, por ocasião das concentrações, da realização de qualquer uma das provas, da INSPSAU, do EAP e do TACF e dos recursos, quando aplicável;
- l) deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos para inscrição ou matrícula, ou apresentá-los contendo discrepâncias que não venham a ser sanadas nos prazos previstos;
- m) deixar de cumprir qualquer uma das exigências previstas nas condições para a inscrição ou matrícula;
- n) tiver praticado falsidade ideológica constatada em qualquer momento do Exame de Admissão;
- o) deixar de assinar o Cartão de Respostas das provas escritas no local para isso reservado; ou
- p) deixar de apresentar-se na AFA na data prevista para a matrícula e o início do curso.

9.5 VALIDADE DO EXAME DE ADMISSÃO

9.5.1 O prazo de validade dos EA CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009 expirar-se-á vinte dias úteis após a data prevista para a matrícula, sendo tal prazo improrrogável.

9.5.2 Os resultados obtidos pelos candidatos em todas as etapas do Exame de Admissão somente terão validade para a matrícula nos CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009.

10 **DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1 Não caberá ao interessado o direito de recurso para obter qualquer compensação, pecuniária ou não, pelo indeferimento de sua solicitação de inscrição no Exame de Admissão, se constatado o descumprimento das condições estabelecidas nas presentes instruções.

10.2 A inscrição no Exame de Admissão implicará a aceitação irrestrita, pelo candidato, das condições estabelecidas nas presentes instruções, não cabendo ao mesmo o direito de recurso para obter qualquer compensação pela sua exclusão do Exame de Admissão ou pelo seu não aproveitamento por falta de vagas.

10.3 Ao Diretor-Geral do DEPENS caberá:

- a) anular o Exame de Admissão, no todo ou em parte, em todo o país ou em determinadas localidades, quando houver grave indício de quebra de sigilo, cometimento de irregularidades durante a realização de qualquer evento de caráter seletivo e/ou classificatório, e quando ocorrer fato incompatível com estas instruções, ou que impossibilite o seu cumprimento. Assim sendo, não caberá por parte do candidato, caso continue ou não a participar do certame, a solicitação de qualquer

reparação pelos transtornos que a anulação e, conseqüentemente, o cancelamento dos eventos subseqüentes possam causar, bem como ficará implícita a sua aceitação do novo Calendário de Eventos a ser divulgado para prosseguimento do Exame de Admissão;

- b) caso seja constatada incorreção na publicação dos resultados obtidos pelos candidatos em qualquer evento seletivo e/ou classificatório do certame, determinar providências para que a publicação seja tornada sem efeito e os resultados sejam publicamente anulados, bem como todos os atos deles decorrentes e, por meio de ato contínuo, providenciar para que sejam publicados os resultados corretos. Dessa forma, não caberá aos candidatos qualquer pedido de reconsideração referente aos resultados anulados, uma vez constatado que estes estão eivados de vícios que os tornam ilegais, pois deles não se originam direitos.

10.4

Os casos não previstos serão resolvidos pelo Diretor-Geral do DEPENS.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENS

ANEXO 1

SIGLAS UTILIZADAS PELO COMANDO DA AERONÁUTICA **CONSTANTES DESTAS INSTRUÇÕES**

AFA	- Academia da Força Aérea
BCA	- Boletim do Comando da Aeronáutica
CDA	- Comissão de Desportos da Aeronáutica
CEMAL	- Centro de Medicina Aeroespacial
CFOAV	- Curso de Formação de Oficiais Aviadores
CFOINT	- Curso de Formação de Oficiais Intendentes
CFOINF	- Curso de Formação de Oficiais de Infantaria
CINDACTA	- Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
COMAER	- Comando da Aeronáutica
COMAR	- Comando Aéreo Regional
DEPENS	- Departamento de Ensino da Aeronáutica
DIAP	- Documento de Informação de Aptidão Psicológica
DIRAP	- Diretoria de Administração do Pessoal
DIRSA	- Diretoria de Saúde da Aeronáutica
DOU	- Diário Oficial da União
EA	- Exame de Admissão
ECT	- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
INSPSAU	- Inspeção de Saúde
IE/EA	- Instruções Específicas para os Exames de Admissão
EPCAR	- Escola Preparatória de Cadetes do Ar
FSI	- Formulário de Solicitação de Inscrição
ICA	- Instrução do Comando da Aeronáutica
IPA	- Instituto de Psicologia da Aeronáutica
IRIS	- Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde
JEA	- Junta Especial de Avaliação
OM	- Organização Militar
OMAP	- Organização Militar de Apoio
OSA	- Organização de Saúde da Aeronáutica
RUMAER	- Regulamento de Uniformes da Aeronáutica
SERENS	- Serviço Regional de Ensino
TACF	- Teste de Avaliação do Condicionamento Físico
TAPMIL	- Teste de Aptidão à Pilotagem Militar

ANEXO 2
CALENDÁRIO DE EVENTOS

1	Período de inscrição. (Pela Internet, o preenchimento do FSI será possível a partir das 10h do primeiro dia de inscrições até às 15h do último dia - horário de Brasília).	AFA	19 maio a 06 jun. 2008
2	Divulgação, via Internet, do resultado da solicitação de inscrição, discriminando os deferimentos e indeferimentos.	DEPENS/AFA	07 jul. 2008
3	Remessa à AFA do requerimento para inscrição em grau de recurso, via encomenda expressa (urgente) ou por SEDEX (via ECT).	CANDIDATOS	até 09 jul. 2008
4	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que, em grau de recurso, tiveram a solicitação de inscrição deferida ou indeferida definitivamente.	DEPENS/AFA	até 23 jul. 2008
5	Divulgação, via Internet, dos locais de prova.	DEPENS/AFA	até 31 jul. 2008
6	Remessa do Cartão de Inscrição aos candidatos ou do aviso de indeferimento.	AFA	até 01 ago. 2008
7	Concentração Inicial e Provas Escritas 1º dia de prova: a) Fechamento dos portões às 8h30min; b) Concentração Inicial às 8h45min; e c) Início das provas de Língua Inglesa e Matemática às 9h30min. (Horário de Brasília)	OMAP	16 ago. 2008
8	Concentração Inicial e Provas Escritas 2º dia de prova: a) Fechamento dos portões às 8h30min; e b) Início das provas de Física e de Língua Portuguesa às 9h15min. (Horário de Brasília)	OMAP	17 ago. 2008
9	Divulgação, via Internet, das provas aplicadas e dos gabaritos provisórios.	DEPENS/AFA	até 19 ago. 2008
10	Remessa da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ) à EPCAR, via fax e via encomenda expressa (urgente) ou via ECT, por SEDEX.	CANDIDATOS	até 21 ago. 2008
11	Divulgação, via Internet, dos gabaritos oficiais e dos pareceres sobre as FIFQ, ou comunicação da inexistência das mesmas.	DEPENS/AFA	até 08 set. 2008
12	Divulgação via Internet: a) dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no Exame de Escolaridade constando a média final e a classificação final daqueles que tiveram aproveitamento; b) da relação dos candidatos convocados para Concentração Intermediária; e c) do endereço do local da Concentração Intermediária.	DEPENS/AFA	até 16 set. 2008
13	Divulgação no Diário Oficial da União da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária e que deverão prosseguir	AFA	até 19 set. 2008

	no exame.		
14	Concentração Intermediária das 9 h às 11 h. (horário local)	SERENS	22 set. 2008
15	Convocação para 2ª Concentração Intermediária (a confirmar).	SERENS	24 set. 2008
16	2ª Concentração Intermediária para os candidatos chamados em Segunda convocação (a confirmar) das 9 h às 11 h (horário local)	SERENS	29 set. 2008
17	Inspeção de Saúde – realização e julgamento.	OSA	29 set. a 03 out.2008
18	Exame de Aptidão Psicológica.	IPA/SERENS	29 set. a 10 out.2008
19	Divulgação, via Internet, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INSPSAU.	DEPENS/AFA	27 out. 2008
20	Solicitação ao SERENS do Documento de Informação de Saúde.	CANDIDATOS	até 29 out. 2008
21	Entrega dos Documentos de Informação de Saúde aos candidatos julgados incapazes na INSPSAU, mediante solicitação.	SERENS	até 29 out. 2008
22	Entrega no SERENS, das 9h às 16h, da solicitação de INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 04 nov. 2008
23	Realização e julgamento da INSPSAU em grau de recurso.	DIRSA/OSA	10 a 12 nov. 2008
24	Divulgação, via Internet, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INSPSAU em grau de recurso.	DEPENS / AFA	até 14 nov. 2008
25	Divulgação, via Internet, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP (relação por número de inscrição).	DEPENS/AFA	até 18 nov.2008
26	Realização, julgamento e divulgação do resultado do TACF ao candidato.	CDA/SERENS	19 nov. 2008
27	Entrega no SERENS da solicitação do TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 20 nov. 2008
28	Solicitação ao SERENS do DIAP.	CANDIDATOS	até 20 nov.2008
29	Entrega dos DIAP aos candidatos contra-indicados no EAP, mediante solicitação.	SERENS	até 20 nov.2008
30	Entrega no SERENS, das 9 h às 16 h, da solicitação do EAP em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 20 nov.2008
31	Divulgação, via Internet, dos resultados obtidos pelos candidatos no TACF.	DEPENS/AFA	25 nov. 2008
32	Realização do EAP em grau de recurso.	SERENS	27 nov. 2008
33	Realização e julgamento do TACF em grau de recurso.	SERENS	01 dez. 2008
34	Divulgação, via Internet, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP em grau de recurso.	AFA	até 11 dez. 2008
35	Divulgação, na Internet, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no TACF em grau de recurso.	DEPENS/AFA	até 11 dez. 2008
36	Entrega no IPA ou remessa via ECT, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, ao referido Instituto, das solicitações de Entrevista Informativa, referentes aos candidatos contra-indicados no EAP que desejarem esclarecer o motivo de sua contra-indicação.	CANDIDATOS	até 15 dez. 2008

37	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula, contendo as médias finais com as respectivas classificações, bem como da convocação para a Concentração Final.	DEPENS/AFA	19 dez. 2008
38	Divulgação no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DEPENS	19 dez. 2008
39	Informação, via ECT, ao candidato, do local e da hora em que deverá ser submetido à Entrevista Informativa referente à contra-indicação no EAP.	IPA	até 09 jan. 2009
40	Concentração Final, na AFA, às 9 h.	AFA	14 jan. 2009
41	Entrevista Informativa referente ao EAP com os candidatos contra-indicados.	IPA	14 e 15 jan. 2009
42	Matrícula e início dos Cursos: apresentação dos candidatos, na AFA, até às 8:00h.	AFA/ CANDIDATOS	19 jan. 2009
43	Convocação dos candidatos excedentes, em substituição àqueles que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do Exame ou considerados desistentes.	AFA/ CANDIDATOS	até 13 fev. 2009
44	Apresentação, na AFA, dos candidatos excedentes convocados.	CANDIDATOS	05 dias corridos, a contar da data subsequente à de convocação
45	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do Exame ou considerados desistentes, bem como da relação nominal dos candidatos excedentes convocados.	DEPENS/AFA	até 05 mar. 2009
46	Divulgação da relação nominal dos candidatos matriculados nos CFOAV/CFOINT/CFOINF.	DEPENS/AFA	até 17 mar. 2009
47	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos matriculados nos CFOAV/CFOINT/CFOINF.	AFA	até 17 mar. 2009

ANEXO 3

REQUISITOS PARA INSPEÇÃO DE SAÚDE

1 REQUISITOS FÍSICOS DE ESTATURA E PESO

1.1 CFOAV

1.1.1 Os parâmetros de estatura e peso, requeridos aos candidatos, de ambos os sexos, para ingresso no Curso de Formação de oficiais Aviadores (CFOAV), estão de acordo com as limitações antropométricas exigidas aos pilotos da aeronave T-27 (Tucano), utilizada nas instruções de voo da Academia da Força Aérea (AFA).

1.1.2 Os candidatos deverão apresentar estatura mínima de 1,64m e estatura máxima de 1,87m.

1.1.3 Deverão apresentar altura sentada máxima de 97,4cm, distância nádega Joelho máxima de 65,2cm, peso mínimo de 58,65Kg e peso máximo de 93,53Kg, em virtude dos requisitos antropométricos exigidos para a operação da cadeira de ejeção que equipa a aeronave T-27 Tucano, conforme tabela abaixo:

TABELA DE LIMITES ANTROPOMÉTRICOS PARA A ANV T-27		
MEDIDA	MÍNIMO	MÁXIMO
Peso	58,65kg	93,53kg
Altura sentado	85,1cm	97,4cm
Nádega-Joelho	55,1cm	65,2cm

1.1.4 Nesse aspecto, todos os militares, na condição de Cadetes Aviadores realizando o Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV) na Academia da Força Aérea, serão submetidos a uma nova Inspeção de Saúde, mais específica, destinada a verificar o atendimento aos demais parâmetros antropométricos exigidos em legislação da Diretoria de Saúde da Aeronáutica, para iniciar a instrução de voo na aeronave T-27 (Tucano).

1.1.5 Os requisitos de peso são estruturados com base no índice de massa corpórea e de acordo com a tabela da Organização Mundial de Saúde (OMS), que utiliza a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO	IMC
MAGREZA	< 18,5
NORMAL	18,5 a 24,9
SOBREPESO	25 a 29,9
OBESIDADE GRAU 1	30 a 34,9
OBESIDADE GRAU 2	35 a 39,9
OBESIDADE GRAU 3	≥ 40

OBSERVAÇÃO: Os valores de IMC não dependem de idade e são iguais para ambos os sexos.

1.1.6 Nas Inspeções de Saúde Iniciais serão considerados como “INCAPAZES PARA O FIM A QUE SE DESTINAM”, os candidatos que obtiverem os valores de IMC menores que 18,5, caracterizando a magreza, e maiores que 24,9, caracterizando o sobrepeso e os diversos graus de obesidade.

1.2 CFOINT E CFOINF

1.2.1 O Inspeccionando pelas Juntas de Saúde (JS) iniciais, candidato ao CFOINT E CFOINF 2008, deverá apresentar estatura mínima de 1,55m, se do sexo feminino e 1,60, se do sexo masculino.

1.2.2 Os requisitos de peso são estruturados com base no índice de massa corpórea e de acordo com a tabela da Organização Mundial de Saúde (OMS), que utiliza a seguinte classificação conforme os itens 1.1.5 e 1.1.6.

2 REQUISITOS CARDIOCIRCULATORIOS

2.1 CFOAV, CFOINT E CFOINF

- 2.1.1 Pressão arterial em decúbito dorsal, até 140mmHg (cento e quarenta) de sistólica por até 90mmHg (noventa) de diastólica;
- 2.1.2 Exame físico do aparelho cardiovascular normal;
- 2.1.3 Eletrocardiograma de repouso normal;
- 2.1.4 Exame radiológico do tórax sem anormalidades; e
- 2.1.5 Ausência de doenças cardiovasculares incapacitantes, de acordo com as IRIS.

3 REQUISITOS VISUAIS

3.1 CFOAV

3.1.1 A acuidade visual a seis metros será: visão igual a 1,0 (20/20) em cada olho, separadamente, sem correção.

3.1.2 Acuidade visual a 35 centímetros - J-1 em cada olho, separadamente, sem correção;

3.1.3 Senso cromático - pesquisado por intermédio das Pranchas Pseudo-Isocromáticas, admitindo-se até 03 (três) interpretações incorretas;

3.1.4 Motilidade Ocular Extrínseca:

- a) índices forométricos a 06 (seis) metros, em caso de foria, admite-se os limites nos índices forométricos a 06 (seis) metros, de acordo com o quadro abaixo:

ENDOFORIA	até 10 dioptrias prismáticas
EXOFORIA	até 05 dioptrias prismáticas
HIPERFORIA	até 01 dioptria prismática

- b) capacidade de divergência: de 03 (três) a 15 (quinze) dioptrias prismáticas. A divergência deve ser igual ou exceder à endoforia; e

- c) poder de convergência: o ponto de convergência (PC) não deve exceder à distância interpupilar (DP).

3.1.5 Campo visual: qualquer escotoma central ou para-central inabilita. Não deverá apresentar contração maior do que 15 (quinze) graus em qualquer meridiano, considerado os limites constantes no quadro abaixo (exame realizado a critério do especialista):

TEMPORAL	90 graus
SUPERIOR	50 graus
NASAL	60 graus
INFERIOR	70 graus

3.1.6 Visão de profundidade: será pesquisada em aparelho específico, “Keystone ou Ortho-Rater”. Será considerada normal a leitura da metade do número de linhas mais uma.

3.1.7 Oftalmotônus: normal, entre 10 a 20 mm/Hg.

OBSERVAÇÕES: a) Os portadores de dioptrias esféricas negativas (miopia) serão incapacitados.

- b) O exame refratométrico deverá ser realizado, obrigatoriamente, sob cicloplegia.

- c) Os candidatos ao CFOAV que tiverem sido submetidos à cirurgia refrativa (CERATOTOMIA RADIAL) serão incapacitados.

3.2 CFOINT

3.2.1 A acuidade visual a seis metros será: visão igual a 0,1 (20/200) em cada olho, separadamente, sem correção, desde que, com o uso de lentes corretoras atinja visão igual a 0,66 (20/30) no mínimo em cada olho, separadamente.

3.2.2 Acuidade visual a 35 centímetros: J-4 em cada olho, separadamente, sem correção, e J-1 com correção.

- 3.2.3 Senso cromático - pesquisado por intermédio das Pranchas Pseudo-Isocromáticas. Ocorrendo mais de 8 (oito) interpretações incorretas o inspecionando poderá qualificar-se, desde que reconheça, com facilidade, as cores VERMELHA, VERDE, AZUL, ÂMBRAR E BRANCA, utilizadas em aviação.
- 3.2.4 Motilidade Ocular Extrínseca: excursões oculares normais nas 08(oito) posições cardinais.
- 3.2.5 Campo visual: normal, pesquisado em relação ao campo visual do examinador.
- 3.2.6 Oftalmotônus: normal, entre 10 a 20 mm/Hg.

3.3 CFOINF

- 3.3.1 A acuidade visual a seis metros será: visão igual a 0,5 (20/40) em cada olho, separadamente, sem correção, desde que, com o uso de lentes corretoras, atinja visão igual a 1,0 (20/20).
- 3.3.2 Acuidade visual a 35 centímetros: J-2 em cada olho, separadamente, sem correção, e J-1 com correção.

3.3.3 Senso cromático - pesquisado por intermédio das Pranchas Pseudo-Isocromáticas, admitindo-se até 03 (três) interpretações incorretas;

3.3.4 Motilidade Ocular Extrínseca:

- a) índices forométricos a 06 (seis) metros, em caso de foria, admite-se os limites nos índices forométricos a 06 (seis) metros, de acordo com o quadro abaixo:

ENDOFORIA	até 10 dioptrias prismáticas
EXOFORIA	até 05 dioptrias prismáticas
HIPERFORIA	até 01 dioptria prismática

- b) capacidade de divergência: de 03 (três) a 15 (quinze) dioptrias prismáticas. A divergência deve ser igual ou exceder à endoforia; e
- c) poder de convergência: o ponto de convergência (PC) não deve exceder à distância interpupilar (DP).

- 3.3.5 Campo visual: normal, pesquisado em relação ao campo visual do examinador.
- 3.3.6 Visão de profundidade: será pesquisada em aparelho específico, “Keystone ou Ortho-Rater”. Será considerada normal a leitura da metade do número de linhas mais uma.
- 3.3.7 Oftalmotônus: normal, entre 10 a 20 mm/Hg.

4 REQUISITOS AUDITIVOS

4.1 CFOAV

- 4.1.1 Audibilidade com perda tolerável de até 25db (vinte e cinco decibéis) ISO (International Standard Organization), nas frequências de 250 (duzentos e cinquenta) a 6.000 (seis mil) ciclos/segundo em cada ouvido, separadamente.
- 4.1.2 Audibilidade para voz cochichada a 5 (cinco) metros em cada ouvido, separadamente; e
- 4.1.3 Ausência de sinal evidente de sensibilidade anormal ao ruído.

4.2 CFOINT E COINF

- 4.2.1 Audibilidade com perda tolerável de até 35db (trinta e cinco decibéis) ISO (International Standard Organization), nas frequências de 500 (quinhentos) a 2.000 (dois mil) ciclos/segundo.
- 4.2.2 Audibilidade para voz cochichada a 5 (cinco) metros em cada ouvido.

5 REQUISITOS ODONTOLÓGICOS

5.1 CFOAV, CFOINT E CFOINF

- 5.1.1 Presença de todos os dentes anteriores naturais, incisivos e caninos, tolerando-se próteses que satisfaçam à estética e às funções.
- 5.1.2 Presença de, no mínimo, 4 (quatro) molares naturais, 1 (um) em cada hemi-arcada. Os espaços existentes, em decorrência de ausência de molares e/ou pré-molares, deverão estar ocupados por próteses que satisfaçam à estética e funções.

- 5.1.3 Ausência de cáries.
- 5.1.4 Ausência de moléstias periodontais evidenciáveis ao exame visual.
- 5.1.5 Ausência de afecções periapicais constatadas visualmente, ou evidenciadas em exames radiográficos de dentes suspeitos.
- 5.1.6 Ausência de má-oclusões do tipo, classe II severa e classe III de Angle, tipo óssea.

6. REQUISITOS ORTOPÉDICOS

6.1 CFOAV, CFOINT E CFOINF

6.1.1 Os inspecionandos não poderão apresentar no exame ortopédico da Inspeção de Saúde, as seguintes anomalias:

- 6.1.1.1 Escoliose que ultrapasse 12° (doze) graus Cobb para os candidatos ao CFOAV e CFOINF.
- 6.1.1.2 Escoliose que ultrapasse 20° (vinte) graus Cobb para os candidatos ao CFOINT.
- 6.1.1.3 Lordose acentuada, com mais de 48° (quarenta e oito) graus Ferguson no sexo masculino e 60° (sessenta) graus Ferguson no sexo feminino.
- 6.1.1.4 Cifose que, ao estudo radiológico, apresente mais de 40° (quarenta) graus Cobb, tanto no sexo masculino quanto no feminino.
- 6.1.1.5 “Genu Recurvatum”, com mais de 5° (cinco graus) além da posição neutra, em raios X lateral, decúbito dorsal com elevação ao nível do calcâneo de 10cm (dez) em situação de relaxamento.
- 6.1.1.6 “Genu Varum” que apresente distância bicondilar superior a 7cm (sete) ao exame clínico, sendo que as radiografias realizadas em posição ortostática, com carga, evidenciem acima de 6° (seis) graus no eixo anatômico.
- 6.1.1.7 “Genu Valgum” que apresente distância bimaleolar superior a 7cm (sete), cujas radiografias realizadas em posição ortostática, com carga, evidenciem 6° (seis) graus no sexo masculino e até 9° (nove) graus no sexo feminino, no eixo anatômico.
- 6.1.1.8 Megapófises de vértebra lombar que apresentem articulação anômala unilateral no estudo radiológico.
- 6.1.1.9 Espinha bífida com repercussão neurológica.
- 6.1.1.10 Anomalia no comprimento dos membros inferiores que apresentem, ao exame, encurtamento de um dos membros, superior a 15mm (quinze), constatado em mensuração referencial da crista ilíaca até o maléolo interno e confirmado através de escanometria de membros inferiores.
- 6.1.1.11 Hemivértebra, tumores vertebrais (benignos e malignos), seqüela de fraturas que comprometam mais de 50% (cinquenta por cento) do corpo vertebral, laminectomia, passado de cirurgia de hérnia discal, pinçamento discal lombar maior que 20% (vinte por cento) do espaço intervertebral.
- 6.1.1.12 Todas as espondilólises e as espondilolisteses.

7 REQUISITOS DÉRMICOS

7.1 CFOAV, CFOINT E CFOINF

7.1.1 Inexistência de cicatriz que, por sua natureza ou localização, possa, em face do uso de equipamento militar e do exercício das atividades militares, vir a motivar qualquer perturbação funcional ou ulcerar-se.

7.1.2 Inexistência de tatuagem no corpo que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro exigido aos integrantes das Forças Armadas (conforme previsto no Art. 28 do Estatuto dos Militares), tais como as que apresentem símbolos e/ou inscrições alusivas a:

- a) ideologias terroristas ou extremistas contrárias às instituições democráticas ou que preguem a violência e a criminalidade;
- b) discriminação ou preconceitos de raça, credo, sexo ou origem;
- c) idéias ou atos libidinosos; e
- d) idéias ou atos ofensivos às Forças Armadas.

7.1.3 Inexistência de qualquer tipo de tatuagem aplicada em área do corpo que possa vir a prejudicar os padrões de apresentação pessoal quando no uso de uniformes estabelecidos por regulamento do Comando da Aeronáutica, incluindo aqueles previstos para a prática de educação física (calção de banho e maiô).

7.1.4 As cicatrizes resultantes de remoção total de tatuagens, independente do método utilizado, deverão obrigatoriamente, obedecer ao disposto no item 7.1.1.

OBSERVAÇÕES:

1. O não preenchimento de qualquer um dos requisitos descritos acima implicará a incapacidade física do candidato na Inspeção de Saúde para o fim a que se destina. Outras causas de incapacidade física estão descritas no capítulo V da ICA 160-1 (Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde – IRIS).

2. O estabelecido neste anexo representa apenas parte dos requisitos a serem exigidos na Inspeção de Saúde. Também serão realizados exames de patologia clínica, exames de imagem e outros, de acordo com o estabelecido nas Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica – ICA 160-6, aprovada pela Portaria DIRSA Nº 44/SDTSA, de 18 de outubro de 2006.

ANEXO 4

PROGRAMA DE MATÉRIAS PARA O EXAME DE ADMISSÃO AOS CFOAV, CFOINT e CFOINF 2009

1. FÍSICA

1.1 CINEMÁTICA ESCALAR

1.1.1 Movimento Uniforme. Movimento com velocidade escalar variável e Movimento Uniformemente Variado. Movimento Vertical no vácuo. Gráficos do Movimento Uniforme e do Movimento Uniformemente Variado.

1.2 VETORES E GRANDEZAS VETORIAIS: CINEMÁTICA VETORIAL

1.2.1 Vetores. Velocidade e aceleração vetoriais. Movimentos circulares. Lançamento horizontal e lançamento oblíquo no vácuo.

1.3 DINÂMICA

1.3.1 Princípios fundamentais. Leis de Newton. Forças de atrito. Forças em trajetória curvilíneas. Trabalho e energia. Impulso e Quantidade de Movimento. Gravitação Universal.

1.4 ESTÁTICA

1.4.1 Equilíbrio do ponto material. Equilíbrio dos corpos extensos. Hidrostática.

1.5 TERMOLOGIA

1.5.1 Introdução à termologia. Termometria. Dilatação térmica de sólidos e líquidos.

1.6 CALOR

1.6.1 Calorimetria. Mudanças de fase. Diagramas de fase. Propagação do calor.

1.7 TERMODINÂMICA

1.7.1 Estudo dos gases. As leis da Termodinâmica.

1.8 ÓPTICA

1.8.1 Óptica geométrica. Reflexão da luz e Espelhos planos. Espelhos esféricos. Refração luminosa. Lentes esféricas delgadas. Instrumentos ópticos.

1.9 ONDAS

1.9.1 Movimento harmônico simples (MHS). Ondas. Interferência de ondas. Ondas sonoras.

1.10 ELETROSTÁTICA

1.10.1 Eletrização e Força elétrica. Campo elétrico. Trabalho e potencial elétrico. Condutores em equilíbrio eletrostático e Capacitância eletrostática.

1.11 ELETRODINÂMICA

1.11.1 Corrente elétrica. Resistores. Medidas elétricas. Geradores e Receptores elétricos. Capacitores.

1.12 ELETROMAGNETISMO

1.12.1 Campo magnético. Força magnética. Indução eletromagnética.

1.13 BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

1.13.1 CALÇADA, Caio Sérgio; SAMPAIO, José Luiz. Física Clássica. São Paulo: Atual, 1998. 5v.

1.13.2 GASPARG, Alberto. Física. São Paulo: Editora Ática, 2000. 3v.

1.13.3 GUALTER, José Biscuola; HELOU, Ricardo Doca; NEWTON, Villas Bôas. Tópicos de Física. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. v1: Mecânica, 527p.

- 1.13.4 _____ . Tópicos de Física. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v2: Termologia, Ondulatória e Óptica, 448p.
- 1.13.5 _____ . Tópicos de Física. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v3: Eletricidade, Física Moderna e Análise Dimensional, 399p.
- 1.13.6 MÁXIMO, António; ALVARENGA, Beatriz. Curso de física. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2006. 3v.
- 1.13.7 PARANÁ, Dijalma Nunes da Silva. Física. 10. ed. São Paulo: Ática, 2000. v1: Mecânica, 471p.
- 1.13.8 PARANÁ, Dijalma Nunes da Silva. Física. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999. v2 – Termologia, Óptica e Ondulatória, 440p.
- 1.13.9 PARANÁ, Dijalma Nunes da Silva. Física. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999. v3: Eletricidade, 431p.
- 1.13.10 RAMALHO, Francisco Júnior; NICOLAU, Gilberto Ferraro; TOLEDO, Paulo António Soares. Os Fundamentos da Física. 8. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 3v.

2 MATEMÁTICA

2.1 CONJUNTOS NUMÉRICOS

- 2.1.1 Números naturais e inteiros: indução finita, divisibilidade, mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum e decomposição em fatores primos.
- 2.1.2 Números racionais e reais: operações e propriedades, relações de ordem, valor absoluto e desigualdades.
- 2.1.3 Números complexos: forma algébrica e trigonométrica. Representação no plano, complexo conjugado e operações. Raízes da unidade.
- 2.1.4 Sequências: progressões aritméticas e geométricas.

2.2 POLINÓMIOS

- 2.2.1 Conceito, grau e propriedades fundamentais.
- 2.2.2 Operações, divisibilidade por "x-a" e dispositivo prático de Briot-Ruffini.

2.3 EQUAÇÕES ALGÉBRICAS

- 2.3.1 Definição, raízes e multiplicidade. Teorema Fundamental da Álgebra.
- 2.3.2 Relações entre coeficientes e raízes. Pesquisa de raízes múltiplas. Raízes reais e complexas.

2.4 ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE

- 2.4.1 Arranjos, Permutações, Fatorial e Combinações.
- 2.4.2 Números binomiais. Triângulo de Pascal e Binômio de Newton.
- 2.4.3 Probabilidade: Definição, Probabilidade Condicional, Eventos Independentes e Distribuição Binomial de Probabilidades.

2.5 MATRIZES. DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES

- 2.5.1 Matrizes: conceito, tipos especiais, operações e matriz inversa.
- 2.5.2 Determinantes: conceito, resolução, propriedades e aplicações.
- 2.5.3 Sistemas lineares: resolução e discussão.

2.6 GEOMETRIA ANALÍTICA

- 2.6.1 Coordenadas cartesianas. Distância entre dois pontos.
- 2.6.2 Estudo da reta: equação geral, reduzida, segmentaria, paramétricas e normal. Interseção, paralelismo e perpendicularismo. Distância de um ponto a uma reta. Área de um triângulo e condição de alinhamento de três pontos.
- 2.6.3 Equação da circunferência: tangências e interseções.
- 2.6.4 Elipse, hipérbole e parábola: elementos e equações.

2.7 FUNÇÕES

- 2.7.1 Domínio, contradomínio e imagem de uma função.
- 2.7.2 Funções injetoras, sobrejetoras e bijetoras.
- 2.7.3 Funções compostas, inversa, pares e ímpares.
- 2.7.4 Funções: linear, quadrática, exponencial, logarítmica, modular e recíproca. Propriedades.
- Resolução de equações e inequações.
- 2.7.5 Representação gráfica de funções.
- 2.8 TRIGONOMETRIA
- 2.8.1 Arcos e ângulos: definições, medidas e relações entre arcos.
- 2.8.2 Funções trigonométricas e funções trigonométricas inversas. Relações fundamentais.
- 2.8.3 Relações e Identidades. Redução ao 1º quadrante. Adição, subtração, duplicação e bissecção de arcos. Transformação em produto.
- 2.8.4 Equações e inequações trigonométricas.
- 2.8.5 Resolução de triângulos. Lei dos senos e dos cossenos.
- 2.9 GEOMETRIA PLANA
- 2.9.1 Congruência de figuras planas.
- 2.9.2 Semelhança de triângulos.
- 2.9.3 Relações métricas nos triângulos, polígonos regulares e círculos.
- 2.9.4 Áreas de polígonos, círculo, coroa e setor circular.
- 2.10 GEOMETRIA ESPACIAL
- 2.10.1 Retas e planos no espaço. Paralelismo e perpendicularismo.
- 2.10.2 Ângulos diedros e ângulos poliedros. Poliedros regulares.
- 2.10.3 Prismas, pirâmides e respectivos troncos: cálculo de áreas e volumes.
- 2.11 BIBLIOGRAFIA
- 2.11.1 IEZZI, Gelson. MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar: conjuntos, funções. 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. v.1
- 2.11.2 IEZZI, Gelson. MURAKAMI, Carlos. DOLCE, Osvaldo. Fundamentos de matemática elementar: logaritmos. 9. ed. São Paulo: Atual, 2004. v.2
- 2.11.3 IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar: trigonometria. 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. v.3
- 2.11.4 IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos da matemática elementar: sequências, matrizes, determinantes, sistemas. 7. ed. São Paulo: Atual, 2004. v.4
- 2.11.5 HAZZAN, Samuel. Fundamentos da matemática elementar: combinatória, probabilidade. 7. ed. São Paulo: Atual, 2004. v.5
- 2.11.6 IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar: complexos, polinômios, equações. 7. ed. São Paulo: Atual, 2005. v.6
- 2.11.7 IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar: geometria analítica. 5. ed. São Paulo: Atual, 2005. v.7
- 2.11.8 DOLCE, Osvaldo. POMPEO, José Nicolau. Fundamentos da matemática elementar: geometria plana. 8. ed. São Paulo: Atual, 2005. v. 9
- 2.11.9 DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos da matemática elementar: geometria espacial. 6. ed. São Paulo: Atual, 2005. v.10

3 LÍNGUA INGLESA

3.1 GRAMÁTICA

3.1.1 Morfologia:

3.1.1.1 Substantivos: gênero, forma possessiva, número. Pronomes: possessivos, reflexivos, objetivos. Adjetivos: grau de comparação, espécies. Verbos: infinitivos e gerúndios. Verbos: regulares e irregulares.

3.1.2 Semântica:

3.1.2.1 Verbos: tempos, modos e formas (presente, passado, futuro simples, contínuo, perfeito, imperativo); substitutos de tempo futuro; verbos modais. Advérbios. Numerais. Preposições; Conjunções. Palavras interrogativas.

3.1.3 Sintaxe:

3.1.3.1 Estrutura da oração. Período composto (condicionais, relativas, apositivas, etc.). Verbos: vozes (ativa, passiva, reflexiva); discurso (direto e indireto). "Question tags", respostas curtas ("Tag answers"). Verbo: forma verbal enfática. Artigos (definidos e indefinidos).

3.2 COMPREENSÃO DE TEXTOS

3.2.1 Textos de assuntos técnicos e gerais.

3.3 BIBLIOGRAFIA

3.3.1 CROWTHER, Jonathan. Oxford Advanced Learners Dictionary. 7 ed. Editora Oxford University Press, 2005.

3.3.2 SWAN, Michael Practical English usage. 3 ed. Oxford University (Brasil), 2005.

3.3.3 MURPHY, Raymond. SMALZER, William R. Grammar In Use - Intermediate With Answers (C/ Cd Rom). 2 ed. Cambridge University Press, 2000.

4 LÍNGUA PORTUGUESA

4.1 ESTUDO DE TEXTO

4.1.1 Compreensão de textos literários e não literários.

4.2 GRAMÁTICA

4.2.1 Fonética e fonologia: fonemas, encontros consonantais e vocálicos, dígrafos, divisão silábica, acentuação gráfica e ortografia.

4.2.2 Morfologia: estrutura das palavras, radicais gregos e latinos, prefixos de origem grega e latina, sufixos, formação de palavras, classes de palavras: classificação, flexão e emprego (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição).

4.2.3 Sintaxe: análise sintática da oração, análise sintática do período, pontuação, regência e concordância, estudo da crase, colocação pronominal.

4.3 SEMÂNTICA E ESTILÍSTICA

4.3.1 Homonímia, paronímia, sinonímia e polissemia, denotação e conotação; funções da linguagem, figuras de estilo e vícios de linguagem.

4.4 BIBLIOGRAFIA

4.4.1 FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. Gramática. 20. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

4.4.2 SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Lições de texto. 5 ed. São Paulo: Editora Ática. 2006.

ANEXO 5

INFORMAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

1 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

1.1 O Exame de Aptidão Psicológica para o EA-CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009, de caráter seletivo, será realizado segundo os procedimentos e parâmetros fixados em Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) e documentos expedidos pelo Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA).

2 DEFINIÇÃO

2.1 Processo de avaliação que visa estabelecer um prognóstico de adaptação por meio da identificação, nos candidatos, de características psicológicas necessárias ao desempenho da atividade/curso/função pretendida.

3 ÁREAS AVALIADAS

3.1 PERSONALIDADE

3.1.1 Conjunto de características herdadas e adquiridas que determinam o comportamento do indivíduo no meio que o cerca. São avaliados os seguintes elementos:

- a) aspecto afetivo-emocional;
- b) relacionamento interpessoal; e
- c) comunicação.

3.2 APTIDÃO

3.2.1 Conjunto de características que expressam a habilidade com que um indivíduo, mediante treinamento, poderá adquirir conhecimento e destrezas, a serem avaliados através da aptidão geral ou de aptidões específicas.

3.3 INTERESSE

3.3.1 Demonstração ou expressão de gosto, tendência ou inclinação pelas atividades inerentes ao propósito seletivo.

4 TÉCNICAS UTILIZADAS

4.1 ENTREVISTAS DE GRUPO OU INDIVIDUAL, DIRIGIDAS E PADRONIZADAS

4.2 TESTES PSICOMÉTRICOS

4.2.1 Inteligência Geral.

4.2.2 Aptidão Específica.

4.3 TESTES DE PERSONALIDADE

4.3.1 Expressivos.

4.3.2 Projetivos.

4.4 QUESTIONÁRIO DE INTERESSE

5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

5.1 O Exame de Aptidão Psicológica para ingresso na Academia da Força Aérea (AFA) obedece a critérios que são estabelecidos em conformidade com os perfis ocupacionais e consubstanciados nos "Padrões Seletivos", documento de uso exclusivo do IPA, que contém informações básicas, requisitos de desempenho e instrumentos de avaliação psicológica específicos de cada atividade/curso/função.

5.2 Os perfis ocupacionais, elaborados segundo os preceitos da metodologia da pesquisa científica aplicada à Psicologia Organizacional são baseados no "Padrão de Desempenho de Especialidades", documento elaborado pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP).

5.3 O "Padrão Seletivo" da Academia da Força Aérea (AFA), define os níveis mínimos de desempenho para cada área avaliada. Os candidatos são considerados indicados ao atingirem esses níveis estabelecidos.

6 RESULTADOS

6.1 O resultado do Exame de Aptidão Psicológica será considerado válido apenas para o ingresso no CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009, tendo em vista obedecer a padrão seletivo específico para cada um dos cursos. O resultado do Exame de Aptidão Psicológica será expresso através das menções "Indicado" (I) e "Contra-Indicado"(CI).

- a) Indicado : candidato com prognose favorável de ajustamento e de adaptação ao ambiente de formação e/ou desempenho profissional por haver atingido os níveis de exigências referentes às áreas de personalidade, aptidão e interesse, contidos no perfil ocupacional básico do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), do Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT) ou do Curso de Formação de Oficiais de Infantaria (CFOINF); e
- b) Contra-Indicado: candidato com prognose desfavorável de ajustamento e de adaptação ao ambiente de formação e/ou desempenho profissional, por apresentar resultados abaixo dos níveis de exigências em uma ou mais áreas contidas no perfil ocupacional básico do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), do Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT) ou do Curso de Formação de Oficiais de Infantaria (CFOINF).

7 ENTREVISTA INFORMATIVA

7.1 O candidato que obtiver Contra-Indicação no Exame de Aptidão Psicológica a que se submeteu em grau de recurso poderá ter acesso à entrevista informativa referente aos resultados alcançados (art. 22 do Código de Ética Profissional do Psicólogo), por meio de requerimento próprio, dirigido ao Diretor do IPA.

ANEXO 6

TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

1. O Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) visa medir e avaliar o padrão individual a ser atingido pelo candidato inscrito no EA-CFOAV, CFOINT, CFOINF 2009.
2. O padrão individual a ser atingido durante o TACF servirá de parâmetro para aferir se o candidato possui as condições mínimas necessárias para suportar o esforço físico a que será submetido durante o curso, com vistas, ao final deste, ser capaz de atingir os padrões exigidos do militar da ativa.
3. O TACF será realizado em um único dia. Serão executados os cinco exercícios conforme a seqüência a seguir.
4. Será considerado APTO o candidato que for aprovado em todos os exercícios, conforme se segue:

EXERCÍCIO Nº 1 - AVALIAÇÃO DA RESISTÊNCIA MUSCULAR DOS MEMBROS SUPERIORES (TESTE DE BARRA FIXA)

PARA O SEXO MASCULINO

Duração:	Sem limite de tempo.
Tentativa:	2 (duas).
Posição inicial:	apoio na barra fixa em pronação, membros superiores e corpo totalmente estendidos e abertura das mãos na projeção dos ombros. Os pés não podem estar tocando o solo. O candidato poderá receber ajuda para atingir esta posição. O avaliado deverá entrar nesta posição quando o avaliador comandar: “em posição”.
1º Tempo:	Ao comando de “iniciar” a ser dado pelo avaliador, o avaliado deverá flexionar os membros superiores (cotovelos) até que o queixo ultrapasse a linha superior da barra fixa, mantendo as pernas estendidas.
2º Tempo:	Estender completamente o corpo, voltando à posição inicial.
Contagem:	Quando o queixo ultrapassar a linha superior da barra fixa, contar-se-á uma repetição.

DESEMPENHO MÍNIMO

02 repetições

- Erros mais comuns:
- a) apoiar o pé no chão entre uma repetição e outra;
 - b) impulsionar-se no chão e, ato contínuo, executar a primeira repetição;
 - c) balançar o corpo e/ou as pernas durante a flexão dos membros superiores;
 - d) flexionar os joelhos e o quadril durante a flexão dos membros superiores;
 - e) apoiar o queixo na barra fixa;
 - f) não estender completamente os membros superiores quando voltar à posição inicial;
 - g) estender os braços antes de ultrapassar completamente o queixo da linha superior da barra fixa;
 - h) repousar entre uma execução e outra;
 - i) não ultrapassar a linha superior da barra com o queixo; e
 - j) estender a coluna cervical (pescoço para trás) durante a fase final da execução do tempo 1.

Observação: O aplicador do TACF poderá interromper o teste quando o candidato alcançar o número mínimo de desempenho estipulado.

PARA O SEXO FEMININO

Duração:	Mínimo de 10 segundos após a tomada da posição inicial.
Tentativa:	2 (duas).
Posição inicial:	O avaliador deverá posicionar a avaliada com as mãos em pronação de forma que o queixo dela fique acima da linha superior da barra. Os membros inferiores e o corpo devem permanecer totalmente estendidos. A abertura das mãos deve ser na projeção dos ombros e os pés não podem estar tocando o solo.
Tempo único:	A avaliada deverá permanecer na posição anterior no maior tempo possível.
Contagem:	Tempo decorrido entre o momento em que a avaliada toma a posição inicial correta e se sustenta sem apoio até o momento em que o queixo da mesma desça abaixo da linha superior da barra fixa.

DESEMPENHO MÍNIMO
10 segundos após a tomada da posição inicial

Erros mais comuns:	a) apoiar o pé no chão; b) balançar o corpo e/ou as pernas durante a sustentação na barra fixa; c) flexionar os joelhos e o quadril durante a sustentação na barra fixa; d) apoiar o queixo na barra fixa; e e) estender a coluna cervical (pescoço para trás) durante a fase final da execução do tempo único.
--------------------	---

Observações para ambos os sexos:

- A não observação da execução correta dos exercícios acarretará na desconsideração da repetição executada de maneira incorreta.
- O uso de luvas ou de material de proteção para as mãos será facultativo.
- No caso em que a barra fixa tenha uma altura menor do que o candidato ou candidata com os braços estendidos para cima, é obrigatório que os mesmos flexionem os joelhos sem, contudo, flexionar o quadril, e execute o movimento seguindo as orientações descritas.

EXERCÍCIO Nº 2 - AVALIAÇÃO DA RESISTÊNCIA MUSCULAR DA REGIÃO ABDOMINAL

Será avaliada através da flexão do tronco sobre as coxas.

Duração:	01 (um) minuto.
Tentativas:	02 (duas).
Posição inicial:	deitado em decúbito dorsal, mãos cruzadas sobre o peito na altura dos ombros, joelhos numa angulação de 90°, pés alinhados com o prolongamento do quadril e firmes ao solo, fixados com o auxílio do avaliador, procurando manter as coxas e os joelhos livres.
1º Tempo:	flexionar o tronco até tocar os cotovelos no terço distal das coxas (região próxima ao joelho).
2º Tempo:	voltar à posição inicial até que as escápulas toquem o solo.
Contagem:	cada vez que o 1º tempo se completar, deve ser contada uma repetição.

DESEMPENHO MÍNIMO		
SEXO	ATÉ 19 ANOS	20 A 23ANOS
MASCULINO	32 repetições	27 repetições
FEMININO	25 repetições	19 repetições

Erros mais comuns: a) soltar as mãos do peito ou auxiliar a flexão do tronco com impulso dos braços;
b) não encostar os cotovelos no terço distal das coxas;
c) não encostar as costas no solo no 2º tempo;
d) parar para descansar;
e) não manter os joelhos na angulação de 90º; e
f) retirar ou arrastar o quadril do solo durante a execução do exercício.

Observação: O aplicador do TACF poderá interromper o teste quando o candidato alcançar o número mínimo de desempenho estipulado.

EXERCÍCIO Nº 3 - AVALIAÇÃO DA RESISTÊNCIA MUSCULAR DOS MEMBROS SUPERIORES

Será feita por meio de flexão e extensão dos membros superiores com apoio de frente sobre o solo.

Duração: sem limite de tempo.

Tentativa: 02 (duas).

Posição inicial: apoio de frente sobre o solo, com as mãos ligeiramente afastadas em relação à projeção dos ombros, mantendo o corpo totalmente estendido.

1º Tempo: flexionar os membros superiores, procurando aproximar o peito do solo o máximo possível, passando as costas da linha dos cotovelos, mantendo o corpo estendido e os cotovelos projetados para fora, aproximadamente 45º com relação ao tronco.

2º Tempo: estender os mesmos, voltando à posição inicial.

Contagem: quando completar a extensão, deverá ser contada uma repetição.

DESEMPENHO MÍNIMO		
SEXO	ATÉ 19 ANOS	20 A 23ANOS
MASCULINO	16 repetições	16 repetições
FEMININO	11 repetições	9 repetições

Erros mais comuns: a) apoiar o peito no chão;
b) mudar a posição do corpo, deixando de mantê-lo totalmente estendido;
c) não flexionar ou estender totalmente os membros superiores;
d) elevar primeiro o tronco e depois os quadris;
e) parar para descansar;
f) aproximar os cotovelos do tronco durante as execuções finais, aproximando os braços do tronco; e
g) mudar a posição das mãos (afastar ou aproximar) durante a execução do exercício.

Observações: O aplicador do TACF poderá interromper o teste quando o candidato alcançar o número mínimo de desempenho estipulado.

As mulheres deverão apoiar os joelhos no solo para a execução do exercício.

EXERCÍCIO Nº 4 – AVALIAÇÃO DA FORÇA MUSCULAR DOS MEMBROS INFERIORES

Será avaliada por intermédio de um salto à frente, em distância, a partir de uma posição estática.

Duração: sem limite de tempo.

Tentativas: 02 (duas).

Posição Inicial: em pé, estático, pés alinhados e paralelos sem tocar a linha ou faixa de demarcação do exercício.

1º Tempo: ao comando de “iniciar” do avaliador, o candidato(a) deverá saltar à frente **com**

movimento simultâneo dos pés, objetivando atingir o ponto mais distante no solo. É permitida a movimentação livre de braços, tronco e pernas.

2º Tempo: aterrissar, apoiando o calcanhar no solo, procurando manter a posição em pé.

Marcação da Distância: a distância será demarcada com duas fitas, faixas ou linhas no chão de forma que a espessura das mesmas será computada no valor medido. O candidato(a), para ser aprovado, não poderá encostar nenhuma parte do corpo nas marcações ou dentro do intervalo discriminado por elas. A parte do corpo mais próxima da linha de saída que tocar o solo, será a referência para a aferição da distância alcançada.

Erros mais comuns: a) saltar com somente um dos pés;
b) na aterrissagem, projetar o corpo à frente com conseqüente rolamento; e
c) tocar a linha de demarcação inicial ou, antes do salto, encostar qualquer parte do corpo no solo à frente da linha.

SEXO	DESEMPENHO MÍNIMO
MASCULINO	1,80 metros
FEMININO	1,40 metros

EXERCÍCIO Nº 5 - AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE AERÓBICA MÁXIMA

Será realizada por meio de uma corrida ou de uma marcha de 12 minutos.

Duração: 12 (doze) minutos.

Tentativa: 01 (uma).

Local: pista de atletismo ou qualquer outro percurso no plano horizontal, preferencialmente, com 500□100 metros, com declividade não superior a 1/1000, devidamente aferidos. O piso poderá ser de qualquer tipo, desde que seja o mesmo durante todo o percurso. Sempre que possível, realizar marcações intermediárias para facilitar o avaliado no controle do seu ritmo de corrida.

Execução: a corrida de 12 (doze) minutos poderá ser feita em qualquer ritmo condicionado, podendo intercalar a corrida com caminhada, desde que essa alternância corresponda ao esforço máximo do avaliado para o tempo previsto, não podendo o mesmo parar ou sentar para descansar.

DESEMPENHO MÍNIMO		
SEXO	ATÉ 19 ANOS	20 A 23ANOS
MASCULINO	2120 metros	2000 metros
FEMININO	1680 metros	1610 metros

Observação: o candidato que não atingir o desempenho mínimo em qualquer um dos exercícios exigidos no TACF será considerado NÃO APTO.

ANEXO 7

REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO EM GRAU DE RECURSO

AO EXMO SR COMANDANTE DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Nome _____, _____ (se militar, graduação), residente na(o) _____

Bairro _____ Cidade _____ Estado _____ CEP _____

Telefone (____)_____, nascido em ____/____/____, candidato ao

Exame de Admissão ao _____ da AFA 2009, e tendo sido a sua solicitação de inscrição indeferida no referido Exame de Admissão, vem requerer a V. Exa. inscrição em grau de recurso, apresentando em anexo conforme o motivo do indeferimento, os documentos assinalados a seguir:

- () novo FSI corretamente preenchido.
- () comprovante original do depósito bancário referente à taxa de inscrição.
- () comprovante original do registro de remessa do Formulário de Solicitação de Inscrição dentro do período de inscrição.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20 _____

Assinatura do candidato

ANEXO 8

FICHA INFORMATIVA SOBRE FORMULAÇÃO DE QUESTÃO

ATENÇÃO: Preencha todos os campos com bastante clareza. Utilize uma Ficha Informativa sobre Formulação de Questão para cada questão ou gabarito a respeito dos quais desejar interpor recurso.

I – IDENTIFICAÇÃO

EXAME DE ADMISSÃO / ANO: _____ Nº DE INSCRIÇÃO: _____

NOME DO CANDIDATO: _____

II – PROVA QUESTIONADA

DISCIPLINA: _____ QUESTÃO Nº: _____

CÓDIGO DA PROVA: _____ Nº DE PÁGINAS: ESTA + _____

III – COMENTÁRIO (Claro e objetivo. É fundamental que o candidato apresente boa redação, com frases bem formuladas, que observem a correção gramatical – concordância, grafia, regência, etc. – SEM considerações de ordem pessoal). Solicito revisão, em grau de recurso, da questão supracitada, conforme a seguir:

IV – EMBASAMENTO TEÓRICO (obra, autor, edição consultada e página utilizada para seu embasamento).

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do candidato

INSTRUÇÃO:

- Enviar o requerimento para a EPCAR, via FAX e, posteriormente, via encomenda expressa (urgente) ou por SEDEX via ECT, para o seguinte endereço:

ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR
Subdivisão de Concursos
Rua Santos Dumont, 149 – CEP: 36205-058 – Barbacena–MG
FAX Nº (0-XX-32) 3339-4051 OU 3339-4072

ANEXO 9

REQUERIMENTO PARA INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO

AO EXMO SR DIRETOR DE SAÚDE DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar, graduação), residente no(a) _____
Bairro _____ Cidade _____ Estado _____
CEP _____ Telefone (____) _____ nascido em ____/____/____, candidato ao Exame de Admissão ao _____ da AFA 2009, inscrição nº _____, inspecionado pela Junta de Saúde (Organização de Saúde) _____ em ____/____/____, e julgado INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA, vem requerer a V. Exa. nova inspeção em grau de recurso pela Junta Superior de Saúde (JSS), conforme disposto no item 6.4 das Instruções Específicas, contrapondo o parecer que o incapacitou, com base na documentação médica em anexo.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do candidato

.....
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____:____ horas, o requerimento referente à Inspeção de Saúde, em grau de recurso, do candidato _____
_____.

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS

ANEXO 10

REQUERIMENTO PARA EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA EM GRAU DE RECURSO

AO SR DIRETOR DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar, graduação), residente no(a) _____

Bairro _____ Cidade _____ Estado _____ CEP _____

Telefone (____) _____ nascido em ____/____/____, candidato ao Exame de Admissão ao _____ da AFA 2009, inscrição nº _____, tendo sido CONTRA-INDICADO no Exame de Aptidão Psicológica, realizado em ____/____/____, na localidade _____, sob a responsabilidade do IPA, vem requerer Exame de Aptidão Psicológica em grau de recurso. Declara estar ciente do previsto no item 6.5 das Instruções Específicas.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do candidato

Declaro ter sido submetido ao Exame de Aptidão Psicológica, em grau de recurso, em ____/____/____, na localidade _____, pelo(a) Sr (a).

_____.

Assinatura do candidato após o Exame

.....
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____:____ horas, o requerimento referente ao EAP, em grau de recurso, do candidato _____

_____.

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS

ANEXO 11

REQUERIMENTO PARA ENTREVISTA INFORMATIVA

AO SR DIRETOR DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar, graduação), residente no(a) _____
Bairro _____ Cidade _____ Estado _____ CEP _____
Telefone (____) _____, nascido em ____/____/____, candidato ao Exame de Admissão ao _____ da AFA 2009, inscrição nº _____, tendo sido avaliado no Exame de Aptidão Psicológica, em grau de recurso, realizado em ____/____/____, na cidade de _____, vem requerer Entrevista Informativa, com o objetivo de esclarecer o motivo da sua contra-indicação ao propósito seletivo e declara estar ciente do previsto no item 6.5 das Instruções Específicas.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do candidato

Declaro ter realizado a Entrevista Informativa referente ao Exame de Aptidão Psicológica, em ____/____/____, concedida pelo(a) Sr (a). _____
_____.

Assinatura do candidato após a Entrevista

.....
cortar aqui

INSTRUÇÃO:

Enviar o requerimento, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, com o seguinte endereçamento:

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA - IPA
Avenida Marechal Câmara, 233 – 8º Andar
CEP 20020-080 – Rio de Janeiro RJ
TEL: (0XX21) 2126 9213

ANEXO 12

REQUERIMENTO PARA TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO EM GRAU DE RECURSO

AO SR VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar, graduação), residente no(a) _____
Bairro _____ Cidade _____ Estado _____ CEP _____
Telefone (____) _____ nascido em ____/____/____, candidato ao Exame de Admissão ao _____ da AFA 2009, inscrição nº _____, tendo realizado o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) em ____/____/____, na cidade _____ e tendo sido considerado "NÃO APTO", vem requerer novo teste, em grau de recurso, conforme disposto no item 6.6 das Instruções Específicas.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do candidato

.....
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____ / ____ / ____, às ____ : ____, o requerimento referente ao Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF), em grau de recurso, do candidato _____.

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS

PORTARIA DEPENDS Nº 84-T/DE-2, DE 12 DE MAIO DE 2008.

Aprova o Programa de Atividades para o Exame de Admissão aos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2009 (PA/EA-CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º mar. 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Atividades para o Exame de Admissão aos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENDS

**PROGRAMA DE ATIVIDADES PARA O EXAME DE ADMISSÃO AOS CURSOS DE
FORMAÇÃO DE OFICIAIS AVIADORES, INTENDENTES E DE INFANTARIA DA
AERONÁUTICA DO ANO DE 2009 (PA/EA - CFOAV/CFOINT/CFOINF 2009)**

APROVAÇÃO / DIVULGAÇÃO			
E V E N T O S		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
1	Aprovação das Instruções e Programa de Atividades (PA) do Exame.	DEPENS	12 maio 2008
2	Início da divulgação do Exame (VIA INTERNET).	DEPENS/AFA	12 maio 2008
3	Remessa à Imprensa Nacional dos atos de aprovação das Instruções Específicas, bem como do Edital do Exame de Admissão para publicação no Diário Oficial da União (DOU).	DEPENS	12 maio 2008
4	Inclusão, no link “Notícias” do site do CECOMSAER na Internet, de matéria relativa ao exame, para divulgação.	DEPENS	12 maio 2008
5	Remessa das Portarias, Instruções e do Programa de Atividades (PA) do Exame às OMAP, à AFA, à EPCAR, aos SERENS, à CDA, ao IPA e à DIRSA para conhecimento e providências.	DEPENS	13 maio 2008
6	Remessa, via rádio, de nota para divulgação do exame às Organizações Militares do Comando da Aeronáutica.	DEPENS	13 maio 2008
BANCAS EXAMINADORAS			
E V E N T O S		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
7	Indicação ao DEPENS dos componentes das Bancas Examinadoras para o Exame de Escolaridade.	EPCAR	até 13 maio 2008
8	Remessa ao CENDOC do item de designação das Bancas Examinadoras para publicação no BCA.	DEPENS	até 15 maio 2008
9	Convocação das Bancas Examinadoras.	EPCAR	até 19 maio 2008
10	Elaboração dos itens de prova	EPCAR/BANCAS EXAMINADORAS	até 23 jun. 2008
11	Montagem e impressão das provas.	EPCAR	até 11 ago. 2008
INSCRIÇÃO			
E V E N T O S		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
12	Período de inscrição. (Pela Internet, o preenchimento do FSI será possível a partir das 10h do primeiro dia de inscrições até às 15h do último dia - horário de Brasília).	AFA	19 maio a 06 jun. 2008
13	Informação às OMAP da previsão numérica de candidatos inscritos.	AFA	até 27 jun. 2008
14	Divulgação, via Internet, do resultado da solicitação de inscrição, discriminando os deferimentos e indeferimentos.	DEPENS/AFA	07 jul. 2008
15	Remessa à AFA do requerimento para inscrição em grau de recurso, via encomenda expressa (urgente) ou por SEDEX (via ECT).	CANDIDATOS	até 09 jul. 2008

16	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que, em grau de recurso, tiveram a solicitação de inscrição deferida ou indeferida definitivamente.	DEPENS/AFA	até 23 jul. 2008
17	Remessa do Cartão de Inscrição aos candidatos ou do aviso de indeferimento.	AFA	até 01 ago. 2008
EXAME DE ESCOLARIDADE			
E V E N T O S		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
18	Designação do Presidente e do Secretário da Comissão Fiscalizadora, bem como informação à AFA.	OMAP	até 19 maio 2008
19	Remessa às OMAP das Instruções Orientadoras destinadas às Comissões Fiscalizadoras.	AFA	até 20 jun. 2008
20	Comunicação, via fax, à AFA: h) do local da Concentração Inicial e das Provas Escritas; e o da quantidade de setores, de suas denominações e da capacidade de candidatos em cada setor.	OMAP	até 18 jul. 2008
21	Designação dos demais membros da Comissão Fiscalizadora.	OMAP	até 18 jul. 2008
22	Divulgação, via Internet, dos locais de prova.	DEPENS/AFA	até 31 jul. 2008
23	Palestra sobre o Exame para Presidente e Membros da Comissão Fiscalizadora.	OMAP	até 14 ago. 2008
24	Concentração Inicial e Provas Escritas 1º dia de prova: a) Fechamento dos portões às 8h30min; b) Concentração Inicial às 8h45min; e c) Início das provas de Língua Inglesa e Matemática às 9h30min. (Horário de Brasília)	OMAP	16 ago. 2008
25	Concentração Inicial e Provas Escritas 2º dia de prova: a) Fechamento dos portões às 8h30min; e b) Início das provas de Física e de Língua Portuguesa às 9h15min. (Horário de Brasília)	OMAP	17 ago. 2008
26	Divulgação, via Internet, das provas aplicadas e dos gabaritos provisórios.	DEPENS/AFA	até 19 ago. 2008
27	Remessa da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ) à EPCAR, via fax e via encomenda expressa (urgente) ou via ECT, por SEDEX.	CANDIDATOS	até 21 ago. 2008
28	Análise das FIFQ.	BANCAS EXAMINADORAS	até 04 set. 2008
29	Divulgação, via Internet, dos gabaritos oficiais e dos pareceres sobre as FIFQ, ou comunicação da inexistência das mesmas.	DEPENS/AFA	até 08 set. 2008
30	Remessa, via fax, à AFA, do endereço do local onde será realizada a Concentração Intermediária.	SERENS	até 10 set. 2008
31	Correção das provas.	AFA	até 15 set. 2008
32	Remessa via Intraer ou Internet (e-mail funcional), às OMAP, dos arquivos eletrônicos contendo a relação nominal dos candidatos que obtiveram aproveitamento no exame de Escolaridade, com os graus obtidos, a média final, a classificação, bem como a lista dos convocados para a Concentração Intermediária.	AFA	até 16 set. 2008

33	Remessa via Intraer ou Internet (e-mail funcional), à DIRSA, aos SERENS, à CDA e ao IPA da previsão numérica, por COMAR e OMAP, de candidatos a serem convocados para Concentração Intermediária, para fins de planejamento dos exames subsequentes.	AFA	até 16 set. 2008
34	Divulgação via Internet: a) dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no Exame de Escolaridade constando a média final e a classificação final daqueles que tiveram aproveitamento; b) da relação dos candidatos convocados para Concentração Intermediária; e c) do endereço do local da Concentração Intermediária.	DEPENS/AFA	até 16 set. 2008
CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA			
E V E N T O S		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
35	Remessa aos SERENS, via SEDEX, da documentação necessária para: Concentração Intermediária, INSPSAU, EAP e TACF.	AFA	até 17 set. 2008
36	Remessa, via Intraer ou Internet (e-mail funcional), à DIRSA, às OSA, aos SERENS e às OMAP, da relação nominal, com número de inscrição, dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária e exames subsequentes.	AFA	até 17 set. 2008
37	Remessa, via Internet, à Imprensa Nacional, para publicação no DOU, da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária.	AFA	até 17 set. 2008
38	Divulgação no Diário Oficial da União da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária e que deverão prosseguir no exame.	AFA	até 19 set. 2008
39	Concentração Intermediária das 9 h às 11 h. (horário local)	SERENS	22 set. 2008
40	Remessa, via fax, até às 15 h, à AFA, da Ata e da Relação de Presença da Concentração Intermediária.	SERENS	até 22 set. 2008
41	Convocação para 2ª Concentração Intermediária (a confirmar).	SERENS	24 set. 2008
42	2ª Concentração Intermediária para os candidatos chamados em Segunda convocação (a confirmar) das 9 h às 11 h (horário local)	SERENS	29 set. 2008
43	Remessa via fax, até às 15 h, à AFA, da Ata e da Relação de Presença da 2ª Concentração Intermediária.	SERENS	29 set.2008
INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)			
E V E N T O S		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
44	Inspeção de Saúde – realização e julgamento.	OSA	29 set. a 03 out.2008
45	Remessa, via fax, à DIRSA e às OMAP, da relação nominal dos candidatos julgados na INSPSAU, constando o CID (numeral e por extenso) daqueles julgados incapazes.	OSA	até 17 out. 2008
46	Entrega no SERENS dos Documentos de Informação de Saúde dos candidatos julgados incapazes na INSPSAU.	OSA	até 21 out. 2008

47	Remessa à AFA da Ata (via fax e SEDEX), da Relação de Presença e do Resultado da INSPSAU (via Internet (e-mail funcional) e SEDEX), devidamente preenchidos, indicando os candidatos aptos, incapazes e faltosos.	SERENS	até 21 out. 2008
48	Divulgação, via Internet, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INSPSAU.	DEPENS/AFA	27 out. 2008
49	Solicitação ao SERENS do Documento de Informação de Saúde.	CANDIDATOS	até 29 out. 2008
50	Entrega dos Documentos de Informação de Saúde aos candidatos julgados incapazes na INSPSAU, mediante solicitação.	SERENS	até 29 out. 2008
51	Entrega no SERENS, das 9h às 16h, da solicitação de INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 04 nov. 2008
52	Remessa, via fax, à AFA, da relação nominal dos candidatos que solicitaram INSPSAU em grau de recurso, ou comunicação da inexistência de requerimentos.	SERENS	até 05 nov. 2008
53	Remessa à DIRSA: a) da relação nominal dos candidatos que solicitaram INSPSAU em grau de recurso, bem como dos requerimentos (via fax); e b) dos requerimentos para INSPSAU em grau de recurso, acompanhados dos respectivos documentos e laudos entregues pelos candidatos (via SEDEX).	SERENS	até 05 nov. 2008
54	Realização e julgamento da INSPSAU em grau de recurso, bem como remessa, via fax, à AFA dos resultados individuais obtidos pelos candidatos.	DIRSA/OSA	10 a 12 nov. 2008
55	Divulgação, via Internet, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INSPSAU em grau de recurso.	DEPENS / AFA	até 14 nov. 2008
EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)			
E V E N T O S		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
56	Exame de Aptidão Psicológica.	IPA/SERENS	29 set. a 10 out.2008
57	Remessa, à AFA, da Ata e da Relação de Presença do EAP (via fax e SEDEX).	SERENS	até 14 out. 2008
58	Remessa à AFA, via fax e Ofício, da relação dos candidatos indicados, contra-indicados e faltosos ao EAP.	IPA	até 14 nov.2008
59	Remessa, via SEDEX, aos SERENS, dos documentos de informação de aptidão psicológica (DIAP) dos candidatos contra-indicados no EAP.	IPA	até 14 nov.2008
60	Divulgação, via Internet, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP (relação por número de inscrição).	DEPENS/AFA	até 18 nov.2008
61	Solicitação ao SERENS do DIAP.	CANDIDATOS	até 20 nov.2008
62	Entrega dos DIAP aos candidatos contra-indicados no EAP, mediante solicitação.	SERENS	até 20nov.2008

63	Entrega no SERENS, das 9 h às 16 h, da solicitação do EAP em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 20 nov.2008
64	Remessa, via fax, ao IPA e à AFA da relação dos candidatos que solicitaram EAP em grau de recurso, ou comunicação da inexistência de recurso.	SERENS	até 21 nov.2008
65	Remessa ao IPA, via SEDEX, dos Requerimentos para EAP em grau de recurso.	SERENS	até 24 nov.2008
66	Realização do EAP em grau de recurso.	SERENS	27 nov. 2008
67	Remessa, via Intraer ou Internet (e-mail funcional), fax e Ofício, à AFA, da relação nominal dos candidatos indicados, contra-indicados e faltosos no EAP em grau de recurso.	IPA	até 05 dez.2008
68	Divulgação, via Internet, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP em grau de recurso.	AFA	até 11 dez. 2008
69	Entrega no IPA ou remessa via ECT, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, ao referido Instituto, das solicitações de Entrevista Informativa, referentes aos candidatos contra-indicados no EAP que desejarem esclarecer o motivo de sua contra-indicação.	CANDIDATOS	até 15 dez. 2008
70	Informação, via ECT, ao candidato, do local e da hora em que deverá ser submetido à Entrevista Informativa referente à contra-indicação no EAP.	IPA	até 09 jan. 2009
71	Entrevista Informativa referente ao EAP com os candidatos contra-indicados.	IPA	14 e 15 jan. 2009
TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)			
E V E N T O S		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
72	Remessa, via Internet (e-mail funcional), à CDA e aos SERENS, da relação nominal dos candidatos aptos na INSPSAU e em condições de realizarem o TACF.	AFA	até 14 nov. 2008
73	Realização, julgamento e divulgação do resultado do TACF ao candidato.	CDA/SERENS	19 nov. 2008
74	Entrega no SERENS da solicitação do TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 20 nov. 2008
75	Remessa à CDA: <ul style="list-style-type: none"> ▪ da ata e da relação de Presença e Resultado do TACF, indicando os candidatos aptos, não-aptos e faltosos no referido teste (via fax e internet (e-mail funcional)); ▪ da relação nominal dos candidatos que solicitaram o TACF em grau de recurso, ou comunicação da inexistência de requerimento (via fax); e ▪ dos Requerimentos do TACF em grau de recurso (via SEDEX). 	SERENS	até 21 nov. 2008
76	Remessa à AFA: <ul style="list-style-type: none"> c) da ata e da relação de Presença e Resultado do TACF, indicando os candidatos aptos, não-aptos e faltosos no referido teste (via: fax e SEDEX); e d) da relação nominal dos candidatos que solicitaram o TACF em grau de recurso, ou comunicação da inexistência de requerimento (via fax). 	SERENS	até 21 nov. 2008

77	Divulgação, via Internet, dos resultados obtidos pelos candidatos no TACF.	DEPENS/AFA	25 nov. 2008
78	Realização e julgamento do TACF em grau de recurso.	SERENS	01 dez. 2008
79	Remessa, via fax e SEDEX, à AFA, da Relação de Presença e Resultado do TACF em grau de recurso, indicando os candidatos aptos, não-aptos e faltosos no referido teste.	CDA/SERENS	até 04 dez. 2008
80	Divulgação, na Internet, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no TACF em grau de recurso.	DEPENS/AFA	até 11 dez. 2008
JUNTA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO (JEA)			
E V E N T O S		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
81	Indicação ao DEPENS dos componentes da Junta Especial de Avaliação (JEA).	DIRSA/CDA/AFA/IPA	até 05 dez. 2008
82	Convocação da JEA.	DEPENS	até 11 dez. 2008
83	Reunião da JEA.	DEPENS	15 dez. 2008
84	Remessa à Imprensa Nacional da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DEPENS	até 17 dez. 2008
85	Remessa ao CENDOC para publicação no BCA da Ordem de Matrícula dos candidatos selecionados pela JEA.	DEPENS	até 17 dez. 2008
86	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula, contendo as médias finais com as respectivas classificações, bem como da convocação para a Concentração Final.	DEPENS/AFA	19 dez. 2008
87	Publicação no BCA da Ordem de Matrícula dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	CENDOC	19 dez. 2008
88	Divulgação no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DEPENS	19 dez. 2008
CONCENTRAÇÃO FINAL / MATRÍCULA			
E V E N T O S		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
89	Concentração Final, na AFA, às 9 h.	AFA	14 jan. 2009
90	Matrícula e início dos Cursos: apresentação dos candidatos, na AFA, até às 8:00h.	AFA/CANDIDATOS	19 jan. 2009
91	Convocação dos candidatos excedentes, em substituição àqueles que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do Exame ou considerados desistentes.	AFA/CANDIDATOS	até 13 fev. 2009
92	Apresentação, na AFA, dos candidatos excedentes convocados.	CANDIDATOS	05 dias corridos, a contar da data subsequente à de convocação
93	Remessa, ao DEPENS, da relação nominal dos candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do exame ou considerados desistentes, bem como da relação nominal dos candidatos excedentes convocados.	AFA	até 26 fev. 2009

94	Remessa ao CENDOC, para publicação no BCA, da Ordem de Matrícula complementar dos candidatos excedentes, a contar de 19 jan. 2009.	DEPENS	até 03 mar. 2009
95	Divulgação, via Internet, da relação nominal dos candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do Exame ou considerados desistentes, bem como da relação nominal dos candidatos excedentes convocados.	DEPENS/AFA	até 05 mar. 2009
96	Publicação no BCA da Ordem de Matrícula complementar dos candidatos excedentes	CENDOC	até 05 mar. 2009
97	Emissão da matrícula dos candidatos excedentes convocados, a contar de 19 jan. 2009.	AFA	até 12 mar. 2009
98	Remessa, via Internet, à Imprensa Nacional, da relação nominal dos candidatos matriculados nos CFOAV/CFOINT/CFOINF.	AFA	até 12 mar. 2009
99	Divulgação da relação nominal dos candidatos matriculados nos CFOAV/CFOINT/CFOINF.	DEPENS/AFA	até 17 mar. 2009
100	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos matriculados nos CFOAV/CFOINT/CFOINF.	AFA	até 17 mar. 2009
101	Remessa do Relatório Final do Exame.	AFA	até 31 mar. 2009

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENS